

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

EVELYN LOUYSE GODOY POSTIGO

**A BOLA DA VEZ:
gestão e resistência no cotidiano de uma favela carioca em
contexto de pacificação**

São Carlos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

EVELYN LOUYSE GODOY POSTIGO

**A BOLA DA VEZ:
gestão e resistência no cotidiano de uma favela carioca em
contexto de pacificação**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Bolsa: CAPES

São Carlos

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P857bv Postigo, Evelyn Louyse Godoy.
A bola da vez : gestão e resistência no cotidiano de uma favela carioca em contexto de pacificação / Evelyn Louyse Godoy Postigo. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
129 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Favelas. 2. Unidades de polícia pacificadora. 3. Cidade de Deus (Rio de Janeiro, RJ). 4. Pentecostalismo. 5. Organizações não-governamentais. 6. Tráfico de drogas. I. Título.

CDD: 307.3364 (20^a)




Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

EVELYN LOUYSE GODOY POSTIGO


Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em 06 de março de 2014

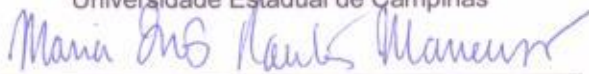
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



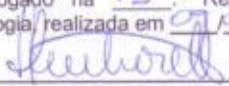
Profª Dra. Taniele Cristina Rui
Universidade Estadual de Campinas



Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 45ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 07/04/14



Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Coordenadora do PPGS

Resumo

A cidade do Rio Janeiro passou por significativas mudanças nas duas últimas décadas, sobretudo no que se refere aos dispositivos que regulam os modos de vida de populações moradoras de favelas, os quais explicitam que o conflito na relação *morro* e *asfalto* tem sido cada vez mais entendido sob o sogno da violência. Vale destacar que essas mudanças têm sido acentuadas com a preparação da cidade para os mega-eventos Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. Tendo em vista este cenário, o objetivo deste trabalho foi refletir, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada na Cidade de Deus - Rio de Janeiro (uma das primeiras favelas a receber o projeto Unidade de Polícia Pacificadora - UPP), como conflitos sociais e políticos são vivenciados no cotidiano de moradores de uma favela em contexto de pacificação. Argumenta-se que, se no âmbito da produção dos discursos, as esferas da política, religião, Estado e crime podem ser antagônicas e estar em conflito, no nível das relações sociais mais capilares as fronteiras entre estas esferas são *borradas*. Tensionam-se, mas não são excludentes entre si, coexistindo nos cenários pesquisados.

Palavras-chave: Unidade de Polícia Pacificadora. Cidade de Deus. Pentecostalismo. ONGs. Tráfico de drogas.

Abstract

Rio de Janeiro city has undergone significant changes over the past two decades, principally respect to devices that regulates the way of life from populations from *favelas'* neighborhood. They explain that the conflict in the relation *favela* and *asphalt* has been increasingly understood by the violence key. I noteworthy which these changes have been with marked with the preparation of the city for the mega events Soccer World Cup and Olympic Games. In view of this scenery, the aim of this work was to think, starting from a ethnographic research performed in Cidade de Deus – Rio de Janeiro (one of the first slum to receive the project Unidade de Polícia Pacificadora – UPP [Pacifying Police Unit]), how social and politic conflicts are daily experienced by favela dwellers under pacification context. I argued that, if in the ambit of production of discourses, the spheres of politics, religion, State and crime can be antagonistic and in conflict. At the level of social relations more capillaries, the borders between these spheres are *blurred*. It is intended to, but they are not exclusionary among them, coexisting within assessed sceneries.

Key words: Pacifying Police Unit. Cidade de Deus. Pentecostalism. Non-governmental organizations – ONGs Drug trafficking.

Agradecimentos

Posso dizer que esta dissertação foi escrita em várias mãos. E com diversas vozes. Nos dois breves anos de mestrado, a colaboração e paciência das pessoas, que de alguma forma passaram por mim neste período, foi fundamental para que eu pudesse concluir este trabalho.

Todos do grupo NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas, os que ainda estão, os que já se foram e os que chegaram, sobretudo seu coordenador e meu orientador, Gabriel de Santis Feltran foram parceiros fundamentais neste processo. Gabriel, um parceiro de todas as horas, sempre inspirador e paciente. Daniel, Deborah, Domila, Evandro, Giordano, Henrique, Douglas, Liniker, Luiz Fernando, Marcos, Mariana, Matheus, Rose, Aline, Filipe, Leilane, Luciano e Luana - companheiros de conversas estimulantes. Especialmente Douglas, Luana e Aline, que compartilharam dilemas, inseguranças e ideias, me aconselharam, leram meus textos e, muitas vezes, guiaram-me em minhas indecisões.

Nunca vou me esquecer da feição de Iara, posicionando seus óculos como uma tiara em seus longos cabelos, me olhando, um olhar carregado de emoção e história, de sua fala firme, mas às vezes com voz trêmula, de sua crença em mudanças que muitos já desistiram, mas que não deveriam. Vinícius, rapaz cheio de vida e cheio de vontade. Sincero naquilo que acredita, querendo abraçar o mundo. De coração enorme, me deixou fazer parte de sua vida. Assim como Vinícius, Carlos foi daquelas amizades que a gente não quer que acabe. Sempre solícito e preocupado comigo. Ajudou-me em cada dúvida, sempre arrumou um tempo para mim. Davi, Darlene, Ana Paula, Rejane, Fernando, Eunice, Allen, Fabiano, Camila, Pequim, entre tantas pessoas que eu não sou capaz de nomear todas aqui, me permitiram participar de suas vidas. Mesmo aquelas que eu conversei uma única vez, até as que eu passei a fazer parte de suas casas.

Meu companheiro de todas as horas, Rodrigo. Compartilhando sonhos, medos, vitórias, lendo pacientemente meus textos, cuidando para que eu tivesse tempo de escrever, formando uma família, junto com nossos companheiros de quatro patas. Dando sentido para o que, muitas vezes, parecia não ter. Sem ele, talvez eu não tivesse chego até aqui.

Igualmente, sem minha família, talvez não tivesse dado tantos passos. Minha avó, Shirley, mulher forte. Com ela aprendi a gostar de ler. Sem esse hábito que fui ensinada a apreciar, quiçá, não tivesse nem escolhido fazer Ciências Sociais. Meu avô, Moisés, sempre com puxões de orelha tão carinhosos. Esses, me criaram com tanto carinho e fazem

me sentir no ninho sempre que os visito. Minha mãe, Regina, mulher guerreira. Amiga que escuta meus dilemas, que me ajudou em cada passo que eu dei. Sérgio, padrasto que é pai, o qual sempre acreditou em mim. Minhas primas irmãs, Renata e Paula. Meu primo irmão, Fred, com o qual compartilhei minha infância e que, mesmo que tenhamos tomado rumos tão diferentes, me fez ter força para levar tudo isso adiante. Meu tio Reina, que já não está mais aqui, mas nunca deixou de fazer parte de minha vida.

A família de meu companheiro, que me acolheu como se eu sempre tivesse feito parte dela. Ao seu pai, Haroldo, e sua madrasta, Cristina, os quais me receberam no Rio de Janeiro diversas vezes, contribuindo para a viabilidade desta pesquisa.

Meus professores, os quais me acompanharam na graduação, no mestrado, e agora irão me acompanhar no doutorado. Sempre com a habilidade de trazer coisas novas, de me despertar a vontade de conhecer mais. Taniele, que não foi minha professora, mas igualmente, sempre com sua sutileza e perspicácia, contribuiu em cada etapa da realização deste trabalho. Ela, junto com Maria Inês, professora querida que me acompanha desde a graduação, foram vozes fundamentais neste resultado. Aos funcionários do Departamento de Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais. Derci e Ronaldo, com os quais pude compartilhar várias conversas e cafés. Ana, que já não trabalha no departamento, mas que, com sua doçura, sempre me ajudou. Silmara, que chegou com a saída de Ana, igualmente solicita aos meus problemas.

Meus amigos, que compartilharam momentos de descontração, também fundamentais neste processo. E que também me aguentaram falando sem parar da dissertação, nesta etapa final, mesmo quando estávamos no bar.

Por fim, expresso minha gratidão a CAPES, por financiar a minha pesquisa. Ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), especialmente ao Centro de Estudo da Metrópole (CEM). Ao apoio da FAPESP e CNPQ na pesquisa realizada pelo NaMargem. Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo espaço excelente para o desenvolvimento da dissertação, no qual eu terei o privilégio de continuar por mais quatro anos no desenvolvimento do doutorado.

Sumário

Ver anexo modelo de Sumário

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | 2 |
| Palavras-chave..... | 2 |
| Abstract | 3 |
| Key words:..... | 3 |
| Agradecimentos | 4 |
| Introdução..... | 8 |
| PARTE 1 | 12 |
| Contexto..... | 13 |
| A Cidade de Deus | 28 |
| A Pesquisa | 31 |
| O Primeiro Contato | 42 |
| A Volta..... | 47 |
| PARTE 2 | 50 |
| Violência urbana, favelas e segurança pública..... | 51 |
| A UPP chegou na favela..... | 55 |
| Dois policiais da UPP | 57 |
| O “atividade”, a “mulher”, o “vapor”, o “frente”, a “endola” e o “dono” – o tráfico de drogas pós UPP | 64 |
| O tráfico de drogas e seus interditos | 71 |
| De que lado você samba | 76 |
| Na batida do funk, na tinta do “xarpi” | 79 |
| A “branca”, a “pedra” e a “preta” | 87 |
| Os jovens suspeitos, a igreja e os policiais | 88 |
| Quando Deus e o Diabo dividem espaço | 90 |
| A igreja como uma alternativa | 92 |
| O diabo veste branco | 94 |
| As associações locais e o tráfico de drogas..... | 95 |
| As associações locais, as grandes ONGs e os jovens..... | 103 |
| Os cursos de capacitação e a culpabilização..... | 108 |
| Apelo ao sensível: as grandes ONGs e as igrejas pentecostais | 111 |

| | |
|----------------------------|-----|
| Favelização da cidade..... | 115 |
| Considerações finais..... | 119 |
| Referências..... | 123 |
| Websites consultados | 128 |

Introdução

A proposta de reflexão neste trabalho vai em sentido distinto do discurso público corrente sobre periferias e favelas: uma visão dicotômica e hierárquica destes territórios que acaba por legitimar ações arbitrárias e autoritárias de intervenção. Esta concepção dual se apresenta de diversas formas: “formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia” (ROSA, 2009, p.5), além da associação com ilegalidades urbanas estigmatizando os territórios e os que ali vivem, perpassando não só as produções acadêmicas, mas também profundamente o debate público até hoje.

A centralidade de temas como a violência urbana e o tráfico de drogas, em especial a partir da década de 1990 legitima a territorialização da periferia/favela como espaços de violência e ilegalidades, como se o território fosse condenado e também quem faz parte dele. Nessa chave da exclusão, as definições de favela e periferia seguem salientando “o que não tem”: ausência de Estado, de lei, de cidadania, de serviços públicos, de organização, ausência de cidade, produzindo uma qualificação pela negação (ROSA, 2009). Essas definições dicotomizantes acabam por homogeneizar as favelas e periferias, deixando de explorar a sua complexidade, além da reprodução empobrecida pelos discursos midiáticos que informam o senso comum, contribuindo para a estigmatização dessas populações.

Mais recentemente, a produção acadêmica tem voltado-se a questionar as visões homogeneizantes e dicotomizantes desses territórios buscando articular métodos e disciplinas distintas com o intuito de captar a enorme complexidade de favelas e periferias. Entretanto a visão do governo ao pensar estes contextos parece ter parado no tempo e não ter acompanhado as discussões, encarando favelas como territórios homogêneos e com ações que visam civilizar, urbanizar e modernizar o espaço e as pessoas. O fato de as instâncias governamentais ainda partirem deste pressuposto não é algo dado, fruto de inocência ou falta de informação, pelo contrário, surge daí um questionamento que perpassará esta pesquisa: qual a funcionalidade de manter este tipo de representação sobre estas populações e territórios? Não há aqui qualquer referência ao funcionalismo¹, mas sim uma indicação de que tal representação, antes de ser uma incompreensão do contexto social, é na verdade constitutiva do mesmo e base para as

¹Funcionalismo é uma corrente das Ciências Sociais, a qual tem como expoente Émile Durkheim. Procura explicar os diversos aspectos da sociedade, pensada como um organismo, através da função desempenhada por cada instituição.

tecnologías específicas del poder a través de las cuales los estados intentan “manejar” y “pacificar” a estas poblaciones, tanto a través de la fuerza como a través de la pedagogía de la conversión intentando transformar a estos “sujetos rebeldes” en sujetos legales del estado (DAS; POOLE, 2008, p. 24)².

Enquanto produção acadêmica me localizo neste grupo que questiona concepções duais e homogeneizantes. Não parto do pressuposto do excluído, da ausência de Estado e de uma homogeneidade destas populações. Ao contrário, busco explorar a complexidade e as dinâmicas próprias a partir de uma pesquisa etnográfica. Entretanto, é importante ressaltar desde já que, mesmo não partindo destes pressupostos, não ignoro a mobilização – recorrente – de categorias como excluído e incluído, dentro e fora, ausência e presença durante a realização da pesquisa. Pelo contrário, são questões que devem ser levadas a sério e compõe aspectos fundamentais da análise do material de pesquisa.

Nesta perspectiva, busco transitar entre dimensões muito cotidianas e estruturais da vida localizadas no tempo e no espaço, fazendo um esforço – quase radical – para relacionar aspectos micros, onde acontecem as relações capilares e vivências, com aspectos macros, onde se dá a produção de discursos e representações. Neste sentido, observo que, esferas distintas, as quais por vezes se apresentam de formas antagônicas, são interseccionadas no cotidiano. Busco explorar também as dinâmicas nas quais discursos produzem realidade e as vivências produzem novos discursos e representações.

Atualmente, diversas pesquisas buscam estudar tais territórios a partir deles mesmos, mas ainda com esta abordagem é necessário partir do pressuposto de que são espaços e sujeitos marginais. Neste contexto busco ainda questionar o porquê e como esses territórios e pessoas se tornam marginalizados.

A partir de uma pesquisa etnográfica realizada em uma favela carioca em contexto de pacificação, procuro pensar Estado, política, religião e crime³. O esforço foi de refletir como estas instâncias aparecem quando experienciadas. Desta forma, penso Estado a partir de sua presença performatizada através das UPPs e serviços decorrentes. Penso política através da relação de ONGs locais, grandes ONGs e a população alvo de tais instituições.

² Tecnologias específicas do poder através das quais os estados tentam “manejar” e “pacificar” essas populações, tanto através da força como através da pedagogia da conversão tentando transformar esses “sujetos rebeldes” em sujeitos legais do estado (Tradução minha).

³ Anuncio desde já que ao tratar de *crime*, trato não somente do ato de cometer uma infração penal, mas, assim como Grillo (2013, p.12), entendo *crime* “como a substancialização do contexto em que se inscrevem uma série de práticas ilegais e trajetórias pessoais”. Neste sentido, refere-se a um estilo de vida particular englobado em um universo de ações e significações. No contexto estudado, crime refere-se sobretudo às práticas relacionadas ao mercado ilegal de drogas.

Penso religião através da presença massiva de igrejas pentecostais, sobretudo as Assembleias de Deus. Por fim, penso crime através da presença do tráfico de drogas enquanto uma dinâmica mais ampla e dos sujeitos inscritos no crime. Essas diversas instâncias possuem em comum o fato de serem dispositivos⁴ que visam gerir formas de vida, o cotidiano e as experiências. Mas também reflito sobre a não passividade desta população, ao contrário, explícito a infinita capacidade de resistir e reinventar o cotidiano.

Indico desde já algumas questões fundamentais neste trabalho: i) o que significa a principal política direcionada para populações de favela - as Unidades de Polícia Pacificadoras - ter como centralidade a violência e como ator central a polícia? ii) quais as reconfigurações do tráfico de drogas e como é experienciado neste contexto? iii) quais as interfaces entre segurança, violência e assistencialismo? iv) qual a funcionalidade destes territórios e suas populações ainda serem pensados a partir da chave da exclusão por parte do poder público? v) quais as características desses novos atores sociais, as grandes ONGs e qual a relação com as ONGs locais? vi) como atuam as Assembleias de Deus neste contexto? vii) quais os desdobramentos na vida de moradores de favelas consequentes da presença da UPP e serviços decorrentes juntamente com o grande número de projetos de ONGs e cursos profissionalizantes que têm essa população como público alvo e como objetivo a superação da dualidade “morro” e “asfalto”?

Desenvolvo o texto em duas partes, divididas em diversas seções. Na primeira parte apresento a forma de realização e método da pesquisa. Nessa, descrevo a forma e os recursos utilizados na pesquisa, o meu primeiro contato com a Cidade de Deus e os caminhos que me levaram até lá. Em seguida, relato a minha volta e os desafios de fazer etnografia. Nessas seções já exponho algumas impressões iniciais. Ainda na primeira parte, situo o contexto no qual esta pesquisa se insere, já delimitando o argumento que permeia todo esse trabalho: o conflito social para a ser pensado, sobretudo, sob o signo da “violência”⁵. Apresento ainda – brevemente – a bibliografia específica. Na segunda parte apresento a pesquisa a partir do material etnográfico, fazendo um esforço analítico de tais

⁴ Tomo emprestado aqui o conceito de Foucault (1979, p. 244 - 246) de “dispositivo”: “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. E isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

⁵ Argumento desenvolvido por Feltran (2008) no contexto paulista e que inspira a análise do contexto carioca aqui desenvolvida.

situações, nas quais argumento que se, no âmbito da produção dos discursos, as esferas da política, religião, Estado e crime podem ser antagônicas, no nível das relações sociais mais capilares, as fronteiras⁶ entre essas esferas são borradas. Tensionam-se, mas não são excludentes entre si, coexistindo nos cenários pesquisados. Por fim, apresento as considerações finais, retomando os argumentos trabalhados no decorrer do texto.

⁶ Tomo emprestado aqui a categoria utilizada por Feltran (2008, p. 27), segundo o qual "A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de *regulação* dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. Fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes *entre* grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam.

PARTE 1

Contexto

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que vem sendo realizada desde 2011 na Cidade de Deus – CDD no Rio de Janeiro. A CDD é uma favela de médio porte que foi construída na década de 1960 como parte dos projetos de construção de conjuntos habitacionais e parques proletários para pessoas de baixa renda. Em 1966 começou a ser ocupada pelos primeiros moradores, apesar de sua construção estar longe de ser concluída. Contou com removidos de algumas favelas, inscritos em programas habitacionais e invasores (ZALUAR, 2000, p.73). Na década de 1980 há uma efervescência de lideranças comunitárias e associações que fizeram da CDD local privilegiado no que se refere à mobilização política. Ao mesmo tempo, ocorria uma série de conflitos violentos decorrentes da instalação do tráfico de drogas chamando a atenção da mídia e se tornando constantemente manchete de vários meios de comunicação. Em 2002, o filme *Cidade de Deus* baseado no livro de Paulo Lins (2002) é lançado, ficando famoso nacional e internacionalmente e reforçando o estigma de população perigosa e violenta. Em 2009 a CDD é a segunda favela a receber as UPPs.

A cidade do Rio de Janeiro vem passando por um processo de renovação urbana iniciado no fim da última década, o qual tem como projeto principal as polêmicas e controversas Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs. Este projeto de segurança pública faz parte de uma série de ações mais amplas que visam preparar a cidade para os dois mega-eventos internacionais que ocorrerão em 2014 e 2016: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos respectivamente. A instalação da UPP nas favelas cariocas e a consequente convivência dos moradores com policiais reconfigura as relações cotidianas.

As ações de intervenção em favelas e periferias por parte do Estado sucederam-se desde que estes territórios passam a ser reconhecidos como problema social já no início do século passado. Na cidade do Rio de Janeiro as ações predominantemente remocionistas em um primeiro momento, de melhorias infra-estruturais em um segundo momento e atualmente de confronto e controle armado evidenciam que a centralidade do conflito social nos dois primeiros períodos foi fundamentalmente a pobreza e a questão infra-estrutural, ao passo que, contemporaneamente é a violência⁷. Uma breve retomada das ações de intervenção em favelas ilustra este raciocínio.

⁷Amorim (2005, p.16), ao analisar o que chama de “crime organizado” no Brasil, cita uma frase pronunciada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no fim de seu governo que ilustra a centralidade da violência

Historicamente, a primeira experiência de cunho remocionista no Rio de Janeiro foi a construção dos parques proletários na Gávea, no Leblon e no Caju. Devido ao diagnóstico realizado pelo Código de Obras de 1937 de que as favelas eram uma aberração, algo indesejável, não podendo constar no mapa oficial da cidade, o objetivo era a eliminação destes territórios e a solução proposta foi a realocação de suas populações em parques proletários⁸. Da mesma forma, a construção de novas moradias, expansão e melhorias das já existentes em favelas foram proibidas. Fica explícito como, aos olhos do poder público, as favelas foram associadas à ideia de problema e tratadas como tal, sobretudo pelo suposto incômodo que causavam ao que se desejava enquanto urbanidade. A intenção era que as moradias dos parques fossem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres, fazendo assim a desejada remoção destes territórios e conquistando novas áreas para expansão urbana (BURGOS, 2004). Essas medidas foram claramente pautadas em ideais sanitaristas e civilizatórios. Explicitando esses ideais nos quais se apoiavam o tratamento de favelas, o organizador do primeiro plano oficial voltado para esses territórios, diretor do Albergue da Boa Vontade, sugeriu:

- a) O controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social;
- b) O retorno de indivíduos de tal condição para os seus estados de origem;
- c) A fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reforma dos casebres;
- d) A fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo;
- e) A promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (BURGOS, 2004, p. 27).

Além de pessoas que se inscreviam nesse programa para adquirir uma casa própria, foi frequente a remoção compulsória (e muitas vezes violenta) de favelas inteiras para esses conjuntos habitacionais⁹. As pessoas transferidas para esses parques foram, no geral, com a promessa de retornarem as suas áreas originárias assim que estas tivessem urbanizadas. Nunca voltaram e saíram desses parques mais tarde com a valorização desses bairros como nos mostra Valladares (1980) em seu estudo sobre a comercialização de casas em favelas atendidas pelo programa de reacomodação de moradores em conjuntos habitacionais, demonstrando a baixa adesão a esse tipo de programa¹⁰.

para pensar conflito social contemporaneamente: “Quando assumi meu governo (em 1994), o problema era a inflação. Era a minha prioridade. Agora o problema é a violência e a segurança pública”.

⁸ Sobre os processos de remoções de favelas no Rio de Janeiro ver Valladares (1980).

⁹ Sobre a reatualização dos programas de remoção de favelas no contexto de preparação da cidade para os mega-eventos da Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos ver Magalhães (2012).

¹⁰ Angelina Peralva (2001) diz que a favela no Rio de Janeiro se tornou uma solução para sobreviver no meio urbano. Para a autora, as favelas cariocas surgem como uma forma de integração para o migrante vindo do

Diante do caráter autoritário dessas ações, os moradores de favelas começaram a se articular politicamente no intuito de evitar a generalização desse tipo de ação. A resposta do Estado veio com a cooptação de lideranças comunitárias, conseguindo assim controlar algumas Associações de Moradores, as quais intermediavam negociações entre o poder público e as populações de favelas. Nesse período a favela era encarada como um problema físico, de habitação, o qual estaria resolvido com a construção de moradias populares que incorporariam os “excluídos” à sociedade moderna¹¹. Diante dessa visão, o governo seguiu construindo conjuntos habitacionais: entre 1962 e 1965 foram construídos Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança. Essas remoções foram marcadas por episódios dramáticos, diante da resistência dos moradores e da compulsoriedade das remoções.

Um caso emblemático, frequentemente relatado durante a realização da pesquisa, foi o incêndio da favela Praia do Pinto que se localizava no entorno da lagoa Rodrigo de Freitas, no Bairro Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro. Parte significativa dos primeiros moradores da CDD eram oriundos dessa favela e em seus relatos destacavam a dramaticidade desta mudança. A favela Praia do Pinto sofreu um incêndio no ano de 1969 até hoje não esclarecido. As pessoas tiveram que se realocar em diversos pontos da cidade e recomeçar a sua vida diante da perda de tudo que tinham conquistado até ali. Invariavelmente ouvi nos relatos que este incêndio foi um ato criminoso realizado sob ordens dos governantes da época com o intuito de remover a população daquela área nobre da cidade como resposta à resistência dos moradores. A dramaticidade aparece nas falas não somente no que se refere a ter que recomeçar a vida, mas principalmente na ausência de possibilidade de escolha sobre permanecer em suas moradias e na afirmação de que o pobre é manejado ou eliminado de acordo com interesses políticos e financeiros que não coincidem com a vontade dos reais impactados. O sentimento decorrente destas situações é de exclusão ou não pertencimento a cidade. A imagem abaixo é de uma notícia que notifica

interior por ser um local sem especulação imobiliária devido à topografia local que garantia que essas populações não fossem expulsas de suas residências com o crescimento da cidade. O preço pago foi a precariedade do local. Diz ainda que as medidas de urbanização foram acompanhadas bem de perto pela população, que não visava tornar-se um bairro comum devido aos encargos que podiam advir daí. A tentativa de acabar com as favelas através da construção de conjuntos habitacionais populares e consequente realocação dos moradores das favelas não foi economicamente viável devido a custos adicionais, como o com o transporte, já que esses conjuntos eram mais afastados do centro da cidade. Por fim, as famílias contempladas acabavam voltando a morar em favelas.

¹¹Zaluar (2000, p.65) salienta que as pressões para a erradicação de favelas localizadas na Zona Sul resultaram em remoções compulsórias nos períodos que os votos dos favelados não importavam – autoritários, e em medidas para urbanizar as favelas em outros momentos.

a desocupação da área. A manchete emblemática “Lagoa sem favela em março” explicita como a favela é tratada como algo indesejável em determinados pontos da cidade, problema que seria sanado com a remoção das pessoas que ali viviam para espaços mais afastados.



LAGOA SEM FAVELA EM MARÇO

Começa a 15 de março o despejo da favela da Praia do Pinto. Na foto aérea a grande área a ser desocupada está assinalada, juntamente com a Ilha das Dragas, já desimpedida, e com o Morro do Baiano, onde cinquenta e quatro famílias residem em cinquenta barracos. A Catacumba também será despejada. (Agostinho Rito, na terceira página;

Fonte: <http://edgardhoracio.wordpress.com/2011/09/21/vavela-da-praia-do-pinto-flamengo/>

Posteriormente à construção de conjuntos habitacionais, pode-se citar mais alguns projetos implementados no Rio de Janeiro com o intuito de administrar o “problema pobreza”, os quais sempre tiveram por pressuposto a subalternidade das favelas e como objetivo civilizar, urbanizar e modernizar. Na década de oitenta, o governo federal implementou o Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), o qual objetivava sanar o “problema favela” através de melhorias nas condições de habitação, como saneamento básico, melhores moradias, entre outros¹². Esse programa pressupunha que a

¹²http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=511

favela era um problema físico e que, através do tratamento das deficiências infraestruturais nestes territórios, questões adjacentes seriam igualmente sanadas. No ano de 1992 foi aprovado o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro com Lei Complementar (n. 16 de 04/06/1992) que estabelece conforme o Art. 147 que favela é:

Uma área predominantemente habitacional, com ocupação por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas em desconformidade com os padrões legais (RANDOLPH, 2001).

Em 1993/94 foi iniciado o Programa Favela-Bairro. Tal programa direcionou-se para a melhoria das condições gerais de vida e ambientais das populações de baixa renda. De um modo geral, esse padrão foi estabelecido através de uma comparação entre bairro e favela, tomando o que era considerado bairro como referencial dos objetivos a serem atingidos. Esse padrão pode ser observado claramente na definição acima do que é favela e o tipo de intervenção proposta: um lugar de pobreza, sem infraestrutura e que aparece em oposição ao que é considerado bairro, sendo entendida predominantemente na chave da carência.

Ações como construção de muros ou cercas no intuito de, supostamente, conter a expansão de favelas e proteger a vegetação ocorreram mesmo em favelas que não apresentavam crescimento, como nos mostra Cunha e Mello (2011). Entretanto, ações como esta, executadas sem a participação popular e a partir de pressupostos que não coincidem com as demandas locais, costumam surtir pouco efeito, além de desconforto e sentimento de uma intervenção invasiva e negativa, como tantas vezes me foi relatado durante a pesquisa de campo. Este tipo de controle foi realizado desde o diagnóstico realizado pelo Código de Obras em 1937 - restringindo a construção ou ampliação das moradias existentes - até os dias atuais, como no caso da Favela Santa Marta, na qual foi construído um muro impedindo a expansão local sob a justificativa de preservação ambiental e ser uma área de risco¹³ para a população. Entretanto, pode-se supor que esta ação visa muito mais o controle quando se observa que a favela Santa Marta apresentava um crescimento negativo nos últimos anos.

¹³Sobre a mobilização da categoria “risco”, no contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para os mega-eventos Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, Gonçalves e Neto (2012) desconstruem o discurso dominante desta noção demonstrando que a ideia de “risco” acaba por fundamentar diversas ações, como as remoções, que atendem na verdade à interesses imobiliários resultando no aumento das desigualdades sócio-ambientais.

Apesar de ações como o Favela-Bairro e a construção de muros serem diferentes (a primeira visa a transformação de favela em bairro e a segunda isolar o local), ambas guardam conexões por operarem na lógica de negar a favela enquanto tal e construí-la como problema e local de perigo.

Desde os parques proletários até a construção de muros nos entornos de favelas, esses projetos sucederam-se sem muito sucesso no alcance dos objetivos declarados. Se tomarmos por base que as diferentes ações indiretamente ou diretamente têm por foco o controle da população, os objetivos de certa forma são atingidos, tendo por efeito ora fazer circular, ora cercear a circulação. Sobre a dupla face destas ações, Motta (2013) destaca a dualidade também presente na forma que essas populações são entendidas: a partir da ideia de "risco". Nesse contexto, "risco" tem um duplo e inseparável sentido: uma população *em risco*, ou seja, em situação de vulnerabilidade, assim como uma população *de risco* que representa perigo ao restante da cidade. Esta ideia justifica formas de controle e intervenções que, ora sob a primeira justificativa, ora sobre a segunda, mas ainda indissociáveis, incidem sobre estas populações. Vale destacar, como será demonstrado mais detidamente adiante, que a população alvo destas ações não é passiva, ao contrário, se reinventa, produz novas formas de viver o cotidiano. Essas novas formas produzidas geram, por sua vez, novas formas de intervenção e controle, sendo a mais recente as polêmicas e controversas Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs.

Em 16 de fevereiro de 2009 foi inaugurada na CDD a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP¹⁴, que contava com 344 policiais divididos em três postos¹⁵. A UPP é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, cujo secretário e um dos principais articuladores das operações de ocupação das favelas é José Mariano Beltrame. Este projeto explicita que a centralidade do conflito social passa a ser a violência. Se em um primeiro momento favela foi entendida como local com precariedade de infraestrutura, com moradores de baixa renda, agora são entendidas majoritariamente como locais dominados pelo crime e de violência. Há um deslocamento no sentido de perigo atribuído às classe pobres pelo imaginário social: anteriormente o medo era de uma possível revolta; atualmente, o medo reside nos possíveis crimes violentos supostamente praticados por essa classe.

¹⁴Em 2008 foi inaugurada a primeira UPP, na favela Santa Marta, Zona Sul da cidade, considerada o laboratório deste programa, acrescentando à política de confrontação a ocupação permanente em favelas e o policiamento comunitário. A CDD foi a segunda favela “contemplada” com o projeto em fevereiro de 2009, e está localizada, assim como Dona Marta, próxima a regiões nobres da cidade.

¹⁵http://upprj.com/wp/?page_id=25

No repertório simbólico do Rio de Janeiro, o termo *favela* engloba diversos outros territórios (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, etc.), não apenas aludindo à precariedade de equipamentos urbanos ou a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos (que são hoje muito diversos nas diferentes localidades), mas sobretudo identificando-os pelo estigma da marginalidade, desordem e violência que os recobre, transformando seus moradores, os *favelados*, no arquétipo das “classes perigosas”. Cabe notar, ainda, que a própria acepção de “classes perigosas” transformou-se, perdendo sua dimensão política anterior. Na correlação de forças ligadas à reestruturação produtiva, a classe trabalhadora, enfraquecida, não é mais percebida como perigosa. O medo, ligado aos riscos à integridade física e patrimonial e sem dúvida bem fundamentado, decorre do novo sentido de perigo representado pela pobreza e marginalidade (doravante associada ao crime violento) que a *favela* tipifica no imaginário social (LEITE, 2012, p. 378).

Este movimento também foi muito bem percebido por Feltran (2011) no contexto paulista ao desenvolver o argumento de ampliação do marco discursivo do mundo do crime. O autor explicita a emergência de uma gestão violenta que atuaria contra a “violência urbana” e seus novos personagens, destacando a centralidade da violência ao pensar periferias e favelas – centralidade esta que legitima ações, intervenções e manipulações pautadas na brutalidade – um movimento de gravitação do social para o criminal:

Nos últimos anos o cenário se inverteu. Os movimentos sociais das periferias se inseriram na institucionalidade, como previsto; duas décadas de democracia institucional se passaram, e hoje é a crueza da violência, tanto policial quanto ligada ao tráfico de drogas, o que chama a atenção dos analistas (e do senso comum) para as periferias urbanas. Os bairros e conjuntos habitacionais populares, mas especialmente as favelas, seriam agora o lugar da barbárie, materializada como estatística no descalabro dos índices de assassinatos de adolescentes, como imagem de massa nas narrativas cinematográficas *à la* Cidade de Deus (ou Tropa de Elite), e como ameaça efetiva nos ataques de facções criminosas às forças do Estado. A distinção entre “cidadãos de bem” e “bandidos” no debate sobre o desarmamento civil, ou sobre os “ataques do PCC” (Primeiro Comando da Capital), a criminalização dos “motoboys” e o medo que a favela produz na classe média são sintomas de um mesmo fenômeno: a clareza, cada vez mais presente no senso comum, de que é preciso isolar-se das “classes perigosas”, demarcando as fronteiras entre favelas e periferias e o mundo social habitável. Neste cenário de guerra entre “cidadãos” e “bandidos”, já não seria possível buscar pela política nas periferias urbanas. A violência seria a explicação primeira (e última) de suas dinâmicas internas, e de suas relações com a sociedade (FELTRAN, 2011, p.30).

Pois,

Onde há fronteira, além do mais, há conflito. Ainda que latente. E se a fronteira pode ser disputada é comum, sobretudo em sociedades muito hierárquicas, que a latência ceda lugar à *violência*. No Brasil contemporâneo, já não é mais possível compreender as fronteiras entre as periferias e o público sem situar a violência no centro do debate. Em São Paulo, como em Sapopemba, estas fronteiras são territórios em que coexistem soluções políticas e saídas violentas. Tratar destes

territórios exige, portanto, discutir as relações entre política e violência (FELTRAN, 2011, p. 27).

No Rio de Janeiro, mais cedo do que em São Paulo, a estreita relação entre política e violência já vinha sendo explorada, especialmente por Misse (2006, 2008), Machado da Silva (2005, 2008b, 2010), e Zaluar (2000). Esta diferença temporal deve-se sobretudo às especificidades contextuais das duas capitais. Se em São Paulo a emergência de uma criminalidade violenta e das representações de violência urbana associadas à pobreza acontece mais tardiamente, no Rio de Janeiro, já na década de 1980, esta relação arbitrária é garantida com os recorrentes conflitos violentos - amplamente divulgados pela grande mídia - devido à instalação do tráfico de drogas nestes territórios, na década anterior, consolidando-se na década de 1990 com a declarada “guerra contra o tráfico”.

Sobre tal contexto e a produção acadêmica sobre o mesmo, Machado da Silva (2008b, 2010) adverte que “violência urbana” não é um conceito, é o próprio objeto a ser estudado, criticando esta confusão entre objeto e conceito recorrente na literatura específica. Para o autor, “violência urbana” é uma representação que não pode desvincular-se do processo histórico no qual é construída, constituindo o que descreve. Desta forma, o autor desnaturaliza a “violência urbana” enquanto fenômeno empírico dado e nos chama a compreender a construção social desta representação em seus vários aspectos e significações, como uma gramática¹⁶. Ainda seguindo o mesmo raciocínio, Misse (2006, 2010), ao questionar algumas teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil, destaca a relação causal e arbitrária entre pobreza com criminalidade e violência urbana¹⁷. Esta relação equivocada destacada pelo autor é base para a construção de uma representação dominante no senso comum de uma população violenta e perigosa, legitimando ações de controle e intervenção, assim como para a elaboração de projetos que centram a violência ao pensar periferias e favelas atualmente.

A construção social das favelas cariocas como territórios da violência se torna mais explícita a partir da década de 1990, quando é declarada pelo governo a “guerra contra o tráfico”. Os moradores de forma geral, neste contexto, fazem parte do inimigo a ser combatido, sendo entendidos como “bandidos” em potencial, reafirmando as representações dominantes da favela como um “outro” que não tem lugar na cidade,

¹⁶ Empresto o termo “gramática” de Machado da Silva (2010, p. 286), o qual utiliza-o como “uma linguagem (...) *prática*, que constitui a referência comum nas circunstâncias e permite um amplo, mas não infinito repertório de variações possíveis”.

¹⁷ Para pensar questões referentes a criminalização da pobreza, ver também Zaluar (2004) e Adorno (2002)

potencializando a demanda por segurança e conseqüentemente o controle destes territórios e populações (LEITE, 2012). Com a implementação das UPPs há uma tentativa de romper com a lógica de “guerra”, passando, ao menos no plano discursivo, para uma lógica de “pacificação”. Entretanto, o controle armado feito por policiais militares do território e da população¹⁸ deixa claro que a favela continua a ser entendida como território de violência.

Centradas na gramática da "violência urbana", as UPPs, iniciadas no contexto de preparação da cidade cartão postal do Brasil para os dois grandes eventos Copa do Mundo e Olimpíadas em 2014 e 2016 respectivamente, se tornam a principal política de governo direcionada às favelas cariocas, reforçando a ideia de necessidade da "reinstauração da ordem".

Segundo consta no *site* do Instituto de Segurança Pública do Governo do Rio de Janeiro, as UPPs têm por objetivo:

Consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada e devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico¹⁹.

Este discurso trás a ideia de resgate de algo que em algum momento foi perdido, de uma suposta paz e tranquilidade que não estariam presentes nestes territórios sob influência da criminalidade, necessárias para o exercício da cidadania conjuntamente ao desenvolvimento social e econômico. Entretanto, “paz e tranquilidade” são duas coisas que estas populações talvez nunca tenham tido e, a “criminalidade ostensivamente armada” é somente mais um dos problemas enfrentados na complexa existência das mesmas como um “outro na cidade”.

Destaco algumas falas de figuras centrais no projeto:

Quando assumimos o Governo, em 2007, sabíamos que um dos nossos maiores desafios seria a Segurança Pública. Criamos a UPP, cujo principal objetivo é combater facções criminosas e devolver à população a paz e a segurança. [Governador, Sérgio Cabral]

A UPP é hoje a principal ferramenta que a PM tem para se aproximar da sociedade. Estamos conseguindo reverter um quadro histórico de muitos anos e o

¹⁸ A presença constante de policiais armados efetiva um controle não só de traficantes, mas da população como um todo. A violência desta situação ocorre não só como violência física – no caso de abordagens agressivas até execuções de “suspeitos” em vias movimentadas – como também sob a forma de violência simbólica através do controle armado realizado por esses policiais no cotidiano de moradores. Um exemplo de tais formas de controle é a proibição de bailes *funks* no próprio local berço deste estilo musical.

¹⁹ <http://www.isp.rj.gov.br>

policial que ali atua tem um papel fundamental. Queremos isso: um policial atuante, próximo da comunidade. [Comandante Geral da PM, Coronel José Luís Castro]

"As UPPs vieram para ficar. Vamos chegar a 40 Unidades até 2014. Não é só um projeto de segurança, é uma política de Estado, de valorização da vida e de geração de esperança para o povo carioca e fluminense. [Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame]

As UPPs representam a consolidação do pacto entre a Polícia Militar e o povo, para quem devemos destinar o melhor de nossos esforços. Significa muito mais do que o resgate da esperança e da cidadania: a UPP simboliza todo o apreço que devemos ter pela vida humana.[Coordenador de Polícia Pacificadora, Coronel Frederico Caldas]²⁰

Na primeira fala, Sérgio Cabral diz que uma das maiores prioridades de seu governo seria a segurança pública. Para responder tal questão, foi criada a UPP no intuito de combater facções criminosas e assim poder devolver à população paz e segurança. Percebe-se que as facções criminosas são colocadas como o centro e a causa da crise na segurança pública. Para sanar tal problema a solução foi o policiamento ostensivo agora com uma proposta comunitária e de proximidade.

Além da UPP ser um instrumento para devolver a “paz e a tranquilidade”, de acordo com as falas transcritas acima, seria um meio necessário para se “aproximar da sociedade”, não sendo somente um projeto de segurança, mas uma “política de Estado, de valorização da vida e de geração de esperança” e “simbolizando todo o apreço que devemos ter pela vida humana”. Para atingir todos esses pontos, seria necessário “consolidar o controle estatal” e eliminar as facções criminosas. A UPP seria a via para tal objetivo. Além disso, “a polícia pacificadora também tem atuado na solução de conflitos, evitando que esses se transformem em problemas maiores no futuro. Antes, as pessoas sequer reconheciam seu direito de reclamar, de ter os seus direitos respeitados”²¹. Entretanto, o que não é reconhecido nessa fala, é que havia formas de resolução de conflitos, mas a polícia não era e, em muitos casos continua não sendo, um ator legítimo para recorrer em tais situações. A instauração da polícia no cotidiano de favelas, antes de romper com formas de sociabilidades anteriores, produz mais um ordenamento que visa controlar e que convive com outros ordenamentos, inclusive, o tráfico de drogas que não é eliminado, apenas se reconfigura para se adaptar ao novo contexto.

²⁰http://www.upprj.com/index.php/as_upps

²¹http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

Antes de refletir sobre a complexidade, sobre as raízes de tal contexto, há um combate direto aos sujeitos inscritos no crime. Não há um questionamento do porque a criminalidade se instala em tais territórios e sobre as bases do conflito social que emana desta situação. Há a mobilização de ideias como o resgate da cidadania, desenvolvimento, respeito à vida, entre outras já citadas, deixando de lado problemas historicamente construídos como a criminalização da pobreza e o acesso (ou falta de acesso) dos favelados aos seus direitos. Neste processo, há um deslocamento da centralidade da *pobreza* ao pensar o conflito social para a *violência* e o sujeito inscrito no crime passa a ser o alvo a ser combatido, pois seria a fonte da "violência urbana". Esse processo acaba por reafirmar a territorialização da violência ao entender que a UPP, combatendo o sujeito inscrito no crime, resolveria a crise na segurança pública, se afastando de um debate mais profundo que vise atingir os objetivos declarados. Apesar da ideia de integração perpassar todas as definições apresentadas, as ações revelam a intenção de uma ação civilizatória e de controle sintetizada na ideia de "pacificação" resultando, para os moradores destes territórios, em ações rasas que não produzem uma mudança de fato na forma de experienciar o espaço urbano. As políticas de segurança pública, assim como apontado por Leite, "pressupõem a incompatibilidade entre resultados eficientes e respeito aos direitos civis dos *favelados*" (2012, p. 380).

Desta forma,

O atual "problema da segurança pública" denota o deslocamento dos conflitos de classe articulados na linguagem da oposição entre cidadania e desigualdade para disputas de outra natureza. O debate sobre a cidadania se estreitou, reduzindo-se ao núcleo duro dos direitos civis que postula as garantias à pessoa e à propriedade. As disputas agora se concentram na provisão de controle social pelo estado, isto é, focalizam a quantidade, legitimidade e adequação dos meios repressivos – a força comedida (e seu extravasamento) da polícia *versus* a força ilegal, de fato, da criminalidade violenta. (...)

A evolução do conflito social reduziu a questão mais geral da cidadania ao tema dos direitos civis e como esse se limita cada vez mais a demandas por repressão, a todo custo, da criminalidade violenta. Aqui cumpre mencionar que essa questão, articulada a partir das percepções de desproteção pessoal como o "problema da segurança pública", significou um passo além nessa espiral reducionista: limitou-se a focalizar o resguardo das rotinas que organizam a vida privada. Com isso, o "problema da segurança pública", tal como está posto no momento, impede a tematização da justiça social e da desigualdade, ou mesmo, em níveis mais imediatos, do acesso das camadas populares – em especial, de seu arquétipo atual, os favelados – à justiça efetivamente disponível. (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 3)

Posteriormente ao enfrentamento em um primeiro momento, à instalação das UPPs e em sua atuação contínua em um segundo momento, haveria a implementação de serviços antes considerados deficientes. Articulando em seu discurso segurança pública e assistencialismo, José Mário Beltrame, secretário de segurança do Rio de Janeiro, em uma visita à CDD:

Vocês devem estar se perguntando o que um secretário de Segurança está fazendo aqui, acompanhando obras da prefeitura. Iluminação é melhoria de segurança, saneamento, limpeza e ordem são questões que implicam na segurança. Sempre disse que não basta chegar a polícia, mas os serviços que trarão dignidade aos moradores e é o que estamos vendo aqui. Cuidem deste patrimônio, pois isto não é do estado, nem da prefeitura, é de vocês²².

Entretanto, os serviços considerados deficientes e as obras realizadas nas favelas pós instalação da UPP não coincidem com as demandas da população local necessariamente. É comum a crítica dos moradores ao afirmarem que foram feitas diversas coisas desnecessárias ao passo que suas reais necessidades continuam não atendidas. Um exemplo disso é o serviço de esgoto que foi instalado na CDD. Anteriormente as tubulações instaladas eram largas. Essas foram removidas e trocadas por novas bem mais estreitas que frequentemente entopem e transbordam. Diversas áreas que não possuíam serviço de esgoto continuam sem instalação. Além disso, as obras nunca se encerram. É um fazer e refazer incessante que gera espera e sofrimento²³ do que nunca terminam, não tem prazo para chegar ao fim, além da incerteza dos empreendimentos seguintes e suas consequências.

Inúmeras denúncias²⁴ questionam as boas intenções deste projeto, uma vez que os moradores de favelas mais uma vez sofrem com ações arbitrárias e autoritárias, abusos

²²<http://upprj.com/wp/?p=911>, no artigo: “Depois da polícia, a invasão de serviços” de 29 de abril de 2010.

²³ A espera já é algo característico quando se fala em populações de favelas. Vianna (2011) trabalha muito bem esta questão no contexto das mães que esperam o julgamento de policiais que mataram seus filhos. Parece-me que este sofrimento contínuo da espera de algo que nunca se resolve aparece nas mais diversas situações quando trata-se de direitos e demandas de tais populações.

²⁴ As denúncias, pouco midiáticas, frequentemente referem-se a abusos policiais. Certa vez um interlocutor me contou estar feliz porque o policial o abordou com respeito. São frequentes os casos de violência contra estas populações, simplesmente pelo fato de serem favelados. O “caso Amarildo” é um caso singular no que refere-se à repercussão. Entretanto, há sempre um esforço enorme dos que denunciam em afirmar “não era bandido, foi injusto”. Vianna (2011, 2012) desenvolve uma pesquisa interessante sobre esta questão, a partir da ótica das mães de vítimas de violência policial. Essas mães se tornam protagonistas nesta cena, passando pelo trabalho da afirmação que o filho não era bandido e tinha boas referências. Sobre a questão de quando é considerado “bandido”, pode matar, Caldeira (1991, 2000) é uma importante referência. Para a autora, com o fim da ditadura e implementação da democracia, os meios usados pela primeira continuam sendo válidos para as classes pobres, enquanto direitos humanos são só para alguns (“humanos direitos”). A consequência não é o questionamento da violência policial, e sim um questionamento de a quem essa violência é direcionada. A

policiais e a remoção indireta devido à especulação imobiliária, em nome de grandes eventos que supostamente trariam benefícios para a cidade, mas que acabam por segregar com mais força o espaço urbano. Essas ações têm sido executadas sem consulta popular, surpreendendo moradores de favelas que têm suas casas desapropriadas devido às obras ou ainda sofrem com o aumento de aluguel que chega a 100%, não restando opções a não ser mudar-se para outro lugar.

O controle armado dos territórios passa da mão do *crime* para a da polícia e a presença cotidiana de policiais é entendida, pelos moradores de favelas, ao mesmo tempo como a presença e meio para a chegada do Estado. Neste sentido, Das e Poole (2008) afirmam que o Estado é uma performance e não um conjunto de instituições, o qual aparece nas práticas cotidianas como no caso da presença das UPPs. Para as autoras, é constitutivo para o Estado construir as suas margens, ou seja, a construção do outro para afirmar um padrão de normalidade. A criação de margens garante a necessidade do próprio Estado de existir. O Estado está no nível da linguagem assim como as suas margens, sendo experienciado através de sua performatização na vivência dos sujeitos.

Em todo esse processo que venho demonstrando de deslocamento da centralidade do conflito social de pobreza para violência²⁵, no contexto carioca, há um paradoxo que deve ser destacado. Quando a chave é *pobreza*, o discurso mobilizado é de *remoção*. Quando a chave é a *violência*, o discurso é de *integração*. Apesar dos dois tipos de ação serem carregados de controle e repressão às camadas populares, a forma como são pensadas e os respectivos desdobramentos são distintos. Esse movimento evidencia que aos olhos do Estado, pensado neste momento em sua dimensão gestonária, a estratégia voltada para as classes *pobres* é jogar para fora, isolar, afastar. Quando o conflito deságua em *violência*, a estratégia é integrar (por mais que esta integração venha através de ações civilizatórias e de controle, integrando "por baixo"). Tais intervenções são assimiladas e desdobram em novas configurações de sociabilidade, as quais mobilizam novas formas de gerir esses grupos.

Associada à ideia de que a UPP seria um importante passo na superação da partição da cidade, há uma efervescência de projetos voltados especialmente para jovens de favelas pacificadas, que partem principalmente de grandes ONGs atuantes em parceria com o

partir do momento que há a constatação de que o crime foi cometido por aquela pessoa, a violência contra ela se torna não só aceitável, mas muitas vezes desejável como no caso do sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro (RODRIGUES; COSTA, 2011)

²⁵ Machado da Silva, Leite e Fridman (2005) perpassam a questão do conflito social brasileiro através de uma historicização da questão da segurança pública até como ele se configura atualmente.

governo, as quais trabalham fundamentalmente com a ideia de valorização da favela e integração entre “morro” e “asfalto”²⁶. O próprio princípio de partição entre favela e cidade evidencia que estas ações ao mesmo tempo em que visam integrar, também reafirmam a dualidade, a qual acaba por legitimar intervenções diversas direcionadas para estas populações, reproduzindo, desta forma, a condição de subalternidade.

Mas os resultados são observáveis: basta entrar em uma favela pacificada para se deparar com a tensão decorrente da presença contínua de policiais armados e notar a diferença ao andar por qualquer outro bairro da cidade. Basta ser abordado em uma favela pacificada e ser questionado sobre o que faz ali, fato que não ocorreria no “asfalto”²⁷. Percebe-se então que o projeto das UPPs, por terem como pressuposto uma desigualdade hierarquizada e homogeneizante destes territórios, não rompem com a condição de uma “cidade partida”, evidenciando como o Estado produz os “excluídos”. Estas ações antes de integrar, mesmo ao criar a necessidade de integrar, criam toda uma categoria de pessoas que são diferenciadas a partir de um padrão normatizante e hegemônico.

Ainda neste contexto, a religião, especialmente o pentecostalismo, aparece como mais um dispositivo que, além de mediar conflitos prega um modo de vida específico. O crescimento da presença de igrejas de orientação pentecostal, especialmente a Assembleia de Deus em favelas é evidente. Uma breve comparação dos resultados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010²⁸ aponta que no estado do Rio de Janeiro houve um crescimento da população de religião evangélica de cerca de um milhão e meio de pessoas, ao passo que o crescimento populacional total conta aproximadamente com este mesmo número. Paralelamente há uma diminuição de população da religião católica de quase um milhão de pessoas. Vale destacar que no censo realizado em 2000 não eram feitas subdivisões no item “religião evangélica”. Este item englobava todas as orientações (missão, pentecostal e outras), diferentemente do censo realizado em 2010. Este apresenta um número total da população evangélica e suas subdivisões. Do número total de aproximadamente quatro milhões e meio de evangélicos, cerca de dois milhões e meio são

²⁶ Sobre a mobilização do discurso de superação da partição da cidade pelos projetos de grandes ONGs, ver Velazco (2012).

²⁷ Vale destacar que pode ser comum para alguém que não é morador da favela ser abordado e questionado ao entrar na favela a noite, como aconteceu comigo ao voltar já de madrugada de táxi para a CDD. De outro lado, por diversas vezes, moradores de favelas me relataram sofrerem abordagem ao circularem por bairros considerados ricos. Essas situações demonstram a contradição do discurso difundido de integração entre *morro e asfalto* ao passo que as práticas agem no sentido de segregar e controlar essa população.

²⁸ Consulta realizada no site <http://www.ibge.gov.br>. Foram observados para este trabalho somente os dados referentes ao estado do Rio de Janeiro, local onde esta pesquisa foi realizada. Entretanto para conclusões mais sólidas seria interessante uma comparação dos dados em âmbito nacional. Acesso em Agosto de 2013.

de origem pentecostal e quase um milhão e meio são da igreja Assembleia de Deus, ou seja, um número altamente significativo.

Algumas pesquisas apontam para o fato de que a popularidade dos pentecostais cresce principalmente entre as camadas mais populares (ALMEIDA, 2004; BIRMAN, 2012). Birman (2012, p. 137) destaca que a sede por transformações aliada aos milagres oferecidos pelos mediadores pentecostais, a capacidade de operar no mundo e mudar o rumo das coisas comuns tem sido uma vantagem em relação a outras vertentes no que se refere a atrair fiéis. Teixeira (2009, p.55) observa que, mesmo havendo atuação de diversos grupos (católicos, espíritas, ONGs) se empenhando e reivindicando a solução de problemas que afligem os moradores de favelas (como a violência, infraestrutura, saúde e educação), os pentecostais se destacam neste contexto “seja pela sua presença massiva, pela forma como eles se inserem na comunidade ou pelas ideias religiosas através das quais eles compreendem o universo em que vivem (e pelos efeitos que elas possuem no cotidiano da comunidade)”.

A intervenção de pentecostais em grupos que atuam no tráfico de drogas ou são usuários constantes de drogas é intensa. A crença de que essas pessoas estão sob o domínio do Diabo e da força na arma que possuem – a força da palavra em oposição à arma de fogo presente no crime – e principalmente na possibilidade de conversão e “engrossamento” do exército de Deus conjuntamente a uma transformação radical na vida, faz destes grupos alvos constantes dos pentecostais. A narrativa de conversão²⁹ é um recurso frequentemente usado por pastores e pastoras que relatam sua vida anterior de pecados em oposição a sua nova vida em Cristo: relatos exaltados dos milagres, da possibilidade da eliminação de todos os males e de uma vida plena.

É justamente neste contexto que este trabalho se insere. O objetivo é refletir como que a UPP, o tráfico de drogas, as igrejas pentecostais e ONGs são vivenciadas em um contexto específico a partir de uma abordagem etnográfica. Todas estas instâncias buscam gerir a vida das populações em favelas. Obviamente não se resumem a gestão e esta seria uma forma simplista de análise. Mas este ponto perpassa centralmente esta pesquisa. Neste contexto, o ator mobilizador de gestão por excelência é o sujeito inscrito no crime, apesar de não ser o único alvo. Ainda procuro demonstrar como, no âmbito macro das relações – da produção dos discursos – estes dispositivos aparecem muitas vezes de forma antagônica, entretanto no nível das relações capilares eles são assimilados, negociados e

²⁹ Sobre a conversão de ex-bandidos ver Cortês (2007) e Teixeira (2009).

reconfiguram o cotidiano de moradores de uma favela. Argumenta-se ainda que, quando experienciados, a presença conjunta da UPP, tráfico de drogas, pentecostais e ONGs pode, inclusive, atuar na resolução de conflitos e na restauração da ordem cotidiana das coisas. Por fim, exploro os espaços de resistência e de agenciamento dos sujeitos.

A Cidade de Deus

A CDD, ela surgiu de várias tragédias. Por exemplo, teve um morro que pegou fogo nos barracos, lá para o lado da Gávea. O morro pegou fogo. Na época que estavam construindo casas na CDD, eram para a polícia, para os bombeiros. Ia ser tudo para esse pessoal, dos bombeiros, da polícia. Só que a CDD era longe de tudo na época, aqui era só mangue e mato em volta. Aqui não existia nada, tudo o que se vê não existia, foi crescendo. Não passava ônibus, não tinha condução, não tinha nada. Aí o que aconteceu? Os policiais, bombeiros, militares não quiseram vir pra cá. Aí com isso, pegou fogo no morro da Catacumba, que é lá no Leblon. Aí mandaram o pessoal pra cá. Aí teve uma enchente em outras comunidades e mandaram o pessoal pra cá. Então na verdade a CDD foi construída com pessoal do Rio Janeiro mas de vários pontos diferentes. Entendeu? Aí começou a vir todo mundo pra cá. Aí com o tempo o pessoal que vinha de outros estados não tinha um valor aquisitivo para comprar uma casa em outros locais e acabou vindo pra cá também. Foi uma mistura de raças a CDD. [Entrevista realizada em julho/ 2011]

Fruto da construção de conjuntos habitacionais na década de 1960 e recebendo os seus primeiros moradores no ano de 1966, a CDD inicia sua história marcada por tragédias, perdas e precariedade. Devido às condições de ocupação do local as quais os moradores foram submetidos e aos constantes conflitos violentos, se tornou uma das favelas mais conhecidas da capital fluminense. O filme “Cidade de Deus”, baseado no livro de Paulo Lins, deixa-a conhecida internacionalmente como um local perigoso e marcado pela guerra do tráfico e violência.

Giuseppe Badolato, chefe da equipe de arquitetos que projetou o novo bairro em 1964 e responsável pela execução do Programa Habitacional do Estado, em uma entrevista cedida a uma moradora da CDD, cita a fala da Secretária de Estado de Serviços Sociais, a qual coordenava todo o Programa Habitacional do Estado, Sandra Cavalcante:

Eu vim aqui não só para elogiar e agradecer, mas também para vos fazer um desafio de grande alcance: planejem um novo bairro em terreno situado entre o Largo da Freguesia e a Barra da Tijuca, que irá funcionar como fonte de mão de obra e prestação de serviços para o desenvolvimento da Barra, bairro de classe A, que se desenvolvia ao longo da faixa litorânea; quero que utilizem toda a criatividade e experiência adquirida nos primeiros núcleos para projetarem um bairro moderno que contenha todos os serviços e equipamentos urbanos necessários para permitir educar e desenvolver uma comunidade capaz da autogestão e, de um progressivo crescimento social, de modo a transformá-lo em projeto modelo para todo o Programa Habitacional e, o chamaremos de CIDADE DE DEUS³⁰.

Sandra Cavalcante desafiava os envolvidos no projeto ao propor que a CDD fosse um conjunto habitacional modelo, servindo de referência para todos os projetos do Programa Habitacional que viessem em sequência. Os moradores deste local prestariam serviços no bairro emergente na época, a Barra da Tijuca. Era uma região com desenvolvimento em potencial apesar de ser uma área quase toda pantanosa. Pensando na consolidação da Barra da Tijuca como bairro nobre, seria necessário também incrementar o fornecimento de mão de obra na região. Para tanto, tal projeto deveria oferecer condições atrativas para os que ali fossem morar, gozando de “todos os serviços e equipamentos urbanos” e servindo de modelo para os próximos projetos. Este local se chamaria então, Cidade de Deus.

Giuseppe Badolato, dando sequência a sua entrevista:

Aprovados os projetos e realizadas as devidas licitações, em fevereiro de 1965, iniciaram-se as obras, começando pela terraplanagem e logo a seguir pela construção de 1500 casas da primeira gleba, cujo cronograma, seguiu célere, até janeiro de 1966 quando assumiu o Governo do Estado, o novo Governador eleito Negrão de Lima que no dia 20 de janeiro, se viu na contingência de dar conta das consequências de uma das maiores catástrofes de que a cidade já sofrera em sua história, com chuvas intensas, que desabrigaram milhares de famílias, colocadas de imediato em escolas, no estádio do maracanã e, em vila Kennedy; nessa oportunidade a Cidade de Deus encontrava-se em plena construção com 1500 casas, das quais 1200 já se encontravam quase prontas porém, sem as devidas obras de infra-estrutura. Estudos emergenciais e com a ajuda financeira da Aliança para o Progresso, construiu-se baterias de banheiros coletivos e vagões de ocupação transitória, denominadas de Triagens que, em março de 1966, em condições precaríssimas, permitiram iniciar a transferência das famílias flageladas para aquelas casas inacabadas... após a primeira ocupação, as obras seguiram célere para sua conclusão e ainda ao longo dos anos foram adquiridas novas áreas, onde foram construídas mais casas e apartamentos, duplicando o número de habitações e ainda a Prefeitura negligenciou a formação de pequenas favelas que se formaram nos vários terrenos limítrofes e periféricos, sufocando a comunidade, fazendo proliferar o tráfico de droga, a insegurança, os

³⁰ Site elaborado por Rosalina Brito, moradora da CDD desde 1966. Veio de Inhaúma quando o local foi destruído pela terrível enchente que ocorreu naquele ano. Sua família foi para a CDD com a promessa de ganhar uma casa. Fonte: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/>.

tiroteios e toda a degradação que conhecemos, que levaram a confundir a Cidade de Deus como favela³¹.

O conjunto foi resultado de um projeto iniciado no governo de Carlos Lacerda com o intuito de ser conjunto residencial dos funcionários públicos do antigo Estado da Guanabara. A ideia era que essas habitações fossem vendidas a baixo custo, para pessoas de baixa renda que pagariam 15% de seu salário. A obra estava praticamente pronta, quando Lacerda deixou seu posto. Seu sucessor, Francisco Negrão de Lima, logo após a posse, em janeiro de 1966, enfrentou um dos maiores temporais da história da cidade, ocasionando enchentes, tragédias e milhares de desabrigados, obrigando-o a abrir a Cidade de Deus para receber parte da população atingida. A medida era provisória, mas acabou sendo definitiva. Com o tempo ocorreram invasões, surgindo construções ilegais ao lado das casas planejadas. A CDD expandiu-se rapidamente e hoje tem uma alta densidade demográfica, tornando-se uma das favelas mais conhecidas no Rio de Janeiro.

Eu cheguei com nove anos, então com treze, quatorze anos a gente já começou a perceber as dificuldades de estrutura de vida, transporte, quer dizer, transporte foi logo de cara, transporte, assistência médica, educação, tudo isso, era muito difícil... Principalmente porque a maior parte das pessoas, elas moravam aqui, mas elas continuavam trabalhando nos seus locais de origem, centro da cidade, zona sul, enfim... O transporte era muito ruim e toda a estrutura da comunidade também era ruim, saneamento básico, tudo de péssima qualidade.... [Entrevista realizada em julho/2011]

Este relato foi cedido logo no início do meu primeiro período de pesquisa de campo em 2011. Um ponto ressaltado por todos os interlocutores é a situação de abandono em que o local se encontrava. No relato acima, um senhor, de pouco mais de cinquenta anos, conta da situação que encontrou quando chegou na CDD em 1969 junto com sua família. Seu avô era funcionário público, trabalhava no bairro Tijuca, como zelador de escola. A moradia que possuíam era muito precária e a CDD prometia oferecer melhores condições do que as que viviam. Candidataram-se voluntariamente para adquirir uma casa no conjunto e, sendo aprovados, deveriam realizar o pagamento de 15% do salário mínimo vigente mensalmente. Sua infância foi como a da maioria das outras crianças: família pobre, que trabalhava muito, brincando solto naquela região conhecida como Baixada de

³¹ Fonte: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/>.

Jacarepaguá - uma área semi-rural com muito verde, rios e sítios, atributos que eram atrativos para as crianças. Mas logo, já no início de sua adolescência, começou a perceber as dificuldades de morar ali: deficiência de transporte, saúde e educação. Foi frequente ouvir “faltava tudo”.

As pessoas com as quais tive contato, em sua maioria, foram removidas compulsoriamente de outras favelas. O choque de ser realocado forçosamente e ter que reformular suas rotinas sempre foi relatado com um sentimento que me parecia um misto de tristeza com inconformismo por ser tratado como “coisa”. Diversas vezes ouvi que “pessoas não devem ser tratadas como coisas, mas pobres são tratados assim”. O termo "coisa" é usado em oposição à "pessoa", pois "coisas" não têm vontade própria e são manejadas de acordo com o arbítrio de "pessoas". Essas deveriam ser tratadas como humanidade e respeito. Na relação estabelecida durante as remoções, os atingidos perderam seus atributos de "pessoa" e foram reduzidas a "coisas". Também com incômodo, as pessoas que adquiriram seu imóvel buscando realizar o sonho da casa própria carregavam uma sensação de terem sido enganadas.

Algumas pessoas foram para a CDD com a esperança de melhores condições de vida, e logo se depararam com uma favela que, para alguns, estava em piores condições do que os locais nos quais viviam anteriormente. Outros foram vítimas dos desastres decorrentes das tempestades, perdendo tudo o que tinham. Houve também aqueles que sofreram remoção compulsória, como o caso dos moradores da favela Praia do Pinto, localizada nas margens da lagoa Rodrigo de Freitas. Independente da situação de mudança para a CDD – voluntária, vítima de desastre, ou compulsória – esse momento foi marcante na vida dos primeiros moradores, seja pelo sonho de melhoria de vida e se deparar em seguida com a formação de uma favela com serviços precários e estigma negativo, seja pela perda que os levou até lá. Por isso, foi “de várias tragédias” que começou a história da CDD.

A Pesquisa

A pesquisa de campo realizada na CDD teve início em janeiro de 2011 para a realização de meu trabalho de conclusão de curso de graduação (POSTIGO, 2012), no qual fiz um resgate histórico do local através da história oral, destacando momentos de tensão

que apareceram como pontos de inflexão na vida dos interlocutores naquele território desestruturando e reorganizando o cotidiano dessa população. A complexidade da história da CDD fez com que eu escolhesse este mesmo local para dar continuidade ao meu trabalho como pesquisadora, refletindo sobre dinâmicas sociais mais amplas e a forma como essas são experienciadas em uma favela carioca pacificada contemporaneamente.

Inicialmente a inquietação que balizou este trabalho - e que surgiu já durante a realização do primeiro período de pesquisa - foi pensar uma possível disputa de legitimidade entre as associações locais³² e o tráfico de drogas, partindo do pressuposto de que ambos, quando estruturaram-se os primeiros grupos, apareciam como possibilidades viáveis diante da insatisfação com as dificuldades enfrentadas pelos moradores e já estabelecidos assumiam um papel assistencialista diante da população residente ali. Outro fator que me chamou a atenção foi que os primeiros grupos ligados ao crime e as primeiras associações locais oriundas da própria CDD formaram-se no mesmo período, década de 1980, sendo compostas comumente por pessoas que quando crianças conviveram e se divertiram juntas na fase da infância. Durante uma das entrevistas realizadas no período de pesquisa da monografia, uma fala de um integrante de uma ONG, com cerca de 50 anos de idade e referência em movimento social na CDD, foi emblemática para a concretização desta ideia inicial de pesquisa. Relatando-me o porquê e como iniciou sua atuação comunitária, Oséias³³ me disse que o incômodo ao ver diversos amigos morrerem vítimas de conflitos violentos impulsionou-o a querer fazer algo para mudar a situação:

Nesses meados dos anos setenta, setenta e cinco, setenta e seis, um pouquinho mais, começa na (CDD) a coisa de você ter contato com alguma coisa de violência. Nos quatro, cinco primeiros anos não. Era uma convivência muito comunitária, as pessoas estavam se conhecendo, alguns núcleos de habitação fora removidos todos para cá, então eram parentes, as pessoas ainda se conheciam.

(...) Aí começa ter algum contato com violência, alguns conflitos de área. CDD é muito grande, então começou aquela coisa de que, alguns grupos que vieram inteiros de suas áreas, começaram

³² Optei por usar o termo “associações locais” para referir-me às ONGs que no geral são compostas por moradores da própria CDD. Esta opção também diferencia essas associações das grandes ONGs que trabalham com amplo financiamento e instalam-se nas favelas desenvolvendo os mais diversos projetos. No geral, as associações locais dizem ser movimentos sociais, pois desenvolvem projetos atrelados a formação política, capacitação para o reconhecimento histórico do local e continuidade do trabalho a partir da percepção de sua posição social.

³³ Nome fictício.

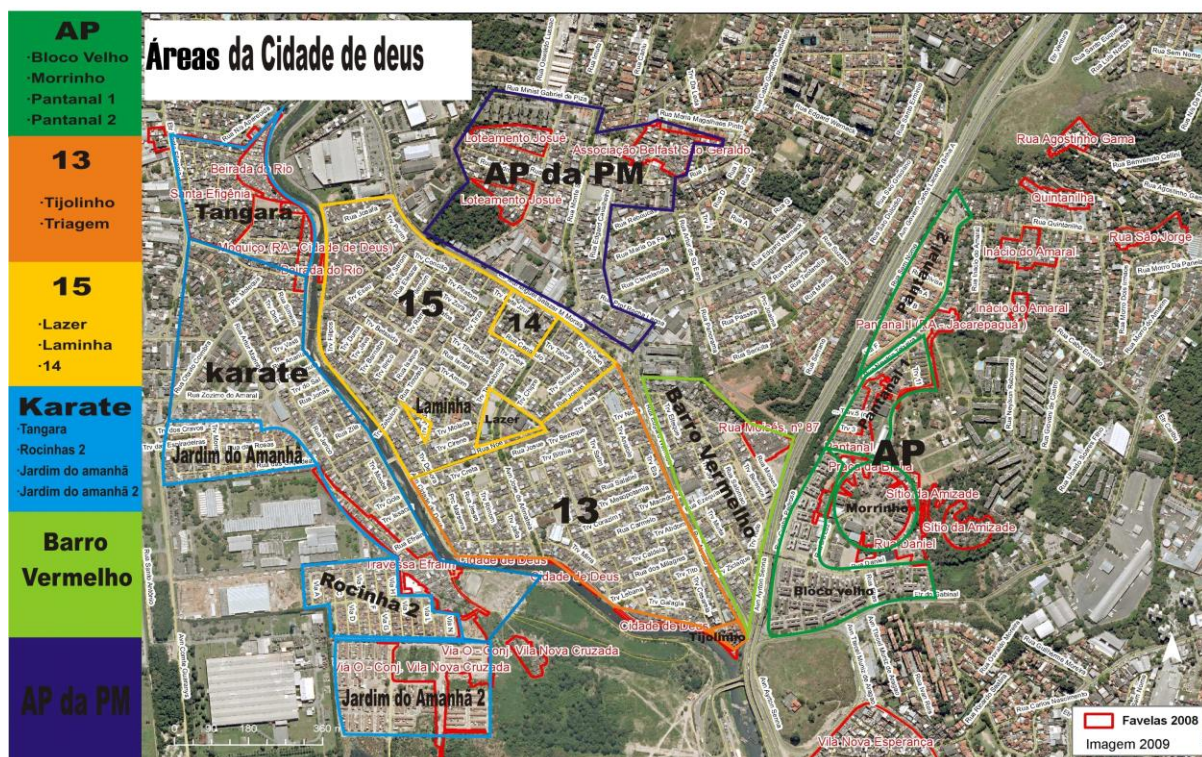
interagindo entre si e a reagir em relação à convivência com outros grupos... Aí começou aquela briga de área... Apartamento é Apartamento, a Treze é a Treze... Isso se refletiu quando a violência começou a chegar na CDD através do consumo de drogas e da venda de drogas. Aí essas áreas passaram a ter domínio de uma liderança voltada para o consumo e a venda de drogas. Antes, as lideranças que tinham aqui eram as lideranças religiosas, as lideranças esportivas, o carnaval gerava isso também. (...) a gente via aquilo tudo, os grupos passando, e nessa época eu comecei a ver pessoas jovens, muito jovens, que eu conhecia, conhecia de futebol e tudo mais, morrendo, inexplicavelmente morria. (...) Da mesma idade [que a de Oséias], aí na faixa dos quinze, dezesseis, dezessete anos... E eles morriam da forma mais absurda.

Eu me lembro o seguinte, morriam e a gente comprava o jornal imediatamente para saber dos mortos... Quando eu percebi que estava contando a trigésima sexta morte de pessoas que eu conhecia nessa guerra, aí eu peguei os jornais todos e joguei fora, falei vou ficar maluco, vou ficar colecionando jornal de morte de conhecido. E foi assim, essa guerra foi uma coisa muito traumática porque marcou um comportamento da população da CDD, o comportamento de segregação em áreas.

(...) Teve depois períodos muito mais fortes de violência do que aquele. Isso me levou a pensar o seguinte, foi um fato marcante que me levou a pensar o seguinte, eu não vou morrer como esses meus amigos. Eu vou fazer alguma coisa diferente da minha vida. E logo depois, com dezoito anos eu tive meu primeiro contato com Associação de Bairro. Foi inicialmente através do conselho de moradores da CDD, depois do conselho de moradores da CDD, quer dizer, nos fazíamos parte de um folhetim de bairro chamado Jornal Amanhã, nós fizemos um grupo de moradores acreditado que poderíamos mudar o mundo a partir da CDD e a partir de um Jornal de bairro, com isso nós nos candidatamos e nos reelegemos no conselho de moradores e permanecemos ali, no conselho de moradores, toda a década de oitenta, com uma proposta nova que era baseada na experiência de vida, de socialismo, uma proposta nova que nós pretendíamos tentar aplicar aqui. [Entrevista realizada em julho/ 2011]

Esta situação não foi exclusiva do relato de Oséias, apareceu em várias entrevistas realizadas com moradores com histórico de participação em movimentos sociais quando jovens. A inquietação que balizou inicialmente a realização desta pesquisa foi fruto da sensação de que as condições precárias enfrentadas no local impulsionaram diversos jovens a verem como alternativas legítimas a via do tráfico de drogas ou associar-se buscando mudanças via política, assim como buscar entender a passagem de lideranças de

viés comunitário para lideranças ligadas à criminalidade já no fim da década de 1970. Outra questão que complementou a hipótese inicial foi a ideia de que ambas as formas prestariam um serviço assistencialista naquele território. Outro ponto levantado por Oséias foi a segregação em áreas da CDD. Apesar de contar com uma única facção, o Comando Vermelho, a CDD era dividida em quatro grandes áreas de acordo com o domínio territorial do tráfico de drogas: Quinze, Treze, Karatê e Apartamentos. Os que trabalhavam no tráfico de drogas não circulavam fora de sua área e os moradores no geral circulavam com certa cautela. Ainda há a divisão em sub-áreas: Barro Vermelho, Catorze, Jardim do Amanhã 1 e 2, Rocinha 2, Pantanal 1 e 2, Tijolinho, Laminha, Lazer e Tangará. Atualmente, após a instalação da UPP, esta restrição de circulação interna deixa de existir de forma explícita.



Fonte: Grupo Alfazendo – Cidade de Deus – RJ.

Observando o mapa acima, vê-se uma via que separa a região AP (Apartamentos) das demais. Essa via é a linha amarela. A via que divide a região Barro Vermelho das demais é a estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes, também muito movimentada e é acesso para pontos nobres da cidade. Essa via é também o único local onde é possível ter acesso ao transporte público. Apesar do movimento intenso de táxis, é muito difícil algum parar para algum passageiro. Toda a região destacada em azul é

dividida pelas demais por um rio com passagem de um lado ao outro por algumas pontes. É considerada a região mais carente da CDD. A UPP dividiu-se em três postos: AP, Quadras (Treze e Quinze) e Karatê.

Inicialmente, estudar as associações locais e o tráfico de drogas me pareceu muito frutífero, pois, partindo do pressuposto de que ambas são formas de associação, seria possível colocar em contato dois campos de estudo que pouco dialogam: movimentos sociais e criminalidade. Para tanto, decidi que seria necessário um período morando de fato no local. Isto significava alugar ou me hospedar em um espaço e viver ali por algum tempo, sozinha, fora de minha zona de conforto, me distanciando de pessoas que fazem parte de meu convívio habitual. A leitura de um artigo de Cordovil (2007) me inspirou nessa escolha. A autora relata a experiência de fazer campo com seu companheiro e posteriormente a realização de um período de pesquisa sozinha - ressaltando como esta condição de não ter no fim do dia alguém com quem dialogar e analisar suas vivências fez com que ela tivesse uma imersão muito maior impulsionando-a a estabelecer relações que estando acompanhada passariam despercebidas. Decidi ser necessário um período longe do meio acadêmico, familiar e de amigos, diferente dos momentos anteriores nos quais realizei a pesquisa de campo acompanhada de meu companheiro e hospedada na casa dos seus familiares. Essa experiência me permitiu construir um outro tipo de relação, na qual eu não era somente pesquisadora: eu participava do cotidiano, dos acontecimentos corriqueiros, das conversas nas esquinas, dos dias e das noites, da falta de água, das casas quentes, dos comentários sobre vizinhos, das piadas e, principalmente, da vida daqueles que tão gentilmente abriram as portas para mim.

Morei por um mês e meio na CDD no início do ano de 2013. Aluguei uma casa e decidi acompanhar uma associação local, o Grupo Alfazendo. Fiz esta opção devido a um contato já estabelecido no período anterior de pesquisa e ao histórico da instituição: com um longo período de atuação local e militância em movimentos sociais, e por ter como membros fundadores moradores pessoas nascidas e criadas na CDD. Esses, são categóricos em afirmar que não possuem parceria com o governo, todo o financiamento que recebem é através de inscrição em editais e produção de projetos. Também demonstram rigidez no que se refere ao partidarismo, apesar do histórico de militância dentro do Partido dos

Trabalhadores - PT durante a juventude. São eles, Iara e Carlos³⁴, um casal de cerca de cinquenta anos, nascidos e criados na CDD, com forte vínculo quando jovens com a igreja católica e com o PT como é comum em trajetórias de movimentos sociais deste período. Hoje eles lutam com dificuldade para renovar seus quadros e para que seu trabalho tenha continuidade, como também é comum entre instituições com este perfil mais tradicional. Carlos atualmente está afastado do dia a dia no Alfazendo, cuida mais da parte burocrática, pois, segundo Iara, ele sentiu todo o *stress* de reuniões e problemas cotidianos pesar em sua saúde. Segundo definição da própria instituição:

O Grupo Alfazendo é uma organização civil sem fins lucrativos, filantrópica, educativa e de promoção social. Fundada em abril de 1998, por educadores/moradores e ex-moradores que atuam no movimento social na Cidade de Deus/RJ. Nossa participação em ações na comunidade, no entanto, tem sido parte de nossa vida enquanto moradores de Cidade de Deus desde sua fundação.

Nosso objetivo principal é a transformação da realidade social através de iniciativas educacionais e culturais e de promoção social, buscando por meio de diferentes ações a possibilidade dessa população se conhecer, analisar, e entendendo esta realidade, ser um agente ativo na transformação social urgente e necessária frente as desigualdades sociais.

Trabalhar na perspectiva do Desenvolvimento Local atuando nas áreas de: educação, cultura, saúde, geração de trabalho e renda, meio ambiente e direitos humanos; desenvolvidos como estratégia para a promoção social da pessoa humana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa a partir de nossa atuação em Cidade de Deus.

Nossa proposta pedagógica é pautada no educador Paulo Freire e em sua filosofia, de “educar para transformar”. Desejamos que, tanto os educandos quanto os educadores, se percebam agentes de seu próprio destino, atuando na comunidade em que vivem com maior compreensão e autonomia diante dos fatos e realidades que os cercam. [Consulta realizada aos arquivos do Grupo Alfazendo, 2013]

Acompanhei o Alfazendo quase que diariamente, participando de reuniões, afazeres cotidianos e mantendo conversas sempre estimulantes com Iara. O meu cotidiano ali foi guiando-me para diversas outros pontos e mostrando-me que as questões iniciais não faziam tanto sentido quanto pensei. Logo no início de minha permanência na CDD, me deparei com a questão do enfraquecimento das associações locais devido à necessidade de disputar espaço com grandes ONGs (destaque para Afroreggae, Agência de Redes para a

³⁴ Iara e Carlos são os nomes reais dos coordenadores e fundadores do Grupo Alfazendo. Em raros momentos, como este, não usarei nomes fictícios, pois considere importante falar sobre o projeto realizado sendo inviável não relacioná-lo com as pessoas envolvidas.

Juventude e Central Única das Favelas – CUFA) conjuntamente ao desinteresse dos jovens em participar de projetos mais voltados para a formação política. Outros pontos apareceram como centrais na estruturação do cotidiano desta população: a presença massiva de igrejas Assembleias de Deus e sua atuação em diversas situações que presenciei fizeram com que fosse inevitável refletir também sobre essa questão; a tensão decorrente da presença cotidiana da polícia armada - a UPP e as formas que o tráfico de drogas ainda demonstra poder também não passou despercebido, pelo contrário, foram fundamentais para entender as relações naquele território contemporaneamente.

Esses pontos inicialmente pareceram-me desconexos, mas logo percebi que eram formas de intervenção, eram dispositivos experienciados como formas de gestão no cotidiano dos moradores. São gramáticas que muitas vezes aparecem conflitantes entre si, mas que se interseccionam - não sem tensionar - no cotidiano dos moradores, reconfigurando as relações já estabelecidas, mas também explicitando a capacidade desse cotidiano ser reinventado. Desta forma, passei a falar de política, através do conflito entre grandes ONGs e associações locais. Falo também de Estado, que é entendido pelos moradores de favelas, sobretudo, performatizado na presença cotidiana de policiais da UPP e dos serviços decorrentes. Ainda reflito sobre a religião através da presença massiva de Assembleias de Deus, que pregam um modo de vida específico e muitas vezes atuam mediando conflitos. Por fim, o tráfico de drogas ainda se faz presente, embora de formas distintas das anteriores, mais ainda demonstrando força e influência neste território.

Essa mudança no objeto não é uma questão de pouca relevância, ao contrário. É claro que ao elaborar um projeto e ao iniciar uma pesquisa, precisamos ter uma questão que nos guie. Mas nem sempre a questão que guia o pesquisador são as questões que o campo coloca. Permiti-me mudar, pois creio na importância de levar a sério o que é vivido durante a pesquisa. A sensibilidade para realizar essa passagem só foi possível por ter morado por algum tempo no local. Do contrário teria realizado algumas entrevistas que provavelmente não teriam me dado abertura e percepção para o que estava acontecendo ali. Neste sentido, a realização de pesquisa etnográfica aliando a vivência cotidiana, a realização de diários de campo e entrevistas abertas foi essencial. Sobre esta questão, Cordovil (2007, p. 256) destaca que:

A pergunta fundamental nessa crítica é a seguinte: os problemas teóricos que persegui eram os problemas dos meus informantes ou estavam na minha cabeça e de outros pesquisadores que deles se ocuparam? Os dados que eu obtive permitem

de fato propor uma posição com relação a esses problemas ou será que preciso que nós, cientistas sociais, reformulemos radicalmente nossas questões? Afinal, o ofício do antropólogo não seria, em última instância, deixar falar o nativo? Talvez esse seja um dos maiores desafios enfrentados pelos etnógrafos nos dias de hoje e estamos longe de enfrentar uma solução definitiva para esta questão.

A vivência e o acaso foram fundamentais na realização desta pesquisa. A entrada na CDD só foi possível devido o “se permitir viver o acaso”. Quando fui para o Rio de Janeiro no intuito de realizar minha pesquisa no começo de 2011, a ideia era acompanhar o Complexo do Alemão pós a invasão intensamente conflituosa da polícia em outubro de 2010. Entretanto não consegui contato com ninguém que pudesse me acompanhar, pesquisador ou morador. Em uma conversa com uma pesquisadora amiga de meu orientador, Neiva Vieira, ela me sugeriu conhecer a CDD, já que era perto de onde eu estava hospedada. Em um dos dias que eu não tinha nada agendado fui até lá com meu companheiro, o qual me acompanhava nesta viagem. Assim, teve início minha pesquisa na CDD.

Precisei passar o semestre fora devido a um intercâmbio, do qual retornei em julho de 2011 e neste mesmo mês fui para o Rio de Janeiro iniciar a pesquisa de fato. Ainda tinha em mente tentar estabelecer contato no Complexo do Alemão, mas mais uma vez o acaso me levou para a CDD. A minha falta de experiência em etnografia e uma série de acasos foram fundamentais nesta pesquisa. Esta parcialidade da pesquisa, os fatos fortuitos que muitas vezes deixamos passar, é por “excelência o material de elaboração da etnografia (CORDOVIL, 2007, p. 277).

As ideias de relação e de não neutralidade do pesquisador me acompanharam na realização da pesquisa. Em nenhum momento tentei me colocar como uma observadora que olha seu objeto “por cima”. Assim como a posição de pesquisadora é atribuída, a de nativo igualmente é um posicionamento relacional e situacional. Ninguém é naturalmente pesquisador, assim como também não é nativo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). A própria ideia de *descobrir*, tão cara à ciência, remete a algo que estava obscuro, ao qual a ciência é a única capaz de iluminar. Essa concepção é algo no mínimo perigoso para as Ciências Sociais, pois atribui ao pesquisador a capacidade de se posicionar acima do objeto, que tantas vezes é a própria realidade na qual está inserido e a habilidade de enxergar o que os outros, supostamente, não seriam capazes de ver por si só.

Rancière (1992) nos traz uma importante lição em “O Mestre Ignorante” ao relatar a história de um pedagogo francês do início do século XIX, Joseph Jacotot, que tinha por

tarefa lecionar Literatura para alunos holandeses. Na situação de que ele ignorava o idioma holandês, assim como seus alunos holandeses ignoravam o francês, propôs o seguinte exercício: a leitura de um livro – Telêmaco – com edição em ambos os idiomas. Por fim, ao pedir para que os alunos holandeses escrevessem um texto em francês sobre o livro, surpreendeu-se com a perfeição da escrita daqueles que inicialmente nada sabiam desse idioma. Percebeu então, que o próprio ato de ensinar, é uma demonstração de hierarquia e de desigualdade.

Não se trata de uma questão de método, no sentido de formas particulares de aprendizagem, trata-se de uma questão propriamente filosófica: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre – a palavra do outro – é um testemunho de igualdade ou desigualdade (RANCIÈRE, 2002, p. 12).

O autor está falando no contexto da educação e inserindo a questão política envolvida nesta prática. O questionamento é que as práticas tradicionais de ensino tem por pressuposto a desigualdade entre o mestre e o aluno, produzindo assim *embrutecimento*. Mas se o pressuposto for a igualdade – e não o fim – todos podem ensinar qualquer coisa, assim como podem aprender qualquer coisa, e nesse sentido o resultado seria a *emancipação*. As considerações de Rancière levaram-me a refletir sobre as relações estabelecidas no campo. O fato de irmos para campo com objetos recortados e perguntas feitas pode obscurecer o que vamos encontrar e nos impedir de perceber o que está sendo dito. Outro ponto é a suposta hierarquia estabelecida entre o conhecimento produzido na academia e o conhecimento produzido por nosso campo ou entre a fala do pesquisador e a fala do nativo.

Viveiros de Castro (2002, p. 113)³⁵ é um autor que auxilia a reflexão sobre esta questão. Declara não existir pesquisador imparcial e que a posição do pesquisador e nativo é equivalente, pois “o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação”. Nesse sentido, o fazer etnográfico é uma relação, e a relação é uma transformação. É fato que, a relação do pesquisador com a sua cultura e a do nativo com a dele, não é a mesma. Entretanto, há uma diferença posta arbitrariamente, de que a relação do nativo com sua cultura é natural, não

³⁵ Eduardo Viveiros de Castro está falando em um contexto de pesquisa com povos indígenas, entretanto, as contribuições autor são extremamente relevantes para pensar de forma mais geral o fazer etnográfico. Citar o autor aqui neste trabalho tem a intenção de exercitar o pensamento crítico sobre a própria atividade de fazer pesquisa, e não aplicar a teoria do mesmo a uma realidade social específica.

reflexiva, ao contrário da relação do primeiro com sua. É como se o que acontecesse fosse “o antropólogo usa necessariamente sua cultura; o nativo é suficientemente usado pela sua” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.114). Nesse sentido,

O problema é que o nativo certamente *pensa*, como o antropólogo; mas, muito provavelmente, ele não pensa *como* o antropólogo. O nativo é, sem dúvida, um objeto especial, um objeto pensante ou um sujeito. Mas se ele é objetivamente um sujeito, então o que ele pensa é um pensamento objetivo, a expressão de um mundo possível, ao mesmo título que o que pensa o antropólogo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.119).

O problema não é da ordem do psicológico, mas epistemológico, e por isso, político. Isso porque essa questão tem a ver diretamente com a legitimidade atribuída aos discursos, do nativo e do pesquisador. Essa ordem atribuída aos discursos não é inata, é arbitrária. Portanto, deve-se elevar a fala do nativo para o nível de conceito, como uma forma de conhecimento. Trata-se aqui de por em ressonância dois pontos de vista distintos, o do nativo e do pesquisador, e não de assumir o ponto de vista do nativo. Assim como esclarece Viveiros de Castro (2002, p. 129), não se trata da “*relatividade do verdadeiro*”, mas sim a *verdade do relativo*”.

Nos trechos das entrevistas transcritas citados nesse trabalho, foram mantidas as expressões e gírias originais, no entanto os erros mais típicos da linguagem oral, que não alteram o entendimento do enunciado, foram corrigidos com o intuito de não criar um efeito exotizante. Isso ocorre comumente nas etnografias de minorias, no entanto o mesmo não ocorre no caso de transcrições de entrevistas com a elite letrada. Viveiros de Castro, ao falar de etnografias, em especial da etnologia, nos diz que:

Vemos, sim, o emprego frequente de uma convenção que consiste em grafar as falas (em português) indígenas de um modo estranhamente pseudo fonético, que vai muito além do simples respeito às contracções-padrão do nosso registro oral. A intenção dessa grafia bizarra, suponho, é ressaltar a oralidade do contexto de interlocução, e as peculiaridades prosódicas dos falares nativos. Já vi isso feito também em alguns trabalhos sobre 'populações camponesas', afro-brasileiras etc. O resultado é quase sempre desastroso, recordando a literatura 'caipira' e outras tentativas do gênero, e criando um contraste profundamente *exotizante* com a prosa ortograficamente normalizada que envolve essas citações. É sintomático que esse tipo de 'transcrição' só pareça marcar, nas monografias antropológicas, a fala de minorias étnicas, raciais e sociais - a despeito do fato de que a imensa maioria das formas assim grafadas deveriam sê-lo do mesmo exato modo fosse o antropólogo ou qualquer outro membro da elite letrada a pronunciá-las. Uma coisa, e coisa essencial, é preservar a ossatura sintática do discurso do informante, os idiomatismos do grupo ou região, e eventualmente (com discernimento) as torções distintivas do português falado pelos índios; outra é esse arremedo de grafia 'cor local'. Pois, se a intenção é de rigor etnográfico, então seria preciso usar uma

verdadeira transcrição fonética; e, se é *mesmo* de rigor, então seria preciso também adotar as técnicas; da etnometodologia e da análise conversacional (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p. 188).

Como transcrever as falas e as vivências que temos durante a realização de pesquisa de campo sem transformar em algo exótico? Isso é, além de tudo, uma questão política. Quando exotizamos minorias, também legitimamos a fala daqueles que os colocam como um grupo a parte, incapaz e sem voz. Um recurso que encontrei para minimizar os riscos de cair nesta armadilha foi valer-me das orientações de Viveiros de Castro (1999), no que se refere à transcrição.

Outra questão que me deparei foi usar ou não o nome real do local pesquisado e das pessoas que fazem parte desta pesquisa. Durante conversas com interlocutores e colegas pesquisadores pude finalmente me posicionar sobre esse ponto. Decidi usar o nome do local, pois não estou falando em favelas no geral, mas preservando as especificidades da CDD, desde a sua formação até seu contexto contemporâneo. Não especificar o local também acarretaria uma grande perda: a dimensão de estar fazendo também história urbana. O ponto contra é a carga de pré-conceitos que vem com o nome “Cidade de Deus” devido, principalmente, ao filme famoso internacionalmente – e muito criticado pelos moradores - de Fernando Meireles, inspirado no livro de Paulo Lins. Entretanto, no balanço geral, não nomear o local acarretaria mais perdas do que ganhos.

A opção feita referente ao segundo ponto foi não usar os nomes dos interlocutores para preservar as suas identidades, com uma exceção: quando forem coordenadores de associações locais descritas neste trabalho, os nomes serão verdadeiros. Inevitavelmente essas pessoas seriam facilmente identificadas, do contrário os projetos não poderiam ser descritos. Além disso, os nomes verdadeiros só serão usados em momentos descritivos de tais instituições. Quando estiver tratando de relatos pessoais, os nomes serão fictícios. Em conversas com interlocutores envolvidos diretamente nesta questão, concordamos que é de relevância contextual, política e histórica registrar estes pontos - como no caso do Alfazendo, seria uma perda tratar de forma genérica como mais uma associação local deixando de lado suas especificidades de ação e atuação. Caso seja necessário para a não identificação, a mesma pessoa em situações distintas pode aparecer com nomes diferentes. A escolha dos nomes fictícios atribuídos a cada um também é um momento delicado. Na busca de estabelecer um padrão, fui influenciada pela origem do nome “Cidade de Deus” - uma referência ao Deus da religião cristã. Optei então por nomear os interlocutores a partir

de referências a nomes bíblicos. Em outros momentos, quando considerei a caracterização dos interlocutores dispensável para a compreensão do texto ou que pudesse ser perigosa, por uma fácil identificação e uma possível complicação devido ao relato cedido, apenas não os nomeei e não tracei perfis.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de caráter etnográfico, realizada por cerca de dois meses em 2013, dez dias em junho e posteriormente em um período de mesma duração em julho do mesmo ano. Além do material coletado nestas ocasiões, retornei às transcrições de entrevistas realizadas no ano de 2011. Devido à proximidade estabelecida com os interlocutores desta pesquisa, os quais se tornaram amigos, continuei o contato via a rede social *Facebook*, a qual também utilizei para coletar dados. As conversas mantidas se tornaram frequentes e sobre assuntos diversos. A relação de amizade me permitiu tomar a liberdade de, em algumas ocasiões, pedir para conversarmos especificamente sobre a pesquisa. Em todos os momentos comuniquei que as informações cedidas seriam usadas neste trabalho, obviamente, com os devidos cuidados.

O Primeiro Contato

Chegando na CDD, em janeiro de 2011, parei no posto policial logo na entrada da via principal, sempre muito movimentada, e perguntei onde era a associação de moradores. Minha inexperiência em realizar etnografia e desorientação fizeram com que esta fosse a única opção que eu consegui pensar naquela ocasião. Minha primeira sensação ao circular por ali foi de estranhamento. Estranhamento não por estar em um local desconhecido ou exótico, mas sim pela CDD ser totalmente diferente do imaginário que se tem de favelas: morros com vielas labirínticas. Meu estranhamento devia-se sobretudo a uma quase familiaridade com o local, um aspecto muito próximo de periferias que eu estava acostumada a circular no interior paulista, de um bairro carente, mas que já de início era possível notar a heterogeneidade social, diferente das recorrentes classificações que alimentam o imaginário social sobre favelas como “territórios de pobreza”. Neste momento, me recordava da obra de Alba Zaluar (2000), importante marco da sociologia urbana na década de oitenta e que teve como campo de pesquisa também a CDD. A autora inicia seu texto chamando o leitor para a situação a qual se deparava:

Imagine-se estacionando seu carro particular na rua de um bairro de pobres cujo nome permanecia nas manchetes dos jornais como um dos focos de violência urbana, um antro de marginais e bandidos. Você não conhece ninguém que lhe possa indicar caminhos e prestar-lhe as informações de que necessita para mover-se sem riscos desnecessários. Você nem sabe muito bem onde procurar o que tem em mente. Conhece apenas um jovem que lhe foi apresentado por um amigo comum, o qual lhe recomendou cautela. E nada mais. (...)

A sensação mais forte que tive naquele momento foi a de medo. Não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc (ZALUAR, 2000, p. 9).

Inevitável não recordar da clássica obra de Malinowski, um marco antropologia por fundar o método de investigação de campo:

Imagine o leitor que, de repente, desembarca sozinho numa praia tropical, perto de uma aldeia nativa, rodeado pelo seu material, enquanto a lancha ou pequena baleeira que o trouxe navega até desaparecer de vista (...)

Imagine-se, agora, o leitor, entrando pela primeira vez na aldeia, sozinho ou na companhia de seu cicerone branco (MALINOWSKI, 1997, p. 19).

Tal recurso utilizado pela autora, talvez, seja uma busca por exotizar o local a ser pesquisado e firmar a CDD como o seu campo de pesquisa recorrendo ao fundador de tal método. Eu só podia pensar na diferença radical do que eu sentira naquele momento. Acredito que minha familiaridade e tranquilidade eram devido a três principais motivos: por sempre ter vivido em locais muito próximos ou em periferias paulistas; pela geografia local ser um bairro plano, com ruas nas quais circulavam veículos – diferenciando-se da típica favela carioca; e ao fato da CDD já ser uma favela pacificada e eu não me deparar com a demarcação territorial através de “bandidos” armados. Também ouvi com certa frequência de cariocas que eu não tinha medo porque não sabia o que era o Rio de Janeiro, os quais sempre faziam questão de me lembrar que eu era uma “caipira” do interior paulista. Posteriormente esta situação me foi muito funcional. Os moradores da CDD sempre me ajudaram muito, especialmente quando fui morar ali, mostrando-se nitidamente sensibilizados com a minha situação de não ser da “cidade grande” e estar longe da família, companheiro e amigos, morando em uma situação “precária”.

Obviamente estava em um local desconhecido, no qual eu não sabia me locomover livremente e não conhecia ninguém. Entretanto estava muito mais tomada pela curiosidade do que pelo medo descrito pela autora. O movimento intenso de veículos, especialmente

motos em ruas estreitas, as pessoas conversando, as crianças brincando ao ar livre, jovens em debates animados, muitos comércios, pessoas andando rápido me dando a impressão de que iam para algum compromisso, uma cerveja no bar, muitos fios emaranhados nos postes, ambulantes vendendo comidas, o sol forte, entre tantas outras informações visuais me entretiam. Minha atenção era roubada quando via policiais da UPP circularem com seus fuzis expostos. Tal cena não era comum nem confortável para mim. Acredito que o mesmo se passa com os moradores. Poucos falavam com os policiais, geralmente um cumprimento acudo, desviando o olhar. Além dessa situação, a tensão não era visível como foi demarcada por Zaluar:

Mas a tensão era visível. Nos bêbados apedrejados, na mulher louca andando pela rua em meio a indiferença geral e, nas esquinas estratégicas, nos olhares atentos e avaliadores dos adolescentes que se encaminham para a vida que denominamos criminosa. (...)

Sendo estranha, mulher e de classe superior, era natural que despertasse curiosidade neste cenário (ZALUAR, 2000, p. 10).

A tensão relatada pela autora não era algo tão visível aos meus olhos. Além de tal cena não ser dominante, para mim não diferenciava do centro do Rio de Janeiro, por exemplo, onde nos deparamos com pessoas passando de forma indiferente por moradores de rua pedindo dinheiro. Também não me senti um “ser exótico” aos olhos dos que levavam a sua rotina ali.

Chegando na associação de moradores não tive muita atenção, então abordei uma senhora que saía dali nitidamente incomodada. Imediatamente ela identificou-me como uma pessoa que pudesse ajudá-la de alguma forma - talvez uma assistente social de alguma ONG, por mais que eu tenha sempre me apresentado como aluna de universidade realizando pesquisa - relatando-me um caso que havia passado junto ao seu neto recentemente de abuso de um policial da UPP, o qual invadiu sua casa e a havia agredido. Essa identificação é comum dada a intensa circulação de pessoas com esta função.

Passei algum tempo sentada em uma lanchonete observando o movimento enquanto comia um salgado e tomava um refrigerante. Vi um senhor que conversava com várias pessoas. Quando o abordei, ele conversou de forma muito simpática comigo e me deixou seu email, caso eu resolvesse fazer pesquisa ali na CDD. Ele era um morador que atuava no banco de empregos de uma associação, por isso conhecia e conversava com diversas pessoas. Meu primeiro contato se encerrou nesta conversa acompanhado de uma sensação

de uma visita bem sucedida. Em seguida passei um semestre viajando, retornando somente em julho deste mesmo ano.

Logo na semana que cheguei, hospedada na casa do meu sogro, conheci um rapaz que prestava serviços ali, morador da CDD. Convidou-me para um passeio e neste mesmo dia me apresentou várias pessoas. Era um sábado ensolarado e de movimento intenso na CDD. Primeiro fomos em um sobrado que ficava em um ponto alto. Lá me descrevia o local rapidamente apontando vários lugares. As quadras, a igreja, o rio, tudo com muita destreza de quem conhece muito bem o lugar. Tiramos algumas fotos e seguimos caminhando.

Sentia-me quase que com um guia turístico, tentando absorver o máximo tudo que ele falava e mentalizar espacialmente os locais que passávamos. Me mostrava lugares, a falta de coleta de lixo, obras e pessoas. Apontou dois rapazes que passaram de moto com suporte de entrega de gás de cozinha e disse quase que cochichando, como se compartilhássemos uma fofoca, que eles antes da UPP estavam nas esquinas por aí “na bandidagem” e agora estavam trabalhando, acrescentando que era um caso comum. Aproveitei para perguntar sobre o que ele achava da UPP e a resposta veio depois de uma pausa e um olhar vago: “bem... outro dia o policial me abordou e pediu meu documento com educação... antes eles já esculachavam”. Naquele momento senti um nó na garganta. Sua fala me trouxe a crueza da realidade de uma população exposta à agressões e humilhações simplesmente por morarem em favelas.

Em seguida, como que para descontrair, me chamou para o churrasco de aniversário de seu sobrinho. Chegando no local, em uma esquina movimentada por carros, comércio e pessoas passando, estava um grupo de rapazes jovens, um carro com o porta malas aberto e o rádio ligado com a música animando o ambiente, uma churrasqueira com vários tipos de carne, conversa e risadas embaladas, aproveitando o bar logo a frente para ter cerveja gelada. Fui apresentada como uma amiga de São Paulo que iria fazer um trabalho na CDD. Fui cumprimentada de maneira formal, talvez por ser uma visitante, talvez por ser a única mulher ali. Tal barreira foi quebrada em seguida, ao compartilharmos uma cerveja. Obviamente que as brincadeiras e “zoeiras” ficavam mais restritas entre os amigos. Não tentei ultrapassar este limite para não criar algum desconforto, principalmente pelo fato de ser a única mulher no grupo e por pensar que talvez esse evento tivesse sido comunicado para as namoradas como um momento entre homens – preocupação amenizada por estar ali junto ao meu companheiro.

Os momentos de descontração eram interrompidos com a circulação recorrente dos carros da UPP com policiais exibindo seus fuzis pelas janelas e observando atentamente o movimento. Nada era comentado, mas era possível observar a troca de olhares entre os rapazes expressando incômodo com a situação. Em dado momento, depois desta cena se repetir algumas vezes, um comentário descontraiu a situação “eles tão é com inveja da nossa cerveja gelada dentro dessa viatura quente”, seguido de risadas.

Zaluar, descrevendo a cena a qual se deparava na década de 1980, destacou que mesmo em um momento de guerra, a violência tinha suas regras e limites:

Cidade de Deus era apontada como um dos principais focos do tráfico de maconha e, portanto, do clima de guerra e violência que tomava conta da cidade. Havia realmente uma guerra entre as principais quadrilhas de Cidade de Deus. Mas esta guerra tinha regras que tornavam a sua violência até certo ponto compreendida pelos moradores locais. A guerra era assunto de “bandidos” apenas. (ZALUAR, 2000, p.13).

No momento em que eu vivia, uma possível situação de tensão, humilhação, violência que talvez acabasse com o divertimento não era assunto de “bandido” apenas. Obviamente, ouvi diversas vezes relatos sobre como os tiroteios eram inconvenientes e causavam medo, os quais, de certa forma, cessaram com a presença da UPP. Tiroteios esses que normalmente eram comunicados aos moradores, para que os mesmos se recolhessem. Exceção eram os casos de conflitos com a polícia. O medo agora era de uma possível abordagem, era da vigilância, do controle exercido por aqueles policiais armados. Os “bandidos” não estavam contra os moradores. Já a vítima de tais abordagens policiais pode ser qualquer pessoa, simplesmente pelo fato de que carregar no corpo e na vestimenta o estigma do local. Apesar das abordagens policiais anteriormente serem marcadas por mais violência, atualmente, a iminência e vulnerabilidade de que isso aconteça a qualquer momento, faz com que essa situação, que não é mais chamada de guerra, seja assunto de todos.

Meu primeiro dia de pesquisa se encerrou nessa animada reunião, um dia carregado de pensamentos, impressões e intensos sentimentos. Queria voltar para a CDD e tive certeza de que seria ali que realizaria minha pesquisa que resultou em minha monografia. Nesse período, foram tantas coisas que aconteceram, tantas relações foram firmadas e tanta coisa ainda para ser pensada, ouvida e escrita que eu não tive dúvidas de que a CDD continuaria sendo o local onde eu realizaria a minha pesquisa de mestrado.

A Volta

Eu havia decidido que seria importante para a pesquisa permanecer morando e vivendo a rotina da CDD. Era fim de dezembro e eu já estava no Rio de Janeiro em busca de alguém que me cedesse ou alugasse um quarto, uma pequena casa ou apartamento, enfim, estava disposta a ficar em qualquer lugar em que pudesse dormir, tomar banho e escrever sobre minhas vivências. Entretanto, entre perguntas “dentro ou fora?”, andar de um lado para outro em busca de pessoas que nem sempre estavam disponíveis no momento, entre tantos “está tudo ocupado”, minha tarefa não estava sendo tão fácil quanto eu pensei que seria.

Andei por três dias incessantemente, perguntando para ambulantes na rua, para conhecidos e batendo em pequenos prédios, tentando descobrir quem era o dono. Sempre uma pessoa conhecia alguém que sabia de alguém que estava alugando um lugar, ou de alguma coisa que possivelmente fosse desocupar em breve. Mas eu já estava desanimada. Sempre que ouvia com empolgação “fala com fulano, fulano com certeza sabe” ia procurar a pessoa que saberia me indicar algo, quando eu conseguia encontrar a mesma ouvia “nossa, eu não sei de nada não” ou “ah, esse lugar já alugou”.

O “fora” ou “dentro” não me importava. “Fora” eram as residências mais próximas da estrada que corta a CDD. Todo o interior já era “dentro”. Frequentemente me diziam “moça, aqui está difícil de alugar, você vai ter que ficar um tempo de olho aqui porque desocupa e alguém já aluga”. Isso me desanimou, pois eu não tinha como ficar ali algum tempo, precisava deixar a locação já negociada para quando retornar ter onde ficar.

Por fim, já desesperançosa, encontrei um antigo conhecido, o qual me deu a informação que na esquina da rua de sua casa havia um quarto para alugar. Ressaltou que eu deveria dizer que eu o conhecia, pois a família não alugava para qualquer pessoa. E foi ali que morei durante minha estadia na CDD. Um “puxadinho”, em cima da casa da família, de três cômodos. Me pareceu um ótimo local, inclusive pela localização: quase que um ponto central entre as regiões Quinze, Treze e Caratê e próximo a casa de pessoas que eu já conhecia.

Surpreendi-me com o aluguel de R\$ 450,00. Entretanto fui advertida que após a pacificação, muitas pessoas queriam morar na CDD, além do fluxo intenso de trabalhadores das obras que estavam sendo realizadas e que alugavam um local para morar enquanto cumpriam a temporada de trabalho. Fiquei curiosa sobre o preço de casas para venda e comecei a me atentar aos anúncios nos postes. A maioria das casas à venda tinha o

valor entre oitenta e cem mil reais. Fui informada que antes da pacificação, encontraria facilmente um imóvel na faixa de oito a quinze mil reais. A diferença é gritante. O aluguel também havia tido um aumento muito expressivo: anteriormente locavam-se imóveis por cerca de cem reais. Situação boa para os proprietários, ruim para os inquilinos. Certamente muitos se beneficiaram financeiramente de tal situação e outros não tiveram condição de continuar morando na antiga residência.

O senhor que havia me indicado o imóvel ficou muito feliz quando soube que eu moraria ali. Disse que eu poderia ficar tranquila, pois os donos eram “crentes” e ninguém ia “mexer” comigo sabendo que eu estava na casa deles. E diversas vezes ouvi falas semelhantes: “está na casa dos “crentes? Ah, então pode ficar tranquila”. Os “crentes” eram uma família frequentadora da Assembleia de Deus. Mais tarde entendi um pouco mais desse respeito pelos membros desta vertente religiosa.

Certa vez, comentei com o dono da casa que tinha ido ver se havia vaga no pequeno prédio logo a frente de onde morávamos. Ele comentou com a esposa rindo “ela foi ver se tinha vaga na cabeça de porco!” Eu sem entender, perguntei qual era o problema. Segundo ele, o problema era que ali morava só “gente ruim”. Eu conviveria com “bandagem, prostituição e uso de drogas”. Em pouco tempo percebi que o local no qual estava morando influenciava o que as pessoas pensavam de mim. O fato de estar na casa dos “crentes” supunha que eu era uma pessoa que possivelmente estava realizando algum trabalho junto à igreja, de viés social, ou ainda que eu fosse parente ou amiga da família.

Essas pequenas conversas se transformaram em pouco tempo em longas conversas embaladas a café na sala da casa de meus anfitriões. Da mesma forma, sempre subiam as escadas para conversar e saber se eu estava precisando de algo. A comunicação era bem fácil, já que o quintal era comum às duas residências. A preocupação do casal que havia me recebido com meu bem estar era grande. Sempre me levavam um prato de comida, perguntando se eu estava me alimentando bem e como eu estava em relação a saudade de minha família. Quando cheguei, levei somente um colchão inflável, roupa de cama, um prato e um jogo de talheres. Aos poucos adquiri alguns panos de chão, um rodo, um chuveiro e uma geladeira. No dia que cheguei já encontrei na casa uma vassoura e um vidro de desinfetante. O chão estava muito empoeirado, mas minha exaustão física e mental de toda a mudança só me permitiu dormir.

Depois de cerca de três dias instalada na CDD, a chuva e o clima fresco deram lugar ao sol de verão. A telha de “ethernit” grossa, comum a várias casas, me dava uma

sensação de estar dentro de um carro que ficou no sol. Senti a emergência de conseguir uma geladeira. A temperatura era tão alta que eu tinha que manter minhas garrafas de água dentro de baldes para que não ficassem mornas. Nesta situação, roupas leves e pequenas são uma necessidade e não só um estilo. Talvez o calor excessivo tenha sido o único incômodo que eu tenha tido de fato. Conseguia dormir somente com o horário bem avançado e acordava já com o sol quente às seis da manhã. Observando várias casas, entendi – e tive a confirmação de moradores – a principal função das lajes. As lajes eram um espaço entre a telha também de “ethernit” - mais acessível financeiramente do que telhas de barro - e a laje da casa propriamente dita, dissipando o calor que recairia diretamente sobre o telhado da casa. Obviamente, algumas vezes era utilizado para as conhecidas “festa na laje”.

Os locatários da minha casa disseram que o local ficou fechado por muito tempo, pois por ser alto era alvo fácil de balas perdidas e eles temiam que o inquilino acabasse baleado. De fato havia várias marcas de tiros nas paredes externas. Depois da pacificação, alugaram o local para uma moça, que segundo eles, importunava muito por receber pessoas, ouvir música, a chamarem no portão, encher o varal do quintal com suas roupas, entre outras coisas. Obviamente, tomava essas reclamações como coisas que eu não deveria fazer para manter uma boa relação com a família.

Certa vez, comentando com um amigo das restrições que eu tinha onde morava e que, apesar de ser extremamente bem recebida, não me sentia a vontade por não poder fazer coisas rotineiras para mim, ele comentou rindo “é, você foi pacificada!”. Entendi o que ele quis dizer. A pacificação ultrapassa os limites do desarmamento de “bandidos” e perpassa a vida pessoal, os costumes e os hábitos. Traz em seu discurso uma forma correta de conduta, que não é só impositiva, mas penetra as subjetividades ao ponto de começar a se pensar que agir de tal forma, a que sempre foi comum, é errado.

Em pouco tempo eu já circulava pelas ONGs durante o dia, com a família no fim da tarde e pelos bares durante a noite. Quase diariamente ia até o Alfazendo, acompanhando Iara nos seus afazeres, a qual sempre se dispôs a conversar pacientemente comigo, almoçava em um restaurante no qual era conhecida por “moça do ovo frito” por não comer carne, no fim da tarde ia até o mercado, chegava em casa e conversava por algumas horas com a família que me recebia (especialmente com a mãe) e anoitecendo encontrava alguns amigos, no geral rapazes, e íamos em algum bar ou na casa de algum deles onde passávamos horas conversando.

PARTE 2

Violência urbana, favelas e segurança pública

A "violência urbana" aparece como central nos discursos midiáticos e governamentais que informam o senso comum. O que se pode afirmar é que há um consenso quanto à sensação de insegurança, de possível rompimento com a ordem cotidiana das coisas devido a uma ação violenta, de descontrole e de medo. O Rio de Janeiro continua sendo um caso emblemático para pensar tal questão.

O consenso na opinião pública sobre o aumento desenfreado da "violência urbana" desemboca em demanda por segurança pública. Essa violência é entendida em relação causal com o tráfico de drogas, com o território no qual se instala e consequentemente com a população que ali vive. Tal entendimento afasta o debate da questão dos direitos, ao contrário, visa o aumento de repressão e o endurecimento das ações policiais, legitimando toda forma de ação, desde que vise conter os supostos criminosos. Neste processo há a criminalização de toda a população residente em favelas, as quais ficam à deriva dos abusos policiais. Polarizando o debate, há o questionamento dos inúmeros abusos policiais - com uma capacidade de penetração na opinião pública muito menor.

Mesmo assumindo que há um aumento no número de crimes violentos, grande parte de insegurança e do medo que aflige a população carioca está relacionado a um imaginário de uma comunidade³⁶ tranquila e pacata que tenha existido em um passado distante, em contraposição a realidade aterradora que os amedronta, a qual era balizada pela confiança e não pela desconfiança pois,

Na percepção social atual, todos os segmentos sociais, atingidos e assustados com a violência cotidiana, culpam-se uns aos outros, desencontradamente, pela dissolução de um mítico ordenamento das relações sociais, calmo e previsível, que provavelmente nunca existiu (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 4).

O aumento da demanda por segurança desemboca principalmente em repressão contra favelados tendo a polícia como ator central e firmando a associação entre pobreza e violência:

Os estratos superiores consideram que os culpados por essa situação são os moradores das favelas, reformulando o mito das classes perigosas, agora baseado

³⁶Bauman (2003) define comunidade como algo sempre associado a sensações boas e prazerosas, as quais gostaríamos de ter, mas não alcançamos mais. Birman (2008) destaca que esta ideia positiva de comunidade está diretamente atrelada a tentativa de romper com os aspectos negativos associados historicamente às favelas.

em uma visão fortemente polarizada dos espaços urbanos. Uma associação direta e perversa os rotula de bandidos ou quase bandidos por ocuparem todos os mesmos territórios da pobreza e da vulnerabilidade social (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 4).

A construção social das favelas cariocas como territórios da violência se torna mais explícita a partir da década de 1990, quando é declarada pelo governo a “guerra contra o tráfico”, a qual marca esta década. Os moradores de forma geral, neste contexto, fazem parte do inimigo a ser combatido, sendo entendidos como “bandidos” em potencial, reafirmando as representações dominantes da favela como um “outro” que não tem lugar na cidade - relação expressa nas políticas de segurança públicas ali praticadas (LEITE, 2012). Essas políticas tem como prerrogativa a incompatibilidade entre sua eficácia e os direitos dos favelados.

A “expansão do mundo do crime” é também, portanto, esta multiplicação imaginária do criminoso nos discursos públicos, realizada numa operação de auto-legitimação bastante complexa, que figura agora todos os jovens de periferia e suas famílias como “bandidos”. Esta figuração, nitidamente vinculada aos processos de legitimação dos atores públicos, portanto da política, não é nova. Ela interage diretamente com a repartição histórica dos lugares sociais e das hierarquias entre eles, e funciona para limitar o “direito a ter direitos” das parcelas mais pobres da população. A operação é mais sofisticada hoje, entretanto: embora inseridos formalmente num regime político fundado sobre a universalidade de direitos, processa-se tal disputa simbólica que o direito universal seria uma afronta à própria democracia. *Direitos para bandidos? Bandido tem que morrer*. É por isso que o assassinato de 493 bandidos foi lido como acréscimo à ordem, e acalmou a cidade. Esta forma de “criminalização” seria a segunda dimensão da “expansão do mundo do crime na periferia” (FELTRAN, 2008, p. 195).

A guerra contra o tráfico, instaurada como medida de resposta às demandas por segurança, é declarada contra as favelas e favelados de forma geral, construindo um “outro” marginal em uma cidade dividida entre cidadãos de bem e pessoas perigosas. Este contexto não é exclusivo do Rio de Janeiro. Em São Paulo, com os ataques do PCC em 2006 que resultaram em 40 policiais mortos, a resposta veio com 128³⁷ “suspeitos” executados nos dias que se seguiram segundo os dados oficiais. Neste período foi explicitamente declarada uma “guerra contra o crime” (FELTRAN, 2012).

No fim dos anos 2000, através da implementação das UPPs pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, há uma tentativa de acionar a lógica da “pacificação” rompendo com a lógica da “guerra” (LEITE, 2012). Neste sentido, há uma

³⁷Feltran (2012) ressalta que em pesquisa posterior foram constatadas 493 mortes nesta semana, 221 praticadas por policiais, 52 decorrentes dos ataques do PCC e pelo menos 220 não esclarecidas.

tentativa de mudança do foco de atuação policial, até então o combate armado da criminalidade, para uma forma de ação voltada para a administração do conflito.

Até o momento foram instaladas 34 UPPs nas seguintes favelas elencadas seguindo a ordem de instalação por data em cada região: Zona Sul - Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Tabajaras e Cabritos, Escondidinho e Prazeres, Rocinha, Vidigal, Cerro-Corá; Zona Norte – Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, São João, Matriz e Quieto, Macacos, Mangueira, Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baiana, Alemão, Chatuba, Fé e Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Jacarezinho, Mangueiros, Barreira do Vasco e Tuiuti, Caju, Arará e Mandela; Zona Oeste – Cidade de Deus, Batan; Centro – Providência, Coroa, Fallet e Fogueteiro, São Carlos. Segundo o censo de 2010 o número total de favelas na cidade é de 763³⁸ sendo a grande maioria não pacificada. Nestas, a lógica vigente que orienta a ação policial continua a ser a da guerra.

A instalação da UPP é precedida por uma invasão policial no território com o intuito prender traficantes e realizar a apreensão de drogas ilícitas e armas. Como destaca Cunha e Mello (2011), o padrão de atuação da polícia em favelas e bairros pobres é historicamente caracterizado pelo uso da violência, arbitrariedades e desrespeito pelas pessoas que vivem nestes territórios. Nas invasões que precedem as UPPs não é diferente, são inúmeras denúncias de abusos por parte de policiais, como a invasão de residências sem mandato judicial na busca de possíveis suspeitos, não reconhecendo moradores de favelas como portadores de direitos, ao contrário, pautando-se na ideia de que eram bandidos em potencial, os quais representariam perigo para a sociedade, estigma que recai, sobretudo sobre a população jovem.

³⁸ Este número refere-se ao que foi definido como aglomerados subnormais. “O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico 199. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grotas, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.” Os critérios utilizados para definir tais territórios foram: “O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais. Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 26).

Nos territórios pacificados, o principal objetivo das UPPs é a eliminação do domínio militar do crime, ou seja, não do tráfico de drogas enquanto atividade, mas reduzir os conflitos e ostentação de armas destes grupos. Desta forma o que está no centro desta lógica de combate são os sujeitos inscritos no crime em seus níveis mais capilares, não o tráfico de drogas pensado enquanto uma dinâmica mais ampla.

Como venho demonstrando, há um processo de territorialização da violência e do crime – as favelas, assim como a estigmatização de moradores como pessoas potencialmente perigosas, sobretudo as camadas jovens. Tal processo torna possível que a principal política voltada para esse segmento populacional seja uma política de segurança pública, a qual deságua como gestão armada do território e das pessoas. Tal contexto explicita que a centralidade do conflito social na relação "morro" e "asfalto", contemporaneamente, é a violência. Violência esta, que é entendida – pelo senso comum, discursos midiáticos e governamentais – como consequência principalmente da criminalidade que se instala em territórios que habitam o imaginário social como locais de pobreza. Desta forma fica estabelecida também a relação já criticada por diversos autores³⁹ entre pobreza e criminalidade. No caso carioca, a criminalidade é relacionada especialmente ao tráfico de drogas e no centro das discussões estão os jovens traficantes.

Tal lógica, antes de buscar combater o tráfico de drogas enquanto atividade, levando em consideração as complexas dinâmicas que permitem seu funcionamento, assim como todos os sujeitos envolvidos, volta-se aos níveis mais capilares, recaindo sobre os jovens trabalhadores entendidos como sujeitos inscritos no crime e não tão bem remunerados como fantasia o senso comum.

De fato, a perspectiva de futuras promoções na hierarquia empresarial local pode alimentar expectativas promissoras de enriquecimento ilícito, no entanto, os rendimentos mensais de um traficante comum já não superam os ganhos de trabalhadores formais com baixa qualificação, como pode ter sido o caso ao longo da década de 1990. O crescimento exponencial do salário mínimo desde o início dos anos 2000 e o concomitante incremento nas políticas de combate ao tráfico obtiveram êxito em redimensionar a razão entre as recompensas do engajamento no *Crime*, tornando a participação no tráfico uma opção custosa, cuja remuneração econômica dificilmente oferece uma boa contrapartida aos riscos inerentes a esta escolha (GRILLO, 2013, p. 9).

³⁹Sob diversas perspectivas, ver Adorno (2002), Birman (2008), Feltran (2008), Machado da Silva; Leite; Fridman (2005), Leite (2012), Machado da Silva (2008b, 2010), Misse (2006, 2010), Valladares (2005), Zaluar (2005).

Tais sujeitos acabam por mobilizar diversas formas de gestão. A mais difundida atualmente – talvez pela ampla repercussão midiática – são as UPPs. Mas também, destaco outras formas, não menos importantes e que não se resumem a gestão, mas que de alguma forma visam gerir o território e as pessoas: igrejas pentecostais, ONGs e o próprio tráfico de drogas - quando entendido como uma dinâmica mais ampla. Desde já, argumento aqui, que os jovens inscritos no crime, especialmente, mobilizam tais formas de gestão. Este argumento será melhor desenvolvido adiante através das diversas situações que serão abordadas. A seguir, apresento formas de gestão, de resistência e intersecções que resultam na complexa realidade vivida por moradores de uma favela pacificada contemporaneamente.

A UPP chegou na favela

Publicação: A prefeitura do Rio decretou a morte de Ipanema e Leblon nos fins de semana e feriados. Não dá mais para os moradores, que pagam os maiores IPTUs do país saírem às ruas ou irem á praia em paz. O cenário é aterrador. Sem nenhum preconceito, não é possível ônibus a cada quinze minutos para o Morro do Alemão. Podem marcar o enterro!

Resposta 1: Arrastão folia fora de época, imagine quando chegar o verão propriamente dito.

Resposta 2: Quantas pessoas cabem ao mesmo tempo? É matemática pura, juntando um bando de mal educados, é conflito na certa.

Há um medo generalizado na cidade especialmente de assaltos, sequestros entre outros crimes com possíveis desfechos trágicos. Esse medo dirige-se a um grupo específico de pessoas: moradores de favelas, especialmente jovens negros. Desta forma, amplia-se a aceitação social de arbitrariedades e a segurança de uns passa a ser pensada em detrimento do “outro”. A instalação das UPPs não rompe com a vontade de manter-se longe daqueles que representariam perigo.

Dia 20 de novembro de 2013, vi a publicação acima em uma rede social. Este trecho demarca fronteiras ainda nítidas. Mesmo que a ênfase do discurso tenha passado de

“territórios de violência” e “classes perigosas” para “pacificação” e “integração”, a favela continua sendo entendida como algo indesejável do ponto de vista social e estético. Explicitar tais fronteiras não significa enfatizar uma não integração da favela à cidade, mas sim reconhecer a produção histórica das mesmas como “margens” do Estado (DAS; POOLE, 2008).

Os jovens, especialmente vítimas de tal estigma, são o alvo principal de repressão policial. Segundo Leite e Machado (2013b) tal segmento é considerado pelas autoridades o mais problemático para o programa de pacificação, os quais apresentariam resistência a este modelo. A presença constante de policiais armados efetiva um controle não só no afastamento de “bandidos”, mas da população como um todo, recaindo, sobretudo, nas formas de sociabilidade jovem, como no caso da proibição de bailes *funk* no próprio local berço deste estilo musical. Ao mesmo tempo, as favelas pacificadas passam a ser sede de festas voltadas para turistas e cariocas de classe alta com a justificativa de integrar e proporcionar trocas de experiências entre “morro” e “asfalto”. Entretanto o preço exorbitante do ingresso destas festas acaba por inviabilizar que os próprios moradores de favelas frequentem tais eventos. Este tipo de controle é inclusive regulado por uma norma que submete a realização de qualquer evento em territórios pacificados à aprovação das autoridades policiais⁴⁰.

Ironicamente o maior medo de jovens moradores de favelas pacificadas continua sendo a violência policial dentro e fora dos territórios onde moram. O medo de agressão por parte da polícia é um dos motivos de pouca circulação destes jovens pela cidade. Procuram desenvolver estratégias, como andar em grupos, para evitar agressões. De outro lado, andando em grupos se tornam mais suscetíveis à revistas policiais e aos constrangimentos decorrentes (LEITE; MACHADO, 2013).

Com a instalação das UPPs o medo da violência policial passa a existir de forma cotidiana por moradores de favelas nos próprios lugares onde moram. Mesmo com uma liberdade de circulação maior, foi frequente durante a realização de minha pesquisa falas como “não gosto de ficar por aí na rua, prefiro ficar dentro de casa”, especialmente de jovens. As reuniões, quando ocorrem na rua, ficam sob vigilância dos policiais que circulam em suas viaturas com os fuzis expostos e atenta observação do movimento.

⁴⁰ Ver notícia sobre o assunto publicada em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/12/em-favelas-com-upp-baile-funk-perde-a-vez-para-festas-de-classe-media.htm>

Frequente também foram reclamações sobre a insegurança de sentar-se nos portões de suas casas com um colega durante a noite, como era rotineiro antes da instalação das UPPs, pois isso já instiga abordagens policiais muitas vezes agressivas. Os que estão no asfalto fecham-se em seus enclaves fortificados, usam da segurança privada, demandam por políticas de segurança pública e pelo endurecimento das ações policiais (CALDEIRA, 2000); como consequência, a população alvo de tal medo passa a viver sob repressão, na iminência de uma abordagem policial, dos constrangimentos decorrentes e de agressão por parte de tais agentes estatais.

O alvo da violência policial é toda a população moradora de favelas. Tal condição já garante a posição de suspeito podendo desembocar em uma abordagem violenta ou até fatal. Recentemente houve um caso de um moto-taxista executado por um policial da UPP na CDD. Segundo relatos, na abordagem o policial provocou a queda de moto do rapaz, o qual, machucado, não reagiu e mesmo assim foi baleado em seguida. São inúmeros casos como este, mas quase nenhum tem a repercussão do “Caso Amarildo”. A polícia aparece neste contexto como um ator dúbio, ao mesmo tempo em que é um agente de segurança e sua presença proporciona a cessão dos frequentes tiroteios, também representa o maior temor de violência por parte das populações de favelas.

Dois policiais da UPP

Eu: E como era quando vocês chegaram?

Resposta: A ocupação começou em novembro/ dezembro [2008]. Essa primeira etapa é feita pelo BOPE, pelo batalhão de choque e depois vem a gente. Eles [BOPE] tomam tudo. Depois que tomam, aí quando a gente entra já está tudo tomado. A gente entra para poder substituir eles e manter o policiamento aqui. Para implantar o policiamento comunitário.

Eu: A polícia, antes, entrava aqui em momentos de conflito. Quando te falaram da UPP, de ficar o tempo todo aqui, o que você pensou sobre isso?

Resposta: A princípio a gente meio que não acreditou, não achamos que isso ia continuar. O que a polícia fazia antigamente era entrar para cumprir mandatos, tinha troca de tiros, e saía. Nunca houve uma ocupação assim permanente, com um efetivo tão grande assim, tão expressivo. Mas é, a gente meio que não acreditava que realmente seria uma coisa que daria certo. A gente tinha meio que

uma certa, desconfiança, do mesmo jeito que o morador tinha desconfiança da gente, a gente tinha desconfiança do morador.
[Entrevista realizada em julho/ 2011]

Para pensar sobre os policiais da UPP, trago duas situações. A primeira refere-se a uma vivência durante a realização da pesquisa de campo em 2013. Nesta situação trago meu relato da festa de carnaval na CDD, um tiroteio e a conversa com um policial sobre tráfico e violência. A segunda situação é uma entrevista gravada realizada em 2011 com um típico policial ideal da UPP: recém-formado e sem atuação anterior na profissão.

Era carnaval. Sardinha, um traficante local, se envolveu em um tiroteio. Três dias de festa na rua principal da CDD, mas o terceiro dia não aconteceu. No primeiro dia de festa vi o bloco dos *bate-bolas*⁴¹, com fantasias muito bonitas. As fantasias são como roupas de palhaços pomposas e máscaras de caretas assustadoras. Carregavam uma bola amarrada em um barbante presa em um bastão. Andavam firmemente batendo essa bola no chão, o que fazia bastante barulho. Tive vontade enorme de tirar fotos do bloco, mas não o fiz devido ao que me disseram: "vagabundo tem o coração na sola do pé, se sair tirando fotos por aí, está com a corda no pescoço". Posteriormente fiquei sabendo que esse bloco é típico de favelas cariocas.

Pude observar no segundo dia de festa as barracas dos dois lados da rua no decorrer de quatro quadras com intenso movimento. Nas ruas perpendiculares havia algum movimento, inclusive alguns brinquedos para entretenimento das crianças. Havia também um palco grande onde ocorreram apresentações de bandas. Neste mesmo dia vi um grupo de meninos pré-adolescentes e adolescentes empunhando armas de brinquedo feitas com canos de PVC e brincando de atirar. As ruas laterais estavam bem mais escuras, porém ainda com um movimento considerável. Havia meninos vendendo drogas, oferecendo para os que transitavam nas ruas paralelas e perpendiculares ao palco. O clima me parecia bem tranquilo, casais andando com seus filhos, pessoas de todas as idades e crianças brincando.

No terceiro dia tudo estava diferente: a rua estava completamente deserta, vários postes apagados, os equipamentos principais tinham sido levados, mas a estrutura de palco e das barracas ainda estavam lá. No dia seguinte, logo de manhã, soube que havia tido um tiroteio na festa de carnaval: um ferido e um morto. Algumas pessoas me disseram ter

⁴¹Bate-bola é uma fantasia carnavalesca típica do subúrbio do Rio de Janeiro. É uma fantasia de palhaço com uma máscara amedrontadora. Andam batendo suas bolas de borracha firmemente no chão. Faz parte da atitude destes foliões assustar as pessoas. Para mais informações ver Pereira (2008).

passado pela rua um grupo de quinze rapazes armados com fuzil, mas logo a polícia passou atrás deles e houve troca de tiros. Outros disseram que o Sardinha estava desfilando nos Bate-Bolas, quando foi abordado por um policial e houve troca de tiros. Também ouvi que o Sardinha foi baleado por um membro de uma facção rival⁴². De qualquer forma, todos estavam dizendo que havia tido tiroteio, como começou era questão controversa. Perguntei para algumas pessoas, mas percebi que não estavam se sentindo à vontade para falar sobre isso e logo desviavam o assunto.

Nesta mesma semana, aproveitando o ocorrido, passei no posto da UPP para conversar e procurar entender um pouco da posição dos policiais que atuam na CDD, especialmente pelo recente tiroteio. O policial que me atendeu tinha cerca de quarenta anos e já atuava na profissão antes de ingressar na UPP. Por diversas vezes, me perguntou em tom jocoso “isso não é para matéria de jornal não?” Eu disse que estava desenvolvendo uma pesquisa na CDD e morando ali por algum tempo, tentando passar alguma seriedade.

Perguntei como era trabalhar na CDD naquele momento, ele disse tranquilamente não haver mais problemas e conflitos, mas eu deveria tomar cuidado como em qualquer outro lugar do mundo. Então indaguei sobre o tiroteio durante a festa de carnaval. O policial fez-se de desentendido: “tiroteio?”, virando para seu colega de trabalho e perguntando “você está sabendo de algum tiroteio? Eu não vi nenhum!”. Esta fala foi seguida de risadas. Afirmou que talvez tenha acontecido uma briga, mas ressaltou que os moradores costumam exagerar. Explicou que os moradores aumentam a situação, pois pensam que caso falassem verem um suspeito passando com uma arma pequena a polícia não iria atender a ocorrência. Continuou dizendo: “tudo o que os moradores precisam, ligam na base, pode ser ajuda médica, parto ou material escolar” e apesar de não ser essa a função da polícia, acabam fazendo isso rotineiramente, além do fato de muitos moradores terem o seu número de celular particular e ligarem inclusive quando não está a trabalho.

⁴² A facção atuante na CDD é o Comando Vermelho - CV. O Rio de Janeiro ainda conta com duas outras grandes facções: Amigos dos Amigos e Terceiro Comando, diferente do contexto paulista onde há forte predominância do Primeiro Comando da Capital – PCC. Durante minha estadia na CDD vi em várias situações, em pichações e escritos em vidros de carros empoeirados por exemplo, as siglas CV – PCC, o que me despertou a curiosidade. Tentei, em alguns momentos, perguntar para meus interlocutores o que significava e a resposta sempre apontava para uma espécie de parceria entre as facções, mas não algo organizado que pudesse indicar ações coordenadas das duas facções por exemplo. Parceria no sentido de, quem é do CV é protegido e acolhido no PCC, assim como o inverso. Entretanto, qualquer contribuição minha neste ponto é superficial, pois a falta de possibilidade de me aprofundar nestes aspectos somente permite que eu tenha indícios desta relação. Leituras indispensáveis acerca as duas facções são: Grillo (2013) sobre o Comando Vermelho e Biondi (2010) sobre o PCC. Aparentemente, essas possíveis relações de parceria, é algo ainda não explorado pela bibliografia.

Segui perguntando sobre o tráfico de drogas. O policial respondeu prontamente "aqui não tem mais isso não". Disse-me que "um ou outro que se atreve a vender uma coisinha", mas isso é raro e a polícia "pega rapidinho" (contrariando o que ouvi e vi). Sobre usuários, disse existir alguns que não conseguiram superar o vício e "fumam uma maconha de vez em quando", mas a maioria parou. Ainda acrescentou: "se o pedreiro constrói, o pintor pinta, nós como policiais estamos entediados aqui, pois nosso papel é prender". Nos jornais do Rio de Janeiro não encontrei nenhuma notícia a respeito do tiroteio. A questão não é descobrir ou julgar qual das versões sobre o evento é a que de fato ocorreu, mas explicitar como fatos como este são tratados ou simplesmente apagados da mídia e da fala dos policiais.

Esta situação me causou incomodo pela negação do que havia ocorrido ali, pelas trocas de olhares entre o policial que eu conversava e outro que estava na sala e pelas risadas discretas que davam um tom de deboche e ironia. Fiquei com uma sensação de “o que acontece aqui, morre aqui” ou “você acha mesmo que vamos responder as suas perguntas?”.

Em 2011 conversei com outro policial com um diferente perfil: recém-formado e com sua primeira atuação na carreira na UPP. Muito mais aberto a dialogar, mas com um discurso escrito na “cartilha”.

Entrei para a polícia em 2008, incentivado pela minha esposa na época, o pai dela é policial. Sinceramente nunca pensei em entrar para a polícia. Fiz a prova, passei e fiz o curso, acabei me apegando e fui classificado na UPP da CDD. Aí depois eu vim direto para cá.

Eu: É você que escolhe?

Resposta: A princípio eu não queria vir, queria era policiamento comunitário. Na época era policiamento comunitário, não tinha nenhum nome de UPP e eu já estava cursando. A minha turma foi direcionada para a UPP Santa Marta, que foi a primeira, depois foi CDD e Batan. Aí eu não fui para o Santa Marta, era então ou para a CDD ou para o Batan. Eu sinceramente, queria ir para o Batan, que é mais próximo da minha casa. E do ponto de vista de tráfico, o Batan era bem mais tranquilo. Na CDD a gente já sabia que o tráfico era bem mais presente, troca de tiros... Mas aí, fui classificado na CDD. Você não escolhe não.

No primeiro dia, era a primeira vez que muitos de nós estávamos entrando em uma favela. No curso que a gente fez tinha o curso do BOPE. A gente fez o curso com o BOPE. Uma semana com o BOPE. Antes de vir para a CDD. Aí a gente fez a visita com eles a primeira

vez e foi a primeira vez que eu entrei em uma comunidade. A gente viu como é que era e tal. Aí a gente começou. A gente pegou esta sede aqui, pra ficar como nossa base e a princípio com os moradores era meio que um clima de desconfiança. Eles tinham medo de ter contato com a gente por causa dos traficantes, entendeu?

Os principais [traficantes] fugiram, ou foram presos, mas tem aqueles que trabalhavam no tráfico. Aos poucos nós fomos conquistando a confiança, até porque para eles, o medo deles, qual é? A gente está aqui, mas quanto tempo vai ficar? Se a gente ficar com contato com vocês, quando vocês saírem, quem vai proporcionar segurança para a gente? Esse era o principal medo.
[Entrevista realizada em julho/ 2011]

Este jovem policial me relata como entrou para a polícia. Fala sobre a influência da esposa em sua escolha e, aceitando a sugestão, escolheu atuar no policiamento comunitário. Quando iniciou o seu curso de formação, não sabia que seria alocado no projeto da UPP. Na época, havia disponibilidade para atuar na favela Santa Marta – Zona Sul, Batan – Zona Oeste ou CDD – Zona Oeste. No entanto, não havia a possibilidade de escolha do local de trabalho. No seu caso, tinha preferência por outra localidade, pela proximidade com sua residência e devido às informações sobre a CDD a descreverem como um local com intensa atuação do tráfico de drogas e grande quantidade de armamentos pesados.

A primeira vez em que entrou em uma favela foi após a conclusão de sua formação. A última etapa é um curso com o BOPE, no qual aprendem algumas técnicas de combate. Em seguida, entram na favela onde vão atuar junto ao BOPE para darem início a sua atuação contínua naquela localidade. Assumem a base e iniciam o seu trabalho. Disse que a relação com os moradores foi sendo estabelecida aos poucos, pois havia desconfiança e medo de uma não continuidade do projeto. Diversas vezes, ouvi também, que o medo, além da possibilidade de não continuidade das UPPs, era devido às relações estabelecidas com a polícia sempre terem sido violentas. O policial sempre esteve na posição do “outro” que representava perigo. Outro ponto é o medo de estabelecer a relação com policiais e ser entendido como uma pessoa que “fecha com cana”. Mesmo um policial específico sendo uma pessoa mais acessível, o receio de parecer estar do lado daqueles que por tanto tempo atuaram de forma truculenta em relação àquela população é maior.

Eu comecei aqui na CDD, fui convidado para um projeto de música, já vai fazer dois anos que eu estou com um projeto de música aqui na CDD, eu dou aula de teclado... já mais uma forma de interação, de contato, de quebrar essa barreira um pouco com a polícia com os moradores da comunidade. Antes era guerra e os dois lados sofriam. Tinha morte de traficante e tinha morte de policial. No décimo oitavo tem lá, galeria dos heróis, a maioria que morreu, morreu aqui na CDD que era a principal favela por tráfico onde ostentava fuzis e armas pesadas, desta região, de Jacarepaguá.[Entrevista realizada em julho/ 2011]

Durante minha estadia na CDD, algumas vezes vi policiais dando aula de futebol e música principalmente, situação muito enaltecida em noticiários voltados a demonstrar a frutífera relação estabelecida entre polícia e moradores de favelas. Esses seriam indícios da eficácia de tal projeto. Entretanto, pára por aí. Nunca presenciei uma turma de jovens em tal tipo de situação. Ao contrário, me pareceu que os jovens nutriam por policiais um afastamento pautado no medo e no incômodo.

Leite e Machado da Silva (2013) citam um depoimento de um oficial graduado da polícia militar elucidativo desta relação: “Nosso foco são as crianças. A juventude da favela não tem jeito. Já foi cooptada pelo tráfico. Essa nós já perdemos. Agora temos que investir é na nova geração”. Essa fala explicita um pré-conceito que entende os jovens como se todos tivessem envolvimento com o tráfico. Talvez, tal entendimento seja uma importante base para compreender a relação estabelecida com crianças e a relação truculenta com jovens. Certamente, esta situação não é totalizante, mas perceptível ao observar o cotidiano de uma favela pacificada.

Entretanto, se de um lado a população tem medo de policiais, esses também tem seus temores. Apesar de isso não ter sido explicitado para mim durante a entrevista, no trecho “no décimo oitavo tem lá, galeria dos heróis, a maioria que morreu, morreu aqui na CDD que era a principal favela por tráfico onde ostentava fuzis e armas pesadas, desta região, de Jacarepaguá” pode-se perceber o receio sentido pelo interlocutor devido à posição que ocupa. A união do fato dos traficantes em sua maioria serem jovens (e não a maioria dos jovens serem traficantes) conjuntamente a processo histórico de combatividade violenta aos favelados com respostas também violentas por parte das facções, podem ser um importante elemento para compreender o atual complexo de relações entre policiais das UPPs e moradores de favelas.

Eu: O que o treinamento comunitário tem de diferente?

Resposta: É uma matéria específica, a Filosofia do Policiamento Comunitário. Na polícia antes não tinha. Antes não tinha a filosofia de você chegar e conversar com morador pra ver o que ele está precisando, entendeu? De manter essa amizade, atender solicitações, do companheirismo mesmo. É outro tipo de policiamento. Antes tinha que ligar para a polícia, no comunitário você está ali presente no cotidiano do morador, conversa com ele sobre variados assuntos, tal... A gente tem todo tipo de solicitação, às vezes nem é nossa alçada, mas aí a gente vai e atende. O que ocorre muito é caso de gravidez, tem policiais que já até fizeram parto. Isso é parte de ambulância, bombeiros, mas como a gente está aqui, a gente vai e atende. É uma coisa que não é da nossa alçada, mas que a gente acaba atendendo. Aí cria essa relação. Tem a festinha ali na frente, aí convida a gente. É outro tipo de policiamento. Quem já estava na rua antes da policia comunitária, age de outra forma. Não foi instruído para esta relação. Todas as UPPs dão privilégio para policiais que estão sendo recém formados, que não têm os vícios da rua. [Entrevista realizada em julho/2011]

O policiamento comunitário é a proposta que diferencia a UPP das formas de intervenção policiais anteriores. No relato acima parece que tal proposta seria uma formação de policiais os quais dialogariam com os moradores de favela, ensinada como uma “filosofia” a ser seguida na atuação junto a estas populações. Apesar de ter ouvido sobre atender diversas demandas da população na fala deste policial, do outro com o qual também conversei e lido em outras entrevistas veiculadas na internet, nunca observei esta situação durante minha estadia. No entanto, em conversas mantidas com membros de associações locais, diversas vezes ouvi que a UPP não daria autonomia aos moradores. Se antes estavam submetidos ao domínio de facções e estavam acostumados a recorrer aos “bandidos” para solucionar problemas, agora os policiais incentivavam que o mesmo fosse feito com eles. Tal ação seria prejudicial, pois não promoveria uma emancipação no sentido de conscientizar dos direitos que possuem e da luta que deve ser travada para que os mesmos sejam reconhecidos.

As UPPs foram iniciadas em um misto de divulgação de projeto capaz de reverter toda a situação de opressão vivida por favelados, desde o domínio de facções criminosas até a inclusão destas pessoas (as quais supostamente seriam excluídas) e uma certa descrença se este projeto seria levado adiante. Hoje há uma crença maior na continuidade

das UPPs. A divergência na postura do primeiro e do segundo policial dá indícios de que existem diferentes formas de atuação. O perfil ideal é do policial recém formado para atuar especificamente no projeto. Todavia, não há efetivo suficiente para suprir toda a demanda de cargos que devem ser ocupados. Obviamente, ser um policial recém formado não garante que sua atuação junto aos moradores de favela seja melhor do que de um policial que já exercia a profissão anteriormente. Contudo, não há como negar que a carga histórica de relação exclusivamente conflituosa e violenta possa ter influência na atuação dos mesmos. Assim como as generalizações sobre a criminalidade influenciem as ações de policiais, o histórico de abordagens abusivas influencia a relação destas populações com os mesmos.

O “atividade”, a “mulher”, o “vapor”, o “frente”, a “endola” e o “dono” – o tráfico de drogas pós UPP

Pretendo aqui fazer alguns apontamentos sobre algumas reconfigurações do tráfico de drogas pós UPP. Desde já, deixo claro que trato de um contexto específico vivido na CDD. As diversas favelas que receberam o projeto UPP, assim como a presença de diferentes facções ou ainda a presença de mais de uma facção podem ter se adaptado de formas distintas. Entretanto, restrinjo-me a apontar o contexto no qual eu estava inserida devido à impossibilidade de uma pesquisa tão ampla e também pelo objetivo aqui ser demonstrar dinâmicas e reconfigurações e não apontar um esquema estruturado do funcionamento do tráfico de drogas em sua totalidade. Para tanto, apoio-me no livro de Antônio Carlos Rafael Barbosa (1998, p. 86) “Um abraço para todos os amigos”. Mais especificamente, no que o autor chama de estrutura do movimento⁴³, “uma estrutura de cargos e funções, de onde deriva o seu aspecto organizacional e sua eficácia material”.

Segundo o autor, os cargos são distribuídos da seguinte forma: no nível mais básico se encontra os “olheiros” ou “fogueteiros”, os quais são responsáveis por vigiar a entrada da polícia ou de inimigos, evitando assim, ataques surpresas. Normalmente os que ocupam tal cargo não usam armas (p.86).

⁴³ O trecho que Barbosa (1998) trata especificamente de tal questão se encontra nas páginas 86, 87, 88, 89 e 90.

Acima do “olheiro” ou “fogueteiro”, está o “vapor” ou “vapozeiro”. O “vapor” faz a venda, recebendo uma comissão de acordo com o lucro obtido. A comissão pode ser paga em dinheiro ou em drogas. De cada 100 unidades vendidas – uma carga – resultando no valor de quinhentos reais, um quinto é do vapor. Usa geralmente uma arma de fogo leve (p.87).

Em seguida, Barbosa destaca a posição de “soldado”. O “soldado” é responsável pela segurança do “vapor”, é uma segunda barreira depois do olheiro. Os ganhos são pagos na forma de um salário semanal e, em alguns casos, também recebe uma comissão sobre a venda. Também responsáveis pela segurança, mas do morro todo, há os grupos conhecidos como “rapaziada do dedo” ou “tropa de choque” que, caso o terreno permita, circulam de carro em três ou quatro pessoas, utilizando armamentos pesados. Ainda no grupo de segurança, há os “seguranças do homem”, do “cabeça”. Fazem o papel de colete a prova de balas do dono do morro, impedindo que esse caia nas mãos de inimigos ou da polícia (p.87).

Compondo esta estrutura, estão os “gerentes”. Geralmente um para a maconha e outro para a cocaína. Este faz o controle da distribuição das drogas para os “vapores” e a cobrança do que foi vendido. “Controla o fluxo da droga e a distribuição dos homens” (p.88).

O “braço-direito” é mais uma posição do que um cargo, sendo o segundo homem da linha de comando. Está na linha de frente assim como o “dono da boca”, respondendo pelo mesmo no caso de sua ausência ou assumindo suas funções no caso de prisão. Recebe os seus ganhos na forma de um salário semanal.

Por fim, no topo da estrutura, o “homem”, “dono do morro”, o “patrão” ou “cabeça” normalmente não se encontra dentro da favela para sua segurança. Às vezes pode existir mais de um “dono”, mas no geral, há uma unicidade de tal cargo. Barbosa aponta ainda para evidências de que os “donos” não usam droga, para evitar perder o controle do negócio (p.89).

Conversando com um interlocutor sobre os cargos apontados por Barbosa (1998), ele me disse:

Eu não sei se é em todas as favelas, mas aqui na CDD e no Jacaré, Manguinhos, Mandela, eu vi muito vapor armado. Essa de que soldado faz a segurança dos “vapor” não até porque o fogueteiro faz essa função, quando solta o fogos rapidamente os vapores se recolhem e os soldados também normalmente se entocam, levando

armas e tal... até porque dependendo do horário trocar tiro é errado da parte do bandido e do PM também, mas falo sobre o esquema da favela, em primeiro lugar sempre é fazer pelo morador. Esse “bang” de que os caras andam de carro pra vigiar não confere, os que andavam de carro aqui no Rio de Janeiro eram os 157, os que roubavam para si, para patrão ou para soldado, gerente, dependendo de quanto você dava pra ele por peça. Acho que o “bang” dos vapores andarem armados é em favelas onde o local é grande e às vezes era necessário estar na guerra e atrasar a chegada das polícias. No caso os vapores mesmo faziam sua própria segurança e a segurança da favela. [Entrevista realizada em dezembro/2013]

Ele me dizia sobre o período anterior a UPP. Ressaltava que o vapor andava armado não somente com armas leves, especialmente em favelas maiores, não contando com o apoio dos “soldados” como aponta Barbosa (1998). Os “vapores” faziam a sua própria segurança e a da favela como um todo nos momentos em que era necessário estar na “guerra”. A metáfora da “guerra” (LEITE, 2012) ultrapassa os limites da mobilização dos agentes estatais e também é assim entendida por aqueles que seriam alvo do combate. Nesse caso, uma “guerra” pela sobrevivência, uma resistência em manter-se no seu espaço, na qual, a cisão territorial “asfalto” e “morro” é explicitada. Parece-me que todos os cargos do tráfico de drogas participavam do embate de alguma forma no intuito de fazer a polícia recuar ou atrasar sua chegada nos pontos estratégicos.

Os “soldados” faziam a segurança geral, não existia um segurança específico para os “vapores”. Esses contavam com os alertas de “fogueteiros”. Quando o conflito podia ser evitado, os trabalhadores do tráfico se recolhiam simplesmente, pois há a preocupação de incomodar o mínimo o morador, não trocando tiros por qualquer motivo, somente em momentos necessários, tanto por parte dos “bandidos” como dos policiais. Tiroteios desnecessários é uma conduta desaprovada pelo tráfico de drogas de forma geral.

Sobre os grupos que circulavam de carro, também rebate dizendo que a relação era geralmente com aqueles que roubavam sob encomenda, mas discorda desta especificidade de existir grupos com armamentos ostensivos circulando de carro (a CDD, por ser plana e possuir vias relativamente largas se encaixaria no que Barbosa [1998] aponta como uma geografia local que permita tal circulação). O 157 (referência ao artigo do Código Penal que trata de roubo) seria o mais próximo dessa relação, mas somente no caso de carros roubados por encomenda.

Depois eu acho que "gerente" não tem mais, agora é quem distribui as cargas e faz a contagem, o cara "de frente" da favela, o "patrão", a mulher que faz o esquema de trazer as paradas e os vapores. E os "atividades" que agora não têm fogos é na "boca" mesmo.

Não tinha esses seguranças de carros não. Nem soldados fazendo segurança de vapor não. Só vi bandido na favela de moto por causa do fácil acesso. Era raridade carro e, carro só era os 157 mesmo.

"Vapor", "olheiro" que no caso é o "atividade". O cara fica olhando as ruas onde os "home" podem sair a qualquer momento aí ele entra correndo avisando que sujou ou ele grita que "deu ruim".

Tem a mulher que desce os "bangs". Tem os caras que distribui aqui para os "vapores" que não é considerado mais "gerente". Tem o cara de "frente" que fica desenrolando com matuto, que joga os caras na "endola", que fica responsável pela favela. Que desenrola as paradas que acontecem aqui. Não, acho que "gerente", "gerente" não tem, mas essa função do "gerente" foi para esse, o "de frente da favela". Eles falam assim, saca?

E pô, eu acho que em cada carga vem 72 papelotes. 620 para o patrão e 100 é seu. Isso carga de cocaína. De maconha é mais papelotes e 50 conto cada carga. [Entrevista realizada em dezembro/2013]

Dando prosseguimento a sua fala, me faz este relato ininterrupto, em um esforço para me fazer entender algo que ele, talvez, nunca tenha parado para esquematizar. Ao pontuar as mudanças, podemos sentir o movimento daquilo que ele descreve. Alguns cargos mudaram. Outros foram agregados em um. Houve a adaptação ao novo contexto, persistindo como uma substância fluída que se adapta ao recipiente no qual é inserida sem, no entanto, perder as suas propriedades.

Segundo seu relato, o "gerente" passou a ser o "cara de frente". Uma mistura do "gerente" e do "braço-direto" pontuados por Barbosa (1998). O "de frente" agora é o responsável por receber, distribuir e resolver os mais diversos problemas. O "de frente" "desenrola as coisas com o 'matuto'". Através desse acontece o fornecimento dos produtos. O "matuto" é o contato dos "donos" na realização da compra. Receber, pagar e manter a relação com o "matuto" é responsabilidade do "frente". "Jogar os caras na 'endola'" também compete a este cargo. Apesar da cocaína já chegar misturada, ela ainda segue para a "endolação" onde a droga é mais uma vez misturada com outras substâncias e

embalada. Nesta função atuam trabalhadores assalariados desvinculados do tráfico, apenas um “bico” realizado por moradores de confiança (BARBOSA, 1998, p. 85).

A “mulher que desce os bang” também é uma figura nova. Geralmente, é a mais velha do grupo envolvido no processo de distribuição e venda das drogas. Anteriormente o transporte era feito de vans ou kombis, mas esse processo se tornou difícil e perigoso com a presença das UPPs. No intuito de “desenrolar” a entrada da droga da forma mais discreta e que gere menos desconfiança possível, elege-se a mulher mais velha para que faça tal função.

No geral tem um “frente” para a cocaína de dez reais e outro para a de cinco reais. Esses “fecham” com o “matuto”, coordenam a “endola” e entregam o produto para a “mulher” a qual faz o transporte para dentro da favela. O “frente” e a “endola” ficam em um “quartel general” do Comando Vermelho de uma favela sem UPP, mas em conexão com a favela de origem. Quando a favela onde estão instalados é pacificada, mudam-se para outro “quartel” e trocam de “matuto”.

O “olheiro”, agora chamado de “atividade”, não usa mais fogos. Apenas fica atento às possíveis movimentações que possam indicar a chegada da polícia na “boca”, fazendo os alertas através de gritos que informem a situação de risco. A agilidade e comunicação se tornam fundamentais para esta função. Perceber uma ação policial, se movimentar com agilidade e destreza, comunicar sem fazer alarde. O uso de motos ao invés de carros também foi enfatizado, obviamente por facilitar o acesso e agilidade em vias mais estreitas.

Ressalta também a diferença na quantidade de drogas que compõe um lote. Barbosa descreve uma quantidade de cem “papelotes”, vendidos a cinco reais cada. No do relato cedido a mim, seria setenta e dois papelotes vendidos a dez reais cada. Independente da quantidade de “papelotes” (cem ou setenta e dois) ou do valor de venda (cinco ou dez reais), o ganho do vapor continua sendo o mesmo: cem reais. Pode-se afirmar que o trabalho de tal cargo foi desvalorizado levando em consideração a variação salarial do período em que a pesquisa de Barbosa (1998) foi feita e atualmente em relação a estabilização dos ganhos dos vapores (em 1996 o salário era de pouco mais de cem reais e atualmente é de pouco mais de setecentos reais). Outra questão relatada para mim durante a realização da pesquisa sobre a situação dos “vapores” foi que os mais “cabeças” pagam o lote antecipado para o “patrão” eliminando o risco de, no caso de apreensão, contrair uma dívida a qual não teriam condição de saldar. Tal situação poderia colocar o “vapor” em

uma situação complicada, podendo ter um desfecho indesejável. Esta preocupação surge devido ao novo contexto no qual as apreensões passam a ser um risco mais cotidiano.

Pergunta: E esse lance do “dono” da favela? Tem um só mesmo?

Resposta: Aqui (Karatê) eu acho que tinha três, três irmãos. Esse lance de “dono” é de família. Tipo, se você é “dono” e tem um irmão envolvido no crime, se esse dono morrer o irmão assume o posto certo?

Pergunta: Cada área tinha um dono...

Resposta: Então isso mesmo, na 13 os caras eram mais sinistros em questão de matar. Essa parada de UPP veio pra cá rápido por essas mortes do (...), “dono” da 13. Ele era psico, tinha um doido aqui também chamado (...), fez pacto com o Demo, o maluco era de outro mundo. Esse (...) era gerente se eu não me engano. Tinha conceito. Bebia sangue de quem ele matava....vish, andava com cabeça.

Pergunta: Agora com a UPP continuam os mesmos “donos”, só diminuiu o tanto de cargo?

Resposta: Sim os mesmo donos exceto da 13, agora Karatê e 13 é a mesma conexão. Não é o mesmo dono do Karatê, só que o Karatê assumiu a “responso” da 13 e tem um novo “dono” por lá. Só que esse novo “dono” de lá era do Karatê, e tal. O dono da 13 perdeu porque tava devendo muita coisa pra cá, eu acho. Não sei exatamente, isso foi o que falaram.[Entrevista realizada em dezembro/2013]

A CDD possui quatro áreas principais. Cada área administrada por um “dono”. Todos pertencentes à mesma facção, o Comando Vermelho. Neste trecho da fala, foi ressaltada a questão da família. Quando mais de um membro da mesma família está no “crime”, a administração da área permanece nas mãos de parentes.

Assim como para qualquer situação que muda em qualquer lugar, existe uma explicação local para a CDD ter sido a segunda favela a receber as UPPs. Neste caso, o número alto de mortes a mando do “dono” da Treze, assim como a ostentação dos executados por um “gerente” (na época) da mesma área chamaram a atenção das autoridades, fazendo da CDD uma das primeiras favelas com UPP.

Apesar deste “gerente” ter sido definido como “maluco” por sua postura e ter feito “pacto com o Demo”, ele tinha “conceito”. O “conceito” “tende a condensar sobre um

determinado sujeito, se ele tem relações amplas e satisfatórias com as pessoas na favela e em espacial com o pessoal do movimento, do Tráfico. Se ele tem um bom ‘conhecimento’” (BARBOSA, 1998, p.36). Neste sentido, sua postura, apesar de incômoda, não era reprovável. A fala ser fechada com “ele tinha conceito” indica que ele tinha uma boa relação com os moradores e com o tráfico, respeitando e cumprindo bem com suas funções. Indica também que as punições se direcionavam a quem realmente teve uma conduta reprovável ou ao inimigo (polícia e outras facções).

Apesar disso, a administração da 13 perdeu espaço e foi substituída por um “dono” do Karatê. Um possível endividamento com esta última área pode ter sido o motivo. Neste contexto forma-se uma conexão entre áreas que não existia anteriormente. “Conexão” me parece uma palavra chave na atual situação. A diminuição de cargos, a maior “conexão” entre os trabalhadores do tráfico entre diferentes territórios, permitiu uma adaptação deste tipo de atividade ao novo contexto. Uma estratégia de sobrevivência, antes de tudo. A forma como essas adaptações foram feitas dificilmente será explicada, mas a capacidade de resistir pode ser explicitada.

Por fim, uma mudança – creio que seja a mais explícita e explorada pela mídia – foi o fim da ostentação de armamentos pesados nestes territórios. A convivência com as armas dos bandidos era algo rotineiro para os moradores de favelas. Trecho bem explicativo do livro de Paulo Lins (1997, p. 133) é “Bandido sem revólver é como puta sem cama”. A figura do bandido e sua força sempre estiveram atreladas à arma de fogo, um sinônimo de poder. A arma de fogo também demarcava fronteiras:

O domínio sobre esses espaços aprecia expresso em marcas com as iniciais CV ou CVRL⁴⁴⁴ nos muros e postes das ruas, mas, diante das fronteiras borradas entre a *favela* e o *asfalto*, a demarcação que me pareceu mais eficiente para distinguir entre o dentro e o fora dos *morros de comando* era até onde podiam circular bandidos ostensivamente armados e até onde as viaturas de polícia podiam avançar sem serem alvejadas por tiros (GRILLO, 2013, p.3).

A demarcação de tais fronteiras através da circulação de bandidos ou policiais deixa de existir. Isso não significa que os bandidos não possuam mais armas, mas que estas ficam escondidas. Quem ostenta suas armas ao circular pelas ruas das favelas pacificadas são os policiais. A convivência com armas de fogo continua existindo. Mas agora os fuzis estão sendo exibidos nas mãos daqueles que eram considerados inimigos. Bandidos e

⁴⁴⁴ CVRL significa Comando Vermelho Rogério Lemgruber. Lemgruber é possivelmente o fundador da facção. A referência a seu nome é comum, seja em siglas pixadas ou em funks “proibições”.

policiais passam a circular e dividir o mesmo espaço. As fronteiras entre “morro” e “asfalto” podem passar despercebidas para alguém que não conheça previamente o território, especialmente no caso da CDD, devido a sua geografia não ser morro como tipicamente são as favelas no imaginário social.

O tráfico de drogas e seus interditos

Pergunta: Ouvindo isso, lendo as coisas de tráfico e tal... eu ficava aí e nunca vi nada dessas tensões. Nada mesmo. Só quando mataram o Dogão que ficou tudo fechado. O comércio e tal. Mas cara, pra mim parecia tudo demais de tranquilo.

Resposta: É que mudou bastante o esquema tático do tráfico, você tinha que ver antes. Ia ser até bem mais recebida pelos bandidos. No Karatê o baile era na ponte grande. Às vezes três equipes gigantes de som. Lembro como se fosse hoje. Era muito playboy, patricinha... era sinistro!! Eu preferia os tempos das antigas. Hoje está chato aqui, claro que tem paz, não vou só criticar, mas eu prefiro antes. Era bem mais seguro, único risco era de bala perdida de quando os “zome” vinham atirando “meteno o loko” ou de você entrar para o crime e tal. O resto, favela “arregada” quase sempre. Quando os “zome” quebravam o “arrego”, a bala comia. [Entrevista realizada em dezembro/2013]

Durante o período que permaneci morando na CDD circulava a qualquer hora do dia ou da noite com tranquilidade. Ao conversar com moradores perguntando se, caso saísse à noite, era seguro fazer o trajeto do ponto de ônibus até onde morava, sempre fui informada que, dentro da CDD, não havia problema algum. As conduções circulam somente na rua principal. Desta forma, as pessoas que moram nos locais mais afastados desta rua tem que caminhar uma distância significativa para usar o transporte público. Este era meu caso, tinha que percorrer um pouco mais de um quilômetro do ponto de ônibus mais próximo até minha casa.

Depois de uma semana morando na CDD já dormia sem fechar as janelas e sem trancar a porta. A roupa que eu usava também pouco importava, nunca tive uma abordagem agressiva de nenhum homem. Apesar do medo da polícia, o receio de assaltos ou estupros não aflige os moradores de favelas. Tantas vezes ouvi “aqui nunca ninguém

vai mexer com você”. Entretanto tal segurança não emana da polícia. Neste caso é o tráfico de drogas que produz tais interditos gerando segurança local.

Em 89 ele [traficante] recebia muita reclamação de assalto, o pessoal daqui saia, ia a praia pegava o ônibus aqui, ia a praia, voltava e limpava o ônibus. Então como tinha muito assalto, a polícia ia, tinha reclamação, e isso atrapalhava as vendas. Às vezes prendia alguns traficantes. Rapaz, chegou um momento que ele queria dar um basta nisso ficou ali perto da praça sentado, armado. Quando os caras saltaram do ônibus ele enquadrou os caras e falou ‘volta lá e devolve tudo e volta aqui’. Aí os caras foram lá, uma pessoa devolveu tudo no ônibus. Ele chegou para os caras e falou ‘vocês vão ficar marcados, vocês escolhem aonde é que vocês vão levar um tiro, ou na mão ou na bunda’ todo mundo ali na praça, aí na mão e ele foi e deu um tiro pra marcar. Aí falou ‘na próxima vez, vocês morrem, vocês já estão marcados’. E isso foi uma retaliação para os outros que faziam esse tipo de coisa. O pessoal ficou assim assustado. Então isso inibiu os outros de fazer a mesma coisa. Então não tinha mais assalto aqui dentro. Só lá fora. E já era o Comando. Aí como ele fez isso na área dele, os outros foram fazendo também nas outras áreas (da CDD) [Relato de campo, 2011].

Como se pode observar no relato acima, esta segurança que emana do tráfico não é recente. A instalação das UPPs não rompe com tal pacto. Recentemente soube do caso de um adolescente que foi executado a mando de traficantes por estar roubando na CDD. O medo em relação à presença do tráfico sempre foi relativo à possibilidade de uma bala perdida durante confrontos, situação que foi radicalmente atenuada e que, neste ponto, tem uma avaliação positiva da presença das UPPs.

Desde que não houvesse um motivo, os moradores no geral não tinham problema com abusos de traficantes. Com frequência ouvi “eles não mexiam comigo, me respeitavam, nunca tive problemas”. Os confrontos aconteciam entre bandos de facções rivais ou entre traficantes e policiais. Este último caso ocorria geralmente quando o “arrego” era quebrado. O “arrego” é o dinheiro pago pelos traficantes aos policiais. Se a favela está “arregada”, está em paz. A quebra de tal acordo resulta em conflito violento.

As ações violentas do tráfico possuíam um alvo específico, pessoas que davam “mancada”. Tais ações não são condenadas, pois garantem o funcionamento de um ordenamento que produz segurança local.

Pergunta: No 15 o lance é mais sinistro então? E nos Apartamentos? Parece que lá é meio a parte, não é?

Resposta: Sim. Mas de lá não sei muito não. Lembro do “dono” de lá, o (...), que era filho de um cara do Karatê, que era meu vizinho e que foi morto por bandidos do Karatê queimado. Falaram que ele fechava com cana. O pai do (...) era conhecido do meu pai, da minha mãe, minha mãe é madrinha do filho dele, porra... foi maior choque para a família. E esse cara já sobreviveu a vários bangs. Ele era sinistro.

Pergunta: Eu fiquei com essa impressão – que o Karatê era mais sinistro - porque a galera falava com medo da (...) e do (...).

Resposta: Acho eles tranquilos, o (...) só era monstro quando cheirava, mas com morador era todo amor. Já os “vacilões” não tinha jeito. Ele matou o namorado da filha dele, porque ele agrediu ela. Ele ia só dar umas porradas, só que o namorado dela falou desse jeito “sou “sujeito homem” igual você, vai dar tapa na minha cara? Me esculachar, se for para me bater me mata logo”

Pergunta: Quando eu estava aí, mataram o Dogão. Me falaram que ele era “dono” da 15.

Resposta: Do 15 estou por fora, único dono do 15 que eu conheci foi o (...). Morreu já. Por isso ganhou outros, agora tem um doido aqui. Esse novo dono é muito doido. Direto ele dá tiro para cima dos PM. Antes eles não andavam de colete, depois das loucuras desse doido eles estão “sinistro”. A última que ele aprontou foi com uma criança no carro e uma mulher. Ele na linha amarela, não sei o que ele fez que houve troca de tiro, balearam a garotinha e a mulher foi presa. Ele também.[Entrevista realizada em dezembro/2013]

O primeiro ponto que gostaria de ressaltar nestas falas é a segregação espacial e sensação de pertencimento a determinada área. Esta divisão não é geográfica, ao contrário, é muito difícil de ser percebida. Tarefa quase impossível para alguma pessoa que não conheça muito bem o local. A região dos apartamentos é a área mais fácil de identificar, separada das outras pela linha amarela e com a estética caracterizada por pequenos prédios verdes. Do outro lado da linha amarela ficam as áreas Treze e Quinze. Ambas muito similares. No “fundo”, atravessando a porte do rio que corta a CDD, está o Karatê.

O interlocutor que falava comigo no trecho transcrito acima mora na Quinze já há algum tempo. No entanto, morou boa parte de sua vida no Karatê. Quando conversávamos, ele falava muito desta última área. Quando perguntei da Quinze, ele me disse “de lá eu não

sei muito não”. Estranhei, por tê-lo conhecido morando na mesma área que a minha e ele ter se referido ao local no qual morávamos como “lá”. Questionei “mas você não mora na Quinze?” e a resposta foi “moro agora, mas sou Karatê”. Esta fala demarca as fronteiras não visíveis aos olhos, mas que existem no cotidiano daqueles que ali vivem. Ser de uma área é pertencer a ela, não no sentido de ser dominado, mas de compartilhar com uma série de códigos, talvez não tão distintos para quem não vive ali, mas fundamentais e reais para as pessoas inseridas neste contexto. Diversas vezes me deparei com falas de pessoas com estilos de vida bem diversificados expressando “moro aqui, de lá não sei muito não”. Desta forma, a segregação espacial, apesar de partir do tráfico, pode ser entendida não como uma simples imposição do mesmo, mas como um complexo de signos de pertencimento que perpassam toda experimentação e vivência das pessoas que vivem na CDD.

Ser de diferentes áreas não significa estar livre das leis gerais que perpassam o tráfico. Os sujeitos inscritos no crime, sobretudo, são alvos de tais regulamentos. Como no caso do antigo “dono” dos Apartamentos executado a mando do “dono” do Karatê. “Fechar com cana”, o que teria sido o motivo de sua morte, é algo inaceitável e com pena inegociável. A morte é provavelmente o único caminho para aquele que trai o “movimento”. A pessoa que negocia com a polícia informações internas será inevitavelmente condenada a pena de morte por qualquer grupo de traficantes, pois está submetida a esta lei que perpassa todos os grupos. “Fechar com cana” é o que é chamado de “X 9”. O “X 9”, quando descoberto, é mal visto por traficantes, por moradores e nos presídios. É o tipo de posição que não tem lugar, é uma pessoa indesejada e que dificilmente conseguirá sair viva desta situação.

Ser “X 9” é ser “vacilão”, é o contrário da conduta esperada. Espera-se uma postura de “sujeito-homem”.

O “sujeito-homem”, em sua caracterização mais simples, apenas convencionou uma ideia de responsabilidade e, sobretudo, a imperatividade de arcar com o ônus das mais variadas situações. Nesse sentido, todos podem e devem ser “sujeitos-homem”, sem qualquer relação explícita com a violência. (...) O “sujeito-homem”, assim concebido, é tanto aquele que se mantém fiel aos seus deveres quanto aquele que assume e suporta, sozinho, as consequências mais ou menos drásticas de sua falta (LYRA, 2013, p. 52).

Como destacado por Lyra, a conduta de “sujeito-homem” é um imperativo que surge no seio do tráfico de drogas, mas perpassa as condutas de forma geral. Como aconteceu no conflito entre um traficante e o namorado de sua filha. Esse teve uma conduta

reprovável ao agredir uma mulher e ao desafiar o pai da garota a resolver a situação como “sujeito-homem” afirmando ser um também, o que resultou em sua morte. Tal atitude foi reprovável por dois motivos: a primeira foi a agressão a namorada; a segunda foi não reconhecer a sua “vacilação” ao desafiar aquele que estava cobrando sua falta. Esta situação foi relatada quando falei sobre minha sensação de que o Karatê era mais “sinistro” devido à impressão que eu tinha de que as pessoas tinham receio dos “donos” desta área. A resposta que recebi foi que aquele traficante com moradores era “todo amor”. Já os “vacilões” não tinham perdão.

Tal situação explícita o argumento que venho sustentando: a violência do tráfico tem um alvo, os “vacilões”. Estes são pessoas que possuem condutas indesejáveis. As leis que definem as condutas desejáveis emanam do tráfico de drogas enquanto uma dinâmica mais ampla. Recae, sobretudo, sobre os sujeitos inscritos no crime, mas perpassam também toda a sociabilidade local de forma geral. É também, uma forma de gestão. Entretanto, uma forma de gestão aceita, pois, como me foi relatado, apesar de ser uma gestão violenta, havia respeito em relação aos moradores, produzindo segurança local e recaindo somente sobre aqueles que possuíam condutas indesejáveis. Contrariamente às ações policiais, as quais recaem sobre a população favelada como um todo.

Quando estava morando na CDD, em uma segunda-feira andando pela rua principal, reparei que eram quase onze horas da manhã e o comércio estava fechado. Já havia reparado que ficava aberto até mais tarde, mas nunca havia reparado se abria depois do início do horário comercial. Almocei no restaurante no qual estava acostumada, aberto junto com um farmácia e uma ou outra loja. O movimento realmente estava menor do que o habitual, mas pensei, talvez por ser segunda-feira. Voltei para casa cerca de cinco horas da tarde e recebi a notícia: mataram o Dogão. O Dogão era o “dono” da área onde eu morava, e durante a noite, de domingo para segunda-feira, a polícia havia baleado ele, o qual veio a falecer em seguida. Devido a este fato o comércio estava fechado segunda - feira pela manhã, o clima tenso e o menor movimento na rua.

A história contada foi que na Quinze bateram em um "policial folgado" uma semana antes da execução de Dogão e isto foi vingança da polícia, pois os policiais novos⁴⁵ que entraram na UPP "vieram para matar". A notícia⁴⁶ veiculada dizia que os policiais

⁴⁵ Os policiais eram novos não no sentido de recém formados, mas devido a uma renovação do quadro dos que atuavam na UPP.

⁴⁶<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/troca-de-tiros-deixa-um-suspeito-morto-na-cidade-de-deus-no-rio.html>. Acesso em 8 de ago. 2013.

foram investigar uma denúncia anônima. A rua onde isto aconteceu é bem movimentada, com vários comércios, bares, padaria, uma editora, pensão, moto táxi, sorveteria, em uma extensão de cerca de três quadras. Esse clima durou até terça-feira pelo menos. Foi passada uma ordem para o comércio manter-se fechado. Esse é o período de luto. Algumas vezes, como forma de homenagem, alguns homens caminham pelo local carregando o caixão do falecido. Outra forma de demonstrar respeito pelo morto é colocar bandeiras pretas nos postes (algumas vezes substituídas por sacos de lixo pretos).

Neste período, todos, independente de conhecer ou gostar do falecido, devem demonstrar respeito. Os policiais da UPP também devem respeitar e não interferir no ritual. Com ações assim, não explícitas como a ostentação de armas, o tráfico de drogas demonstra o seu poder. Um novo “dono” assumiu a área. E desta vez, com baixa tolerância a presença dos policiais: “direto ele dá tiro para cima dos PMs”. Agora os policiais usam colete à prova de balas.

O uso de colete à prova de balas assim como o respeito ao luto pela morte de um traficante indicam a persistência do ordenamento proveniente do tráfico de drogas. Entretanto, não se podemos negar o impacto da presença das UPPs. Pode-se afirmar então que há a coexistência de um duplo ordenamento que convive, reconfigurado e produzindo novas formas de sociabilidade.

De que lado você samba

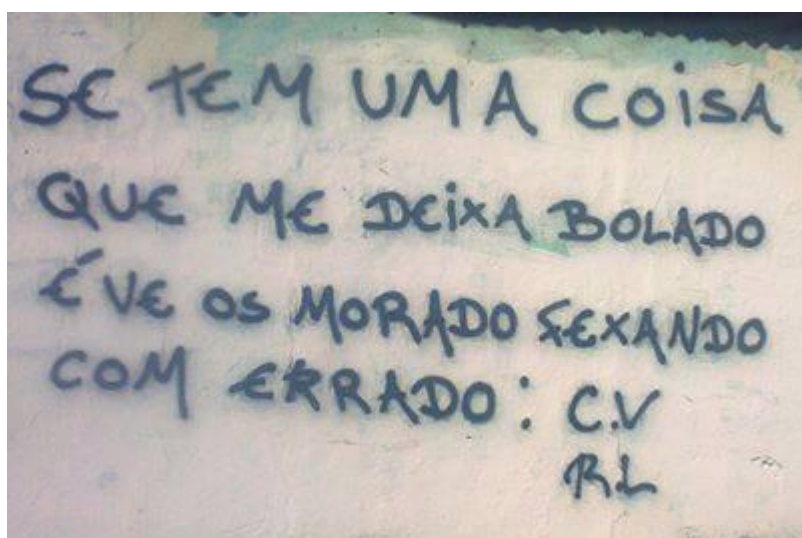


Imagem retirada de uma rede social – sem autor.

Teve aqui uma circunstancia de que a gente (policiais) tomava café na padaria e o dono chegou "poxa, vou pedir para vocês não tomarem mais café aqui que eu fui ameaçado em um churrasco com minha família, falaram que eu estava fechando com vocês", veio com esse papinho aí, mas isso foi bem no início...[Entrevista realizada em julho/ 2011].

Pude observar com mais clareza a relação entre moradores e policiais no período em que morei de fato na CDD em 2013. Anteriormente já havia percebido que havia um afastamento. Mas pude sentir isso de fato somente posteriormente. Ouvi, certa vez, quando disse que havia ido até a base da UPP conversar com os policiais, que deveria evitar essas relações, pois poderiam pensar “errado” de mim. Isso significa que poderiam pensar que eu estava do lado dos policiais, dando informações para os mesmos.

Quando eu cheguei na CDD, pedi informações em uma base da polícia, como comumente faço quando vejo um policial ou guarda de trânsito na rua e preciso de uma orientação. No entanto, vivendo ali, comecei a sentir algo semelhante ao que os moradores sentiam e entender um pouco mais desta situação. Preferia pedir ajuda para qualquer pessoa na rua, evitava ao máximo manter qualquer relação, evitava contato visual, me sentia incomodada quando passavam olhando para o lugar onde eu estava, sentindo, inclusive, um receio como se “devesse” alguma coisa.

A situação descrita no trecho no início desta seção foi relatada por um policial. O fato de estarem frequentando demais a padaria de um morador criou uma situação difícil para o mesmo: estava entre a autoridade da polícia e a autoridade do tráfico. Ser próximo de um traficante não significa que você seja um também. Ser próximo de policiais pode dar margem a interpretações de que você está “fechando com cana”. Isso absolutamente não significa que os moradores de favelas são coniventes ou apoiam o tráfico de alguma forma. Neste caso o que é mobilizado é o de “dentro” e o de “fora”. Tais posições não são geográficas, pois, você pode ser de “fora” mas ter a postura de um de “dentro”, assim como o contrário. O policial é um de “fora” que incorpora todo o preconceito em relação a favelados. Ele que materializa a “sujeição criminal” (MISSE, 2010), a criminalização da pobreza na relação com moradores de favelas.

Certa vez, estava em um bar com um amigo que frequentava a CDD, mas não morava lá. Quando ele ia embora, me pediu para acompanhá-lo até o ponto de moto-táxi.

Expliquei onde era e ele insistiu para ir com ele, pois tinha medo de se perder. Um homem sentado no bar disse “deixa disso rapaz, ela é mulher, se for te levar, vai ter que voltar andando sozinha”. Nisso o dono do bar gritou de trás do balcão “que isso, essa já é daqui mais do que muita gente”. Nesse momento percebi como essa demarcação “dentro” e “fora” existia, mas existia pela forma de se comportar, pelas relações, pela construção de uma subjetividade. É claro que, apesar disso poder mudar, nascer ali já te faz um de “dentro”.

Bom, hoje hoje, eu vou te falar a realidade. A CDD está ocupada pela UPP, né. Tipo assim, tem um lado que a gente pode falar positivo e tem um lado negativo. Porque tipo assim, as UPPs são pessoas que você não conhece, são policiais que você não conhece. Estão chegando novos na comunidade, então você não sabe qual é a reação. Tipo assim, eu não tenho medo nem vergonha de falar. Eu sou morador da CDD, cria da CDD. Eu não vou mentir, falar que “ah, eu não conheço bandido, não conheço ninguém”, conheço sim. A maior parte dos bandidos da comunidade são meus amigos. Cresceram junto comigo, estudaram junto comigo, jogaram bola junto comigo, soltaram pipa junto comigo. Então, tipo assim, eu segui o caminho da música, outros seguiram o caminho do crime, outros foram trabalhar, outros foram embora, não moram mais na comunidade, outros viraram polícia. Muitos amigos meus da comunidade também viraram polícia. Mas a vida segue, cada um com a sua vida. Só que é muito mais fácil para eu chegar até o cara que eu conheço, que foi criado comigo, para tentar resolver um problema, do que chegar numa pessoa que esta chegando agora na comunidade e eu não conheço e não sei quem é. Entendeu? Então assim, o cara que foi criado comigo, ele já sabe da minha vida, convive ali no dia a dia dentro da comunidade, então ele conhece a vida de todo mundo. O cara que está chegando é diferente, entendeu? Não tem aquele tratamento educativo. Você pode ver, tem vários “podrão”. Agora nem tanto, mas no começo das UPPs era muita reclamação dos moradores, por causa de abuso de autoridade [Entrevista realizada em julho/ 2011].

O relato acima explicita o ser de “fora” e o ser “cria”. “Cria” é aquele nascido no local, o qual tem “moral de cria”. Este sempre vai ter mais respeito do que alguém de “fora”. Isso abrange as relações em sua totalidade. Pode ser um morador antigo com um conflito com um recém chegado. Pode ser um traficante que cresceu naquela favela em oposição a um que passou a atuar ali há pouco tempo. Obviamente essas situações podem mudar, uma “cria” perder a moral devido a uma “vacilação” e alguém de “fora” ganhar

respeito. Tal inversão pode acontecer no caso de traficantes que não respeitam os moradores, por exemplo.

Um ponto ressaltado é que os “bandidos” respeitam morador. Já o policial “não tem aquele tratamento educativo, você pode ver, tem vários “podrão”. “Podrão” aqui está no sentido de não respeitar, abusar. Ao necessitar de alguma ajuda, é muito mais fácil recorrer a algum traficante, com o qual há uma convivência, do que ao policial, o qual historicamente lida com esta população de forma truculenta (ressaltando mais uma vez que isso não significa ser conivente).

Se a favela foi sendo constituída ao longo do tempo como o “outro” da cidade, para os que ali vivem, a polícia é radicalmente esse “outro”. Apesar de sabermos que sempre houve negociação entre o crime e a polícia e que isto mantinha a situação estável, manter relações pessoais com policiais é um nível diferente. Não há uma proibição quanto a isso, mas sabe-se que não é algo bem visto.

Neste sentido, a pixação da imagem apresentada acima que diz “se tem uma coisa que me deixa bolado, é ver morador fechando com errado” assinada com a sigla do Comando Vermelho Rogério Lemgruber, expressa uma indignação que extrapola alguma possível lei do tráfico. Tal indignação está muito mais voltada para o “somos crias do mesmo lugar, sofremos igual” e para a decepção de ver aquela “cria” “fechando” com o opressor. Nesse sentido, relembro a música de Chico Science “e você samba de que lado, de que lado você samba”.

Na batida do funk, na tinta do “xarpi”



*Hoje o coro vai comer a chapa vai esquentar
Quem é morador de favela bota o dedo para o ar
A judaria que fizeram com irmão vida loka disposição
Muleque doido respeitado na boca
Não tinha luxo nem riqueza
Era celebridade, todos lugares que passava só fazia amizade
As novinhas ficavam loucas, ele era rei das mulheres
Mas coração de um vagabundo bateu na sola do pé
Um tal judas traidor, tinha inveja do parceiro
Dentro da comunidade era o cara mais ligeiro
Deixou seu pai e sua mãe
Foi brincar com as crianças, era ultimo momento que ia fica na
lembrança
Foi quando o bonde desceu correndo para avisar
Que hoje tem baile funk e o mano não vai estar
Mais um sonho que se acaba por causa de um vacilão
Com um tiro nas costa tiro a vida do irmão
E foi o dia mas triste no asfalto e no morrão
Porque o moleque era parceiro e fechava com os irmãos
Comunidade de luto e o povo todo a chora
Um soldado do morro deu vários tiro para o alto
E estampado no muro uma frase assim dizia
Mais um guerreiro de fé se foi pela covardia
Hoje a favela toda chora mais um vida loka foi embora
Mc Filhão – O dia que a favela chorou*

O funk tem mais ou menos a mesma história do samba. Foi um movimento perseguido, que bateram. Eu sei, porque esse funk que eu canto hoje, esse funk que hoje o Brasil curte, eu posso falar assim, eu sou parte dele. Eu comecei com ele, eu cresci com ele. Porque esse funk que a gente canta hoje começou com os bailes que você comentou, com baile de galera, baile de briga, entendeu. Nos bailes de festival. Como surgiu esse funk? Esse funk surgiu com o ideal de contar a história da comunidade. Como é que era? Antigamente tinha o baile de galera, que era o baile de corredor que a gente ia pra poder brigar mesmo, da CDD ia muita gente. A gente levava uns quatro ou cinco ônibus, para os bailes que tinham, de corredor. Tinha um corredor no meio do baile e quem quisesse brigar ia para o corredor. Tinham os caras que eram teus inimigos, das outras comunidades, só na porrada mesmo, não tinha arma não, só na porrada.

E como que surgiu a música? Nesses bailes de galera, o pessoal ia e começava a fazer tapa. O que era o tapa? Era concurso, vários concursos dentro do festival de galera. A maior galera dentro do festival, quem vencesse mais concurso, no final tinha uma premiação, que era a equipe de som da tua comunidade tocando e

mais de cem, duzentas caixas de cerveja e prêmio em dinheiro pra você fazer o churrasco que quisesse. Mas era um concurso que durava uns seis meses. Dentro do concurso tinha etapa da mulher mais bonita, etapa do melhor dançarino, melhor DJ, tudo. Cada comunidade que tava participando levava uma pessoa assim. E eu meu amigo, a gente participava da etapa de rap. E nós ganhamos três concursos. Quer dizer, ali surgiu esse funk que o pessoal curte hoje, começou a surgir ali. Por quê? Porque começamos cantando da comunidade. O que acontecia? Você fazia um rap, se o rap era maneiro, os caras começavam a tocar no baile. Todo baile os caras tocavam, aí começava a divulgar e a galera começava a gostar. Porque o rap que a gente fazia falava das comunidades.

Tudo o que você escuta de funk hoje a galera já tocava lá atrás, naquela época. Só que naquela época o rap era muito mais forte, porque foi ele que começou. Então as montagens, outras músicas vinham e sumiam. Só que com o tempo, a montagem foi pegando força. Então o que aconteceu? O rap foi ficando, estacionou, e a montagem subiu. Então é assim. Eu voltando lá atrás e vendo hoje, vejo que as coisas são meio diferentes mesmo. Porque antigamente as pessoas não sabiam o que acontecia na favela. Então, quando nós do funk começamos a expor para o mundo tudo o que acontecia na favela, que os caras andavam de fuzil, que os caras matavam, que os caras botava fogo no X9. Foi assim, a música indo.

Então, antigamente a gente começava a expor os problemas da comunidade. Hoje o funk mudou, hoje o pessoal quer dançar. Antigamente não, antigamente era tipo um grito de socorro. A gente cantava como um grito de socorro, a gente falava da comunidade, dos problemas que a gente tinha. Porque antes das músicas, das letras do funk, não se falava muito da comunidade, entendeu. Não se falava dos problemas da comunidade. Depois que a gente começou a cantar o que realmente acontecia nas comunidades, aí todo mundo começou a saber. Porque começou a tocar nos bailes e virou sucesso. Dos bailes foi pra rádio, aí não teve jeito. [Entrevista realizada em julho/ 2011]

O funk, hoje criminalizado de diversas formas, surge como uma forma de dar voz ao que acontecia dentro de favelas. A pixação, dentre seus usos, eterniza o nome, mesmo daqueles que já morreram. Ambos podem ser lidos como formas de resistência, a emergência de uma voz silenciada que clama por ser ouvida, seja através de caixas de som, seja nos paredões, prédios ou viadutos.

Contar a história do local que mora, sua e de milhares de pessoas, um “grito de socorro”: assim surge o funk. Este estilo musical é criminalizado de diversas formas.

Incomoda o “asfalto” quando o seu ruído desce o “morro” junto com jovens favelados. Só é um pouco mais aceito quando tocado em “baladas” voltadas para um público que não inclui moradores de favelas. Assim como o samba antigamente, o funk, enquanto manifestação artística popular, sofre perseguição. Recentemente, na Baixada Santista, houve a execução de diversos funkeiros. Foi comum ver nos comentários de notícias veiculadas online que isso era um favor que estavam prestando aos seus ouvidos, assim como que quem canta e quem gosta deste estilo musical é “gente lixo” igual a “sua música lixo”, além destas mortes serem justificadas por um suposto envolvimento com o tráfico de drogas.

Assim como no relato acima, o funk não é somente uma música, mas uma forma de expressão de uma população que historicamente vem sendo controlada e silenciada. O grito dos favelados ecoa contando suas histórias, seus desejos, seus dramas. É um aviso, um relato, um protesto. Em favelas pacificadas, as burocracias para a realização de bailes funks se tornam tantas que é quase o mesmo que inviabilizar tais eventos. As justificativas são sempre no viés da criminalização: ocorrência de tráfico de drogas, corrupção de menores, brigas excessivas, apologia ao crime e obscenidades, como se esses fossem atributos específicos do funk. Neste contexto, as autoridades entendem o funk não como uma manifestação cultural e uma forma de sociabilidade entre jovens moradores de favelas, mas como um resquício da presença do tráfico de drogas nestes territórios. Feltran – sobre o contexto dos “rolezinhos” – afirma que,

Há dois modos opostos, portanto, de lidar com o conflito que emana dos alto-falantes de jovens favelados, agora nos shoppings centers. O primeiro é silenciá-los à força. A desordem deve ser reprimida em prol da boa convivência mercantil. O segundo é escutar a diferença que enunciam em suas músicas. O samba dos morros já a cantou, depois o rap, hoje o funk. Ritmo, letras e corporalidade são cada vez mais agressivos, por que será? O volume, nem se fala: o canto virou grito e, pasmem, segue inaudível (FELTRAN, 2013).

Parece que na prática, o modo de lidar com o grito dos favelados ecoando de seus alto-falantes tem sido a primeira opção.

A prática da pixação⁴⁷, criminalizada da mesma maneira que os bailes funks, tem sido uma forma de se expressar e, portanto, de resistir a ser silenciado. Pela cidade vemos em todos os lugares o que muitos chamam de rabiscos que poluem a paisagem urbana, mas

⁴⁷ Trato aqui, sobretudo, de pixadores moradores de favelas cariocas.

que é uma linguagem para aqueles que estão inseridos em tal prática, a qual, muitas vezes expressa os mapas de circulação dos grupos pela cidade.

“Xarpi” = pixar de trás para frente. Nós usamos muito esse método pra confundir polícia, mãe, parentes...

Adrenalina é gostosa demais! Quanto mais alto melhor, sensação gostosa do cheiro da tinta também. Depois quando você vê seu nome no local fica tipo que uma marca sua no mundo, saca? Mesmo quando você morre você vive ali ainda nos muros certo?

Tem muro de nome de vários trutas que morreram. Tem nome de noventa e sete em um muro de pedrinhas aqui na CDD, indo para o Multi Market! Show!! Tem local que chamamos de “folhão” no caso é onde tem diversos nomes, de diversas pessoas (incluindo as que morreram) de diversas siglas. E você pega o seu lá tranquilo e encaixa sua sigla. O nome sempre maior que a sigla, claro. Você cria uma sigla, daí você tem que sempre abreviar saca? A minha é “doutrina marginal”, então ela é DM. Tem sigla que só tem os “fodas” no “xarpi”, os caras que são devastação pura!

Quando tem muito “pixo” perto, embolado eles acham “escroto” (colocar frase). Cada um se destaca em uma modalidade: tem nego que se amarra em pegar prédio, outdoor, “janelar”, pedras, xapisco. Mas pixador de verdade costuma pegar só coisa eterna, saca? Só se arrisca em eterno. Se arriscar em muro dos outros “tintão” que depois vai apagar, é furada e até “vacilão”!

Quando é frase, pode ser viagem ou em forma de protesto mesmo. Você pode escrever uma frase de raiva na hora, pode ser qualquer viagem sua, para descarregar algum ódio seu, seja ele qual for. É uma terapia, saca?

Tem um cara que se destacou demais esse ano e os anos anteriores. Parou de pixar e agora está no rap, porque tomou um tiro no braço. Os milicianos esculacharam ele. Colocaram a cara dele na grama e mijaram nele. Vish, a maior sacanagem!

Teve a (...) também, que agora parou de pixar. Perdeu o namorado dela, que era foda no “xarpi” também. Morreu com vários tiros. Morreu pixando. Se é na madrugada sem ninguém eles (policiais) esculacham mesmo. Já pegaram maluco pixando em um bang e escreveram C.V. com a tinta nas costas dos manos e mandaram eles entrarem em uma favela de outra facção. Já pegaram pixador venderam para a facção falando que era X9. Eles te pintam todo se acharem o birro. Dão latada na cabeça. Te deixam de cueca na madrugada. PM é uma raça do caralho.

Sobre a frase pixada (“se tem uma coisa que me deixa bolado, é morador fechando com errado”), isso é mais bandido que manda mesmo. Normalmente é bandido de dentro da favela, eu acho irado! Enfeita a favela ! (risos). Os caras que são bandidos geralmente não pixam, mandam mais frases. Frases de luto, saudades e tal. Mandam cruz vermelha quando morre alguém de conceito. Pixar são poucos. [Entrevista realizada em dezembro/ 2013]

É comum ouvir falar, quando se toca no assunto, que “de pixação eu não gosto” pois supostamente seria uma poluição ao espaço urbano e se trataria de rabiscos incompreensíveis. Já o grafite é frequentemente entendido como um desenho bonito, uma arte esteticamente agradável e é muitas vezes regulado sobre onde pode ser feito. O último ganha o status de arte marginal. O primeiro é transgressor. Mas, talvez, falte o entendimento daqueles que vêm tais “rabiscos” pela cidade, de que é justamente esta a intenção. Se expressar de uma forma alternativa, deixar sua marca, se comunicar através da tinta pregada em algum lugar. O desafio de continuar existindo em um mundo onde jovens favelados são especialmente vítimas de violência no contexto urbano, através de uma linguagem não compreendida pela maioria e que por isso incomoda, como se fosse algo fora do lugar. É inegável que o grafite já sofreu tanta perseguição quanto apixação, mas parece que, em relação a estas duas formas de expressão de origem transgressora, a sociedade travou o seu limite de aceitação.

A pixação acabou, dessa maneira, por motivar uma maior tolerância ao grafite, bem como a sua aceitação por grande parte da população. Isso se deve ao próprio formato dessas duas manifestações: enquanto o grafite tem no desenho e na pintura figurativa os principais meio de expressão, a pixação, conforme discutido anteriormente, é composta por letras estilizadas de difícil compreensão para a maioria da população. Desse modo, por contraposição, o grafite conseguiu ser enquadrado como arte e com isso sair da posição ambígua que ocupava; de uma certa maneira, conseguiu encontrar seu espaço. O rótulo de sujeira, antes também atribuído ao grafite, ficou reservado apenas para a pixação (PEREIRA, 2005, p. 19).

O grafite, mesmo não sendo totalmente aceito, mas minimamente tolerado, perde assim seu caráter de transgressor, sendo usado inclusive em alguns espaços para evitar as tão indesejadas pixações. Na CDD, haviam oficinas de grafite oferecidas pela CUFA-Central Única das Favelas, refletindo, possivelmente, uma mentalidade que considera necessário ensinar os jovens a forma certa de usar seu *spray*. José Serra, prefeito de São Paulo na época em que pronunciou esta fala, explicita essa relação:

Olha, nós temos que separar duas coisas, pichação e grafite. Grafite é o sujeito que tem vocação, ou acha que tem, para pintar. E aí ele pode até encontrar outras oportunidades, o poder público deve oferecer oportunidades para ele disciplinar esse trabalho, dar chance para eles estudarem, de aprenderem etc. Agora o pixador, que faz aqueles hieróglifos, que faz simplesmente sujeira, esse não é artista, esse é vândalo (PEREIRA, 2005, p. 21).

Grafite, uma expressão artística tolerada. Pixação, um caso de polícia. Mas o que José Serra, assim como a maioria da população, não percebeu é que os pixadores não querem “disciplinar” o seu trabalho e muito menos que esse se torne institucionalizado. É justamente este espaço de subversão, de desafio, de deixar sua marca onde ela supostamente não deveria aparecer que é o impulso de tal prática.

Outra interpretação que demonstra incompreensão do que esses grupos desejam é o entendimento de que o grafite seria uma evolução da pichação, ou seja, que todo pixador almejaria se tornar um grafiteiro. Grande erro, pois a intenção dos pixadores é fixarem sua marca e que esta continue sendo vista, buscando, portanto, lugares que dificilmente seriam repintados. Neste sentido, os grafiteiros aparecem muitas vezes como algo antagônico ao serem contratados, por exemplo, para imprimir gravuras em cima de muros que guardavam a marca de diversos pixadores.

Neste processo há a criminalização da pichação e o suposto oferecimento de uma via para que esses garotos sejam “enquadrados”, demarcando um nível de suportabilidade da presença dos mesmos. Como apontado no depoimento, o pixador torna-se um problema de segurança pública, sendo tratado como um vândalo. Os riscos aos quais se expõe são diversos, desde o já conhecido “esculacho” até a execução. As humilhações são talvez o que pode acontecer de menos grave quando um pixador é apanhado pela polícia. Podem sofrer violências que chegam à morte – diretamente como nos casos relatados dos que foram baleados, ou de forma indireta, mas com o mesmo resultado, como nos casos de pixar as iniciais da facção Comando Vermelho nas costas e levar o pixador até uma favela de facção rival ou ainda entrega-lo como X9. Todavia, esses jovens, raramente são presos.

Apesar da criminalização de tal prática, foi ressaltado que, geralmente, os “bandidos” não pixam. Em alguns casos específicos escrevem frases, normalmente em homenagem a alguém de “conceito” que morreu. Entretanto, é muito comum os pixadores serem relacionados a atividades criminosas. Normalmente, as pessoas expressam medo, especialmente dos pixadores que escalam prédios, definindo-os como possíveis assaltantes. Mas raramente há a união de práticas criminosas à prática de pixar e, quando um jovem

une as duas coisas, certamente não é por um pressuposto de uma relação. Simplesmente é mais uma rede da qual faz parte como por exemplo, ser pixador e assaltante, pixador e evangélico, etc.

O que passa despercebido é que a prática de pixar é mais uma forma de se apropriar da cidade, é uma linguagem específica compartilhada por grupos, os quais tem suas significações próprias. Deixar sua marca por onde passou, em lugares longe da onde moram de difícil acesso que exija escalada e bastante habilidade são ações que conferem significado e status ao autor, principalmente o fato de ter sua marca em um perímetro extenso mostra que aquele é um pixador que circula muito pela cidade. Um bom pixador deixa sua marca por onde passa.

Seif foi um pixador antigo do Rio, começou tacando nome em 1991 nas escolas, representava, gostava de topo. Tem um nome dele de 94 até hoje na Avenida Brasil. Quase apagando, no topo, escrito "uma chama que nunca se apagará".

Ele morreu sinistro, em uma missão eu acho que deu ruim, os seguranças viram ou ouviram ele, pegaram, bateram muito, muito mesmo. Ele chegou em casa contou para a irmã e disse que sentia uma dor de cabeça. A irmã dele perguntou se ele queria ir ao médico ele disse que não, já que no dia seguinte ia levantar cedo para trabalhar, que ia ficaria tudo bem. Só que no dia seguinte ele não acordou mais... traumatismo craniano.

O incrível é que não só tem esse nome dele aceso por aqui ainda, é possível ver alguns. Isso é irado, o que ficou de lembrança sobre ele.
[Entrevista realizada em dezembro/ 2013]

Mas quais as motivações de ser um pixador? Pereira (2005, p. 35) destaca que sempre é por um destes três motivos, ou todos conjuntamente: prazer, protesto ou fama. No entanto, o aspecto que mais me chamou a atenção foi: “Depois quando você vê seu nome no local fica tipo que uma marca sua no mundo, saca? Mesmo quando você morre você vive ali ainda nos muros certo?”. Porque um jovem pensaria em maneiras de deixar sua marca no mundo? Uma forma de não morrer, de ser lembrado? Farias (2007) argumenta que os moradores de favela são uma população que ao longo do tempo vêm sendo construídas como “matáveis”, merecedoras de um “tratamento especial”. Acrescento ao seu argumento que, especialmente os sujeitos inscritos no crime mobilizam tal interpretação, a qual recai sobretudo sobre os jovens de forma generalizante. Com base em

uma pesquisa realizada pelo Instituto de estudos da Religião, a autora apresenta os seguintes dados:

Através de quadros comparativos sobre a atuação da polícia no “asfalto” e na favela, também foi revelado que a incidência de mortos pela polícia nas favelas era seis vezes maior do que no “asfalto” e que a vitimização de policiais era maior nas intervenções no “asfalto” do que na favela: morria um policial a cada 75 intervenções armadas com vítimas civis nas favelas, enquanto morria um policial a cada 35 ações armadas com vítimas civis no “asfalto”. A pesquisa demonstrou ainda que a comparação entre os índices de letalidade na favela e no “asfalto” indicava “uma clara intenção de matar por parte dos policiais nas suas intervenções nas áreas carentes da cidade”. Essa diferença entre a atuação da polícia no “asfalto” e na favela expressa claramente um dos resultados da aceitação de uma divisão da cidade do Rio de Janeiro em dois pólos social e geograficamente demarcados (FARIAS, 2007, p. 161).

Argumento então que, além de fama, prazer ou protesto, a pixação aparece como uma forma de resistência à iminência de uma morte prematura. Sem diminuir as outras dimensões apresentadas – a criação de redes de sociabilidade e de ser uma forma de se apropriar da cidade – a pixação também é uma forma de “mesmo quando você morrer, viver ali ainda nos muros”. Ainda que tal prática tenha os seus riscos, o desafio vale a pena diante de não ser esquecido, de não ser uma morte anônima, de ter a sua marca deixada no mundo.

A “branca”, a “pedra” e a “preta”

Ah, e só pra constar, o Karatê era tão foda, lotava, pois o patrão daqui não vendia, loló e crack. Era proibido usar no Karatê também. Maior consciência da parte dele. [Entrevista realizada em dezembro/ 2013]

Em uma conversa com um interlocutor, ele me contava que um traficante da área onde mora disse estar interessado em ajudar um projeto desenvolvido por ele junto a algumas crianças. Seguiu dizendo que “ele é firmeza”. Perguntei por que ele achava aquele traficante “firmeza” e a resposta foi “ele é cabeça, nem usa drogas”. Assim como, em diversas conversas sobre drogas, quando a pergunta era “você curte cocaína?” a resposta

era “Isso não! Só um banza⁴⁸!”. Isso indicava que o uso excessivo de drogas, sobretudo cocaína, não era algo bem visto.

Se a cocaína, em diversas situações, não é bem vista, o *crack*, ainda mais, é reprovado. Nesse contexto, o “dono” de uma favela pode se destacar em relação a outros por não vender *crack*, assim como no caso relatado.

Ao que tudo indica, as primeiras comercializações de *crack* no Rio de Janeiro aconteceram em 2007. Supostamente, as grandes apreensões de drogas e armas nessa década impulsionaram a tentativa de incremento das vendas através da comercialização desta droga (GRILLO, 2013, p. 8). Anteriormente, “*crack* era coisa de paulista”. Frequentemente, o usuário de *crack* é relacionado à figura do “nóia⁴⁹”, indesejado por diversos motivos, mas neste contexto, principalmente por comprar em pequenas quantidades, voltando diversas vezes à “boca” e podendo atrair a atenção da polícia.

Os jovens suspeitos, a igreja e os policiais

Em frente à casa que morei na CDD havia uma Assembleia de Deus, um pequeno galpão com cadeiras de plástico, o qual eu visualizava completamente da janela da cozinha. Um ventilador e um amplificador de som na porta com volume sempre muito alto. Os cultos eram quase diários. A cada vez que eu voltava para a CDD o número de igrejas evangélicas era maior, especialmente, Assembleias de Deus. Na rua em que eu morava tinha aproximadamente um por quadra. Nem sempre estavam muito cheias e geralmente localizavam-se em galpões pequenos, mas levando em consideração o número de igrejas, a quantidade de pessoas que frequentam certamente é grande.

Em um sábado durante o culto, a luz de um *giroflex* me chamou a atenção. Ao olhar pela janela vi policiais empunhando suas armas, quatro garotos encostados na parede da igreja em posição de “tomar geral” e duas motos na calçada. Não me pareceu uma simples abordagem pela postura mais enérgica dos policiais. Imaginei, então, que fosse alguma perseguição devido a algum ocorrido ou denúncia. Paralelamente o culto acontecendo. Enquanto a pastora fazia a pregação que ficou mais exaltada quando percebeu o ocorrido, o pastor foi até a calçada e conversou com um dos policiais. Os garotos aguardavam a

⁴⁸ “Banza” assim como “preta” são formas comuns de se referir à maconha.

⁴⁹ Para as diferentes acepções sobre a figura do “nóia”, abrigadas sob esta noção, ver Rui (2012).

conversa, ainda encostados na parede e vigiados por um policial. O policial que falava com o pastor conversou algo com seus companheiros que logo “liberaram” os quatro meninos e foram embora. Os garotos entraram na igreja e as motos permanecerem no mesmo lugar. A pastora dizia fervorosamente "o Diabo tentou reinar, mas caiu e Deus prevaleceu".

O culto seguiu com as pregações mais intensas do que antes, demonstrando que algo importante tinha ocorrido ali. Imaginei que pudesse ser por uma espécie de comprovação da soberania de Deus sobre o Diabo ou simplesmente por uma demonstração do poder daquela igreja para os que passavam pela rua.

Em determinado momento o pastor perguntou quem queria aceitar Jesus. Os quatro rapazes foram até a frente, posicionaram-se um ao lado do outro, de frente para a mesa da pastora, de costas para as pessoas que estavam sentadas nas cadeiras. Todos se levantaram e os meninos receberam uma oração, um de cada vez, feita com a mão do pastor em suas cabeças e falando em seus ouvidos. Minutos depois era como se eles tivessem um desmaio e o pastor deitou-os com cuidado no chão. Foram quatro corpos que ficaram estirados, chamando a atenção das pessoas que passavam na rua e olhavam assustadas ou curiosas. Em seguida, o pastor colocou a mão sobre a cabeça de cada um e eles foram acordando também um a um.

O culto estava se encerrando e o pastor, por fim, falou da importância de contribuir com a igreja, pois precisava pagar aluguel, as cadeiras que havia acabado de comprar e as contas gerais. Um dos meninos foi até a frente e colocou dinheiro no recipiente destinado para isso. O culto encerrou-se. O sentimento que eu percebia observando a situação da janela de casa era de realização, de vitória naquele dia. Neste clima, os quatro rapazes deram um abraço caloroso no pastor, subiram dois em cada moto, falaram entre si rapidamente e seguiram em direção ao Karatê.

No dia seguinte relatei para a dona da casa, na qual eu morava, o ocorrido e ela disse ser comum: "os bandidos sempre pedem oração". Na época “das armas”⁵⁰ eles entravam na igreja, colocavam a pistola e boné do lado e ficavam ali, sempre respeitaram a igreja, mas não largam o crime”. Disse inclusive que os melhores pastores já haviam trabalhado no tráfico ou já estiveram “na droga”: “são os que possuem a melhor pregação”. Durante os cultos desta igreja o pastor sempre recordava sobre sua vida como usuário de drogas e dos amigos desta época que morreram ou ainda “estão perdidos” e a pastora sobre sua vida na prostituição e uso intenso de drogas ilícitas.

⁵⁰Época das armas é um termo usado frequentemente como um marcador de antes da UPP e pós UPP.

Esta situação remete claramente a visão de mundo pentecostal de uma guerra espiritual entre Deus e o Diabo. A dualidade pregada é rígida, ou se está de um lado, ou de outro. Os que estão nas drogas ou no crime estão sob influência do Diabo. Mas a palavra tem que chegar a todos, pois todas as almas podem ser salvas através da conversão e passarem a integrar o exército de Deus. Entretanto, apesar desta rígida dualidade apresentada discursivamente, nas práticas pode-se observar mais continuidades do que rupturas, como descreve Marques (2012, p. 13):

A adesão ao pentecostalismo de indivíduos que “fizeram” parte do PCC não significa uma ruptura com os valores, linguagem e relações de convivência com aqueles que decidiram permanecer no Partido, estes indivíduos que aderem ao pentecostalismo, frequentam as igrejas, entregam os seus filhos nas atividades das igrejas pentecostais e conseguem transitar nos dois espaços sociais sem nenhum problema valorativo, essa é uma realidade e uma necessidade de quem reside no Tijuco.

Tratando do contexto paulista, mas também perceptível no Rio de Janeiro, Marques (2012) ressalta que antes de uma ruptura há uma continuidade: a possibilidade de transitar entre um e outro meio, de aderir a diferentes espaços sociais sem que estes sejam excludentes entre si. Tal situação serve para pensar tanto a bagagem daqueles que estavam com a vida possuída pelo Diabo e converteram-se sem uma ruptura com a história do seu passado – como no caso da pregação do pastor relatada anteriormente – ou a possibilidade de não deixar a vida no “crime” para aderir a igreja. Na prática, tais espaços podem ser complementares na vivência de uma pessoa. Desta forma, a rígida dualidade presente no discurso não necessariamente coincide com as possibilidades de experienciamento dos sujeitos.

Quando Deus e o Diabo dividem espaço

Uma situação curiosa foi relatada para mim por um interlocutor. Certa vez, ao ir comprar maconha com um colega, já na “boca”, passou por ele um membro de uma igreja

pentecostal⁵¹ entregando panfletos com mensagens religiosas – como é comum de ver diversas vezes em uma caminhada noturna na CDD – o que gerou a seguinte situação:

Estava na boca das Triagens do 15, eu, Thiago, dois moleques da boca e um da igreja panfletando. Quando o menino da igreja panfletou para o Thiago, ele recusou. Aí um dos moleques da boca ficou meio bolado e questionou Thiago, de maneiro, não tão arrogante, se ele negaria a palavra de Deus... disse: “vai negar a palavra de Deus, maluco?” [Diário de campo, junho/ 2013]

Situação curiosa, mas comum. Por diversas vezes, andando pelas ruas do Karatê à noite, ao atravessar uma rua, em uma esquina um garoto me oferecia cocaína, na outra um evangélico me oferecia um panfleto com mensagem religiosa. Deus e o Diabo dividindo espaço, segundo a linguagem pentecostal. Os pentecostais são talvez o único grupo que lida com os traficantes diretamente em qualquer situação. Este é um fato que tem explicação a partir da própria ênfase da religião.

A característica proselitista dos pentecostais promove esta atitude de abordagem direta e destemida, ou seja, não é simplesmente uma ousadia dos atores envolvidos, mas sim uma parte de um sistema de crenças dos mesmos. De outro lado, a ampla aceitação daqueles que estão no mundo do crime deste tipo de interferência advém do fato de que a preocupação dos crentes não é desarticular o tráfico dentro dos limites da lei, mas sim realizar uma intervenção espiritual a partir de sua visão de mundo, segundo a qual existe uma guerra espiritual onde alguns estão sob influência e servindo ao exército do Diabo e outros servindo ao exército de Deus. Neste sentido, sofrer influência e tentação por parte do Diabo não é exclusividade daqueles que estão no “mundo do crime” ou no uso intensivo de drogas. Mas para os religiosos, a perceptibilidade desta influência nestes casos, a crença na conversão aliada à possibilidade de uma transformação total na vida, faz destes grupos alvos constantes do proselitismo pentecostal.

⁵¹ Os crentes se destacam pelas roupas que usam: sempre estão usando terno com camisa social. Levam consigo, geralmente embaixo do braço, uma bíblia, a arma de Deus em oposição à arma de fogo que é a arma do Diabo.

A igreja como uma alternativa

A CDD conta com três centros de recuperação para usuários de drogas: dois masculinos e um feminino. Os três são da igreja Assembleia de Deus. Eles recolhem usuários nas cracolândias pela cidade e os levam para os centros. Lá eles ficam reclusos até curarem-se, o que é equivalente a converterem-se à religião. Uma das mulheres que atuam no centro, Eva me disse: "O que ia acontecer com todas essas almas? Elas tem que ir para algum lugar, vão para a igreja". Às vezes eles fazem alguns passeios coletivos, normalmente vão à igreja e geralmente, é nesse momento que há oportunidade de fugir:

Eu: Fugir?

Resposta: Fugir minha filha, o Diabo fica tentando e alguns acabam cedendo e voltando para as drogas.

Eu: Mas fugir tipo, sair correndo no caminho para a igreja?

Resposta: É sim, a tentação é tão grande que eles correm, pulam muros e ninguém pega.

Eu: Então depois que eles entram, não podem sair mais?

Resposta: Não, a gente tem que segurar eles lá. Vão querer sair, vão querer voltar para vida. Mas com muita oração a gente consegue salvar alguns. Você precisa ver, quando eles chegam, estão perdidos. Depois você vê eles de novo e nem reconhece. Estão bem arrumados, falando bem. É a coisa mais bonita o testemunho deles. [Diário de campo – Fevereiro/2013]

Recentemente o centro foi ameaçado de ser fechado devido à acusação de manter as pessoas em cárcere. A situação é bem precária, falta tudo: comida, roupa e cobertores. Nestas situações o pastor por vezes pede ajuda para os moradores, mas, como me foi dito pela mesma interlocutora, "ninguém gosta de ajudar crente" e que mesmo dentro da igreja, o dinheiro arrecadado é muito pouco: "um ou outro dá 50, de resto, muito pouco". Disse ainda que, de fato, as pessoas têm muito pouco, mas também "ninguém está querendo dar dinheiro para Deus não".

Ir para o centro de recuperação da igreja ou converter-se significa que romperá com a antiga vida. Essa também pode ser uma saída para aqueles que correm algum risco por ter feito algo condenado pela "lei do crime", como roubar dentro da favela onde mora. Vale ressaltar que, uma vez convertida, a pessoa supostamente não faria mais parte do "mundo do crime", estando assim isenta das punições e leis do mesmo. Eva me contou que soube de um jovem jurado de morte por dívida com um traficante e, diante da situação, articulou-se com outros membros da igreja resgatando o rapaz. Ele ficou alguns dias no

centro de recuperação, mas demonstrava vontade de sair e voltar para sua antiga vida. Ela foi enfática ao dizer “é o único caminho para ele, ou entrega sua alma para Jesus, ou morre”.

Neste contexto, o termo “adesão” utilizado por Marques (2012) para pensar as práticas de conversão de sujeitos inscritos no crime parece interessante. A conversão implicaria em um rompimento total. A adesão pode ocorrer de diversas formas, não implicando em um rompimento, mas sendo a participação em mais uma rede dentre outras que o sujeito faz parte.

Destaco três situações: a primeira refere-se ao sujeito que antes era “bandido”. Este, mesmo aderindo ao pentecostalismo, não está totalmente desvencilhado da vida passada. Ao contrário, esta surge constantemente, pois, neste sentido, “a conversão deixou de ser analisada exclusivamente como uma via que exigia rupturas e comportamentos ascéticos, e passou a ser compreendida também como uma extensão da vida anterior à conversão” (MARQUES, 2013, p.3).

A segunda refere-se ao sujeito que adere ao pentecostalismo, mas continua no “crime”. Tal possibilidade ainda é pouco explorada pela literatura. Essa, tem se concentrado mais na “passagem” do que na manutenção das duas ordens simultaneamente. Eu, particularmente, não conheci nenhum caso assim⁵², entretanto, não descarto a sua existência, pois observei que fronteiras, antes demarcadas e atualmente ainda com um esforço discursivo de separação, estão cada vez mais difusas.

Uma terceira situação possível é a adesão ao pentecostalismo como uma solução – definitiva ou temporária – para um problema. Como a igreja⁵³ é vista como umas das possíveis vias para a saída do “mundo do crime” e respeitada pelos “bandidos”, o sujeito pode agenciar isto a seu favor, como no caso relatado acima da ida para o centro de recuperação, estreitamente vinculado à ideia de “conversão”.

Tais situações são possíveis, sobretudo, pela ideia de que Deus e Diabo estão presentes na vida das pessoas e que os que estão nas “drogas” e no “crime” são especialmente alvo das tentativas de manipulação do segundo. Mas uma vida em “Deus” é desejável, ao contrário da vida mundana.

⁵² Marques (2012, 2013) explora casos de adesão ao pentecostalismo e ao PCC – a duplicidade do “irmão” - no contexto paulista.

⁵³ Neste caso, a igreja é a evangélica, especialmente as de vertente pentecostal.

O diabo veste branco

Recentemente, algumas notícias circularam na mídia relatando a expulsão de mães de santo realizada por traficantes evangélicos de algumas favelas. Um relato me chamou a atenção:

Fernando Gomes de Freitas, o Fernandinho Guarabu, chefe do tráfico no Morro do Dendê, ostenta, no antebraço direito, a tatuagem com o nome de Jesus Cristo. Pela casa, Bíblias por todos os lados. Já em seus domínios, reina o preconceito: enquanto os muros da favela foram preenchidos por dizeres bíblicos, os dez terreiros que funcionavam no local deixaram de existir.

Guarabu passou a frequentar a Assembleia de Deus Ministério Monte Sinai em 2006 e se converteu. A partir daí, quem andasse de branco pela favela era “convidado a sair”. Os pais de santo que ainda vivem no local não praticam mais a religião.

A situação se repete na Serrinha, ocupada pela mesma facção. No último dia 22, bandidos passaram a madrugada cobrindo imagens de santos nos muros da favela. Sobre a tinta fresca, agora lê-se: “Só Jesus salva”.⁵⁴

A situação parece não ser um localizada. A relação no imaginário social entre religiões de matriz afro e Diabo não é recente. Entretanto, sujeitos inscritos no crime, considerados sob influência do Diabo, se posicionarem contra a presença de pessoas que frequentam tais religiões é algo relativamente novo. Paulo Lins (1997) relata em seu livro que, Zé Pequeno, um dos primeiros traficantes da CDD, passou por um ritual do Candomblé para se proteger ao entrar no “mundo do crime”. Hoje, possivelmente, Zé Pequeno pediria oração em alguma igreja pentecostal e levaria consigo o dizer “Jesus salva”.

A intenção aqui não é dizer que anteriormente havia uma relação entre “crime” e religiões de matriz afro, ou que hoje exista uma parceria entre pentecostais e “crime”, mas sim demonstrar como as relações estão cada vez mais difusas e salientar a impossibilidade de, ao pesquisar tais contextos, não tratar dessas diversas redes que perpassam a vivência dos sujeitos.

⁵⁴ Notícia "Crime e preconceito: mães e filhos de santos são expulsos de favelas por traficantes evangélicos" veiculada no link: <http://oglobo.globo.com/rio/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-trafficantes-evangelicos-9868841>.

As associações locais e o tráfico de drogas

Não é que a gente não fale nisso, a gente atua para isso. O que a gente não faz é se expor. O movimento social, de base, ele não se expõe batendo de frente nem com o tráfico. Porque a gente mora aqui, a gente convive aqui, tem família. Você pode fazer uma ação transformadora com o jovem que você está diretamente ligado. Você pode fazer uma ação com as instituições que você está atuando junto. Quer dizer, você pode atuar junto com as redes locais e dar formação e pensar juntos. O que faz o cara, o que a gente acredita, é que ele tem a opção, ele pode até querer ser traficante. Mas que os projetos que vierem para a comunidade, possibilitem ele ter essa opção. Entende o que eu estou falando? Quando você tem um afastamento de políticas públicas e só o tráfico é a opção para ele ter a compra dos materiais, a vida dele melhorada, quando ele perceber que essa é a única opção, é a única opção. Entende? Então, eu acredito que a gente não bate de frente diretamente com o cara, porque a gente também tem amor a nossa vida, a gente tem família aqui, a gente não pode estar o tempo todo batendo, mas a gente tem outros esquemas que é justamente você poder é trabalhar a questão do jovem para que ele não entre sempre pela porta de trás do shopping, que ele pense que ele pode sim chegar a uma universidade e voltar para a comunidade dele para ele também dar o retorno para que outros também possam entrar. Então você vai enfraquecendo na medida em que você mostra que tem outro caminho, mas sem o tempo todo estar batendo de frente.

[Entrevista realizada em fevereiro/ 2013]

Depois de tanto ouvir membros de associações locais debaterem sobre jovens trabalhadores do tráfico, sobre a necessidade de atrair os mesmos para projetos sociais, eu questionei uma interlocutora sobre o porquê não existiam projetos que se voltassem explicitamente para isso, o porquê o acesso a esses jovens era sempre tangencial. Ela me apontou duas coisas: a estratégia de agir através do empoderamento do jovem; e ser uma questão de sobrevivência não entrar em disputa direta com o tráfico de drogas.

Existe uma restrição para as pessoas que atuam em ONGs locais possam permanecer morando e atuando na favela onde vivem: não se colocar em uma posição antagônica ao tráfico de drogas. Do contrário, além da permanência ali, a segurança pessoal e familiar estaria comprometida: “a gente não bate de frente diretamente com o cara, porque a gente também tem amor a nossa vida, a gente tem família aqui”. A relação que cada pessoa estabelece com a presença do tráfico pode ser de mais proximidade, amizade ou de convivência simplesmente. Não se posicionar contra não significa ser favorável. Mas, “bater de frente” pode não ser uma boa opção.

O que é destacado como importante é criar possibilidades, alternativas para o jovem, para que esse não entenda que a única opção de melhorar suas condições financeiras seja atuando como funcionário no tráfico de drogas. O principal papel das associações locais seria trabalhar com a subjetividade do jovem, um processo de empoderamento.

Mas o que acontece em uma situação em que a melhor forma de resolvê-la seria através da intervenção de um traficante local?

Em 2008 eu sofri um assalto aqui. Bem na esquina desta rua. Mas não foi daqui não [morador da CDD], eu fui seguida, foi saída de banco. Me seguiram até aqui, e me assaltaram assim que eu desci do transporte aqui. Vieram de moto e eles me renderam aqui na esquina. As pessoas "não, vamos lá, vamos lá na boca, vai ter que aparecer quem foi, deve ter sido daqui." Tá, só se me seguiram daqui até o banco, viram eu saindo do banco. Não o pessoal não faz isso. Teve um montão de gente querendo, vamos falar com o seu fulano. Eu não fui. Falei, "não vou fazer isso." Porque tipo assim, qualquer coisa que acontecia tinha que ir lá falar, "olha a menina lá da ONG foi lá assaltada." Se alguém fosse assaltado e fosse lá na boca "ah levaram meu celular, meu rádio," se era daqui, o cara ficava sem os dedos da mão e ainda fazia devolver os pertences. Eu já ouvi falar, nunca vi. Eles batiam mesmo porque tinha uma coisa que ninguém podia assaltar morador da CDD, entendeu? Então por isso que nessa época que teve esse assalto, eu acho que não era da CDD. Porque, por mais que eu não conhecesse eles, eles sabiam quem eu era, e eu nunca, nesse anos que eu tive na CDD, nunca sofri nenhum assalto. Aí fui assaltada aqui na esquina. E foi armado! E eu falava assim "para me assaltar eu tenho que ver a arma," e "dona passa a bolsa," e se o cara não botar a arma em cima de mim eu brigo. E eu briguei com o cara ainda, "não, não dou, não dou, não dou." Ficamos brigando, e as pessoas achando que era uma briga de namorados. E o cara "então te mato agora," ele colocou a arma na minha cabeça, e eu soltei a bolsa. Eu briguei, reagi, ainda podia ter morrido. Nessa briga toda estava passando uma polícia, que trocou tiro com os caras. E eles [os assaltantes] levaram os quatro mil reais que eu tinha sacado do banco. Então foi saidinha do banco. E o pessoal queria resolver, achando que era daqui, que tinha que ir lá na boca pra desenrolar isso. [Entrevista realizada em Junho/ 2011].

Certamente, qualquer pessoa que perdesse uma quantia alta de dinheiro em um assalto, gostaria que a situação fosse solucionada e de reaver a quantia perdida. Já foi dito

anteriormente sobre a proibição de roubos e outros crimes em favelas. Tal interdito emana da organização do tráfico de drogas. Da mesma forma, pode-se recorrer aos traficantes quando algo assim acontece e eles farão tudo o que puderem para solucionar o problema e aplicar uma punição a quem cometeu a atitude indesejada para evitar que outras pessoas também o façam. Logo que cheguei à CDD me avisaram que caso alguém mexesse comigo ou pegasse algo meu era só falar com os “caras” para resolver, por isso, poderia ficar tranquila.

O relato acima foi feito por uma interlocutora também atuante em uma associação local na CDD. Foi assaltada assim que desceu do ônibus e disse acreditar ter sido uma perseguição desde que ela saiu do banco com o dinheiro. Entretanto, negou-se a falar com traficantes locais para tentar reaver seu dinheiro. Disse acreditar que o assalto não foi praticado por nenhum morador da CDD, pois isso era proibido. Mesmo isso diminuindo as chances dos traficantes locais reaverem seu dinheiro, ainda havia uma possibilidade, pois mesmo assaltantes moradores de outras favelas não devem praticar tal ato dentro das mesmas, somente no “asfalto”.

Sua fala contando sobre seu posicionamento foi típica de uma pessoa moradora de uma favela atuante no que eles mesmos denominam movimento social ou organização social de base, no intuito de se diferenciarem das grandes ONGs. Apesar de não “bater de frente” com o tráfico, são bem rígidos com a postura de não aceitar nenhuma ajuda do mesmo, pois se o fizessem abririam portas para uma cobrança de uma contrapartida posterior, além de essa coerência ser uma forma de combater a entrada de jovens para o tráfico dando um “bom exemplo”. Mas o que acontece quando uma pessoa próxima passa a trabalhar no tráfico de drogas?

No ano de 2002 meu sobrinho entrou para a bandidagem. Para a minha família foi um sofrimento muito grande. A gente teve que resgatar as origens dele. E foi a origem dele que fez com que ele saísse do tráfico. Foi pela convivência dele com a família dele, com a ética que eu tenho, com a ética que meus irmãos têm que fez ele sair do tráfico. Ele já tinha vinte anos, ele já estava terminando o segundo grau, ele foi ao exército e ele era o cara que limpava e desmontava armas no exército. Quando ele não conseguiu o engajamento que era o sonho da vida dele, ser engajado, na época que o exército, em 2002, estava mandando as pessoas irem para casa e comer em casa porque o governo não estava podendo mandar comida e ele não conseguiu ficar, ele voltou. E ele veio pra cá. E ele recebeu um convite do tráfico que ele não precisava traficar, que ele

não precisava fazer nada disso. Ele só precisava montar e desmontar arma e ensinar para os caras como atirar. E sabe quanto que ele ganhava? O triplo do que eu ganhava. E era uma concorrência desonesta.

Eu digo pra você que ele pra mim era como se fosse o meu filho. Porque ele andava comigo, o tempo todo ele estava aqui na instituição, todas as festas que a gente montava, ele estava. A minha família sempre esteve muito ligada à instituição. Ele montava as festas, ele ia para as reuniões. Então para mim era uma perda que você não tem ideia. Aí a gente fez uma reunião de família e a gente decidiu como é que ia agir com ele. Ninguém ia virar a cara para ele, mas a gente não poderia deixar ele ficar dentro de casa. E aí eu falo pra você que a gente na favela tem os seus códigos, mas as famílias também tem os seus códigos. Quando a gente também não quer abrir mão. Nenhuma mãe deixa de lutar até o dia da morte. Quem fala que a mãe abandonou o filho é mentira. A não ser que ela não tenha ligação emocional nenhuma com ele. E nem a família.

O que estava acontecendo? Na casa onde ele morava, tenho mais cinco meninos. O que acontecia? Ele ficava a madrugada na rua e depois passava o dia dormindo. Então teve uma vez, duas vezes aconteceu de ele estar dormindo na casa da minha irmã, a minha irmã trabalhando e a polícia entrar lá e ele teve que pular para a casa de outro e outro... ele colocou em risco a vida dos meus outros dois ou três sobrinhos que estavam lá. E aí as pessoas podem falar que eu sou dura, mas eu consigo trabalhar a questão emocional, e a questão de trabalho e de vida. E aí eu chamei os meus irmãos e a minha irmã, e ela disse “eu não tenho força para fazer isso. Mas se você tem, eu estou deixando em suas mãos”. Eu chamei ele e disse pra ele duas coisas: “aqui você cruzou um caminho, se você ficar com o pé nas duas barcas, quando afundar, vai afundar as duas barcas. Aqui você tem os seus irmãos, suas tias, todo mundo que vai te ajudar em todos os momentos da sua vida. Ali você tem pessoas que estão usando você só agora. O dinheiro é bom? É ótimo! Mas ele não vai dar sobrevivência para você nem para seu filho que você tem agora. Mas se essa for a opção que você está tendo, é lá que você vai comer, vai dormir, tudo que você faz é lá. Você não vai poder ficar aqui. Aqui você está colocando a tua casa, os teus irmãos, toda tua família em risco. E infelizmente, com uma dor no coração imensa que eu vou pedir pra você escolher. Ou você fica aqui, ou você fica com os teus amigos. E se essa for a sua opção, de sair, você nunca, quando eu passar aonde você estiver, você abaixa a cabeça. Eu vou falar com você aonde você estiver. E nunca abaixa a cabeça, porque foi uma opção sua, foi uma escolha sua, ou estar lá ou estar aqui. Você conhece os dois lados. Mas eu não vou aconselhar a sua mãe a passar a mão na sua cabeça e aceitar esse dinheiro sujo que você está trazendo para dentro de casa para comprar comida, para comprar nada. Porque aí vamos estar sendo coniventes com o seu trabalho”. Calado estava, calado ficou.

Toda vez que ele baixava a cabeça, eu levantava o queixo dele. “Olha para o meu olho. É uma opção de vida que você está fazendo”. Fiquei angustiada, chorei muito, era eu da família de vinte e uma pessoas que tinha sido escolhida para falar com ele e, pra mim, ele tem uma ligação de filho, desde pequenininho, ele era muito mais meu filho do que filho da minha irmã. Naquele mesmo ano tinha perdido meu filho de 18 anos, então era muito complicado ter perdido um de doença e outro para o tráfico. Eu estava vivendo um turbilhão de emoções, mas a minha essência de ética não podia mudar. Não ajudava ele em nada protegê-lo. Ele tem que ver a opção que ele fez. E ele foi para o tráfico. Falar pra você que ele se motivou porque eu tinha perdido o filho que era praticamente irmão dele, nada disso, ele foi. E aí fizemos uma corrente de oração, todo mundo que conhecia ele e toda vez que ele estava em uma esquina com os caras, ele tentava se esconder, eu chamo ele “não se esconde não, você optou por estar aí, eu continuo sendo sua tia, você estando aqui ou não, você ainda tem mãe, pai, tio, tia... então não levanta a cara e não abaixa, é uma opção que você fez de vida”.

Quando a gente faz uma opção de vida para o mal ou para o bem você não pode abaixar a cabeça. E eu ia lá no meio do tráfico e apertava a mão dele e dava “Deus te abençoe”. E falei para os meus irmãos, “todas as vezes que vocês encontrarem ele, falem com ele e apertem a mão dele, nunca dê as costas para ele. Ele tem que se sentir incomodado. E também não tem que se sentir rejeitado”. E disse pra ele, a porta da minha casa vai estar aberta a hora que você precisar sair deste lugar. E a gente viveu isso em uma angústia muito grande, porque todo mundo na CDD me conhece, todo mundo conhecia ele. E aí eu falo pra você, ele ficou seis meses nessa história. E pra gente, esses seis meses foram para a gente seis anos. E teve uma vez que eu vi ele com uma arma na mão. Enorme. E ele pensou que eu ia desviar e eu não desviei. Eu fui lá com ele com a arma na mão, apertei a mão dele, e disse pra ele “Deus te abençoe”. Isso, todas as vezes que eu encontrava ele e todo mundo da família começou a fazer isso.

[Entrevista realizada em Fevereiro/ 2013]

A entrada do sobrinho para o tráfico foi relatada para mim com uma voz trêmula em um tom emocionado. A interlocutora que me narrou este momento de sua vida atua em movimentos sociais desde muito jovem e hoje é coordenadora de uma ONG. O problema dos jovens que trabalham no tráfico era muito bem conhecido por ela, a qual viu inúmeros amigos de infância seguirem tal caminho e muitos, hoje, estão presos ou mortos. Entretanto ela não esperava viver isso dentro de sua família. O sonho de seu sobrinho de se engajar no exército foi convertido em técnico de armas para o tráfico de drogas. Segundo ela, com todas as dificuldades financeiras enfrentadas pela família, o crime aparecia como uma

concorrência desonesta no que se refere aos ganhos oferecidos. Ele, ainda bem jovem, com apenas vinte anos, já tinha um ganho três vezes maior do que ela com sua longa carreira até atuar como coordenadora da ONG.

A “favela tem seus códigos”, a solidariedade, os interditos, o “certo”. Mas “a família também tem seus códigos”, ela me afirmou. Um código familiar é nunca abandonar o filho, a não ser que não haja ligação emocional. Do contrário, toda mãe lutará e rezará pelo filho que foi pelo caminho “errado” até o fim. Ouvi isso diversas vezes interpretações correntes no senso comum, as quais afirmavam que um dos fatores que contribuiriam para a entrada jovens para o tráfico seria o abandono de mães que têm diversos filhos e não cuidam ou educam. Creio que, as causas para a escolha de atuar no tráfico de drogas são tão diversas, subjetivas e complexas que dificilmente será traçada uma explicação para isso. Mas também ressalto que dificilmente seja a falta de cuidado da mãe o motivo, ao contrário, as mães, geralmente, nunca desistem, derramam lágrimas constantemente pela situação vivenciada, pelo temor do futuro que terá seu filho.

Uma frase comum de se ouvir é “se eu estou de pé é porque minha mãe está de joelhos”. Em um contexto, no qual jovens, negros, moradores de favelas têm alto risco de morte por assassinato como aponta as estatísticas, sendo que o risco é agravado quando se atua no tráfico, a mãe assume um papel central. Parece que, neste sentido há uma questão de gênero que perpassa a situação. O trabalho no tráfico não é essencialmente, mas é majoritariamente masculino. Geralmente, ao lado de um jovem homem atuando nesse tipo de função, existe uma mãe ou uma esposa rezando por ele.

“Deus te abençoe” era a frase proferida pelos familiares quando encontravam o rapaz, especialmente sua tia, a qual o tinha como filho, e sua mãe. O papel da mãe parece ser daquela que jamais abandona, que não vira as costas e que acolhe nos momentos difíceis. Entretanto, a posição de minha interlocutora foi colocar uma escolha para seu sobrinho. Diversas vezes ela disse que a vida pessoal e sua atuação em questões sociais eram inseparáveis, era uma escolha que perpassava todos os aspectos da vida. Por isso tinha uma preocupação muito grande com a coerência de suas ações. Desta forma, não podia concordar com a permanência do seu sobrinho na casa da família e pediu para que ele fizesse uma opção. Mesmo com a forte decepção e angústia pela escolha ter sido continuar trabalhando no tráfico, disse que jamais virou as costas para ele. Sempre fazia questão de cumprimentá-lo e que ele a olhasse nos olhos, pois não deveria abaixar a cabeça

por uma escolha. Entretanto permitir que ele pagasse as contas da casa com o dinheiro decorrente do seu trabalho seria ser conivente com a situação.

Ele se sentiu tão incomodado, que um dia de madrugada, eu estava na minha casa, e ele foi lá. Bateu na minha porta de madrugada, eu tomei um susto danado, achei que ele estava fugindo da polícia. Ele foi chorando e pediu ajuda e disse: “eu quero sair do tráfico, mas eu estou devendo a eles estou devendo um dinheiro muito forte a eles. Porque eu estava limpando umas armas e a polícia chegou e levou todas as armas”. Quando eles perdem eles ficam com as dívidas. Pelo menos metade, eles pagam. Ele ficou com essa dívida, e o meu medo era que mesmo pagando, os caras matassem ele. Então eu disse para ele “nada é de graça, essa dívida quem contraiu foi você. Eu estou construindo uma casa, eu vou tirar da minha obra, de pagar uma pessoa e vou te emprestar esse dinheiro. Eu não estou dando esse dinheiro para você e você vai pagar com o seu trabalho. Se você não tem como me pagar, você vai pagar com o seu trabalho. Você vai vir para a minha casa e ajudar o teu tio a construir a minha casa”. A dívida dele era de quase quatro mil reais. Ele veio junto com o cara, ele não fumava, não vendia, negociou com o cara, pagou o dinheiro e disse que daquele dia pra frente ele não voltava mais. Ele não quis sair da CDD, porque os caras liberaram ele e ele também nunca foi preso.

O maior problema para quem está no movimento social e tem um nome como eu tenho, é que quando eu vivo o problema eu não posso agir diferente porque ele é meu sobrinho. Não pode criar um nome, ter uma luta, uma bandeira e quando é você que está sofrendo, você mudar. Nessa situação, conseguimos fortalecer mais os meus outros sobrinhos, meninos que conheciam ele, você entende? Então uma ação sua você modifica outras pessoas e outras coisas. Aí que é difícil para quem está à frente de algum trabalho, é você ser coerente com as coisas que você acredita, quando é você que está passando sufoco. E ao mesmo tempo, eu não posso ir lá pra Rocinha II e falar pra aquelas meninas novinhas que estão tendo filho agora para agirem com eu agi, mas eu é que não podia agir como elas. Mas eu tenho uma bandeira de luta, com eles e com a minha comunidade. Não, você não pode ter duas moedas, toda hora você muda de acordo com a sua necessidade. O problema de você estar no movimento social é isso, que mesmo que você esteja passando fome, você tem que ser coerente com a fome que você está passando. E a grande maioria das ONGs não tem esse compromisso. [Entrevista realizada em fevereiro/ 2013]

Um final feliz para minha interlocutora. Seu sobrinho passou por uma situação de apreensão de armas e contraiu uma dívida com o tráfico relativa às mercadorias perdidas.

Tal situação é comum. Pode-se dizer que estes jovens estão em um “fogo cruzado”: de um lado o medo de serem pegos pela polícia, resultando em um conflito ou em serem presos; de outro, o medo de perderem a mercadoria ou as armas e contraírem uma dívida com o tráfico de drogas. Ambas as situações são complicadas. No caso do jovem em questão, havia sido contraída uma dívida de quatro mil reais. Ele precisava pagar e resolveu de desligar dos serviços prestados ao tráfico de drogas. Recorreu então a sua tia, a qual se dispôs a ajudá-lo, mas em troca de seu trabalho: ele deveria ajudar na construção de sua casa e o dinheiro que seria destinado para isso seria usado no pagamento de sua dívida. Esse sempre é um momento tenso, mas nesse caso, a situação foi resolvida sem desdobramentos indesejáveis para nenhum dos lados. Após o pagamento da dívida, o rapaz foi liberado de suas funções e pode continuar morando na CDD.

Este relato teve início com uma conversa sobre as possibilidades de ação de associações locais em relação ao tráfico. Apesar de sempre ser ressaltado que o tráfico de drogas se instala em favelas, cooptando trabalhadores ali e que há uma ampla rede ignorada quando se toca na questão – e por isso não é um problema “da” favela, não sendo, responsabilidade das mesmas combatê-lo – há formas de atuação destas associações em relação a essa questão. Entretanto as possibilidades são restritas. Além de não considerarem necessário entrar em uma batalha contra o tráfico, é uma questão de sobrevivência e requisito para permanência no local não assumir tal postura. A via adotada, um processo de empoderamento dos jovens, perpassa a questão do tráfico. Essa é somente uma das questões envolvidas, pois a intenção é transformar este jovem em uma pessoa conhecedora de seus direitos e capaz de exigí-los.

Mas o que é este processo de empoderamento dos jovens? Segundo os interlocutores com os quais mantive contato – das associações locais – muitas vezes o jovem não tem autoestima, conforma-se com a situação em que vive, não tem segurança para circular pela cidade, para entrar pela “porta da frente” de estabelecimentos, então, passa a entender que a única forma de ter reconhecimento, de melhorar as suas condições financeiras é através do trabalho no tráfico de drogas. Parece-me que tal situação se assemelha ao que Misse chama de “sujeição criminal”:

Nele, primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois

não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (como na “criminalização secundária” de Lemert). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um “espírito” que lhe tomou o corpo e a alma (MISSE, 2008, p. 10).

Assim como há o processo de subjetivação através da internalização do crime, parece-me que o mesmo ocorre com o “favelado”. Diversas vezes ouvi (com uma conotação negativa) que “você até sai da favela, mas a favela não sai de você”, indicando que a favela teria uma série de costumes indesejados e que estes fizessem parte da pessoa como um “espírito que lhe tomou o corpo e a alma”. Por isso entendo que quando meus interlocutores falam sobre os jovens perceberem que o tráfico de drogas não é a única opção, não estão falando simplesmente de opções “reais”, mas de reconstruir uma subjetividade desvincilhada de todos os estigmas atrelados ao ser “favelado”.

Para atuar em tal questão, há também a afirmação da subjetividade da pessoa pertencente ao “movimento social”. Todo o relato é perpassado pelo esforço de explicitar que houve coerência com o que se quer construir. Assim como foi dito “eu não posso ir lá pra Rocinha II e falar pra aquelas meninas novinhas que estão tendo filho agora para agirem com eu agi, mas eu é que não podia agir como elas”, há uma conduta a ser seguida - da mesma forma que aparece no outro relato sobre não acionar traficantes para tentar reaver o dinheiro roubado.

A adesão de jovens ao tráfico de drogas seria então um dos desdobramentos de um processo muito mais amplo que é o sentir-se um “favelado”. É justamente este processo que as organizações sociais buscam reverter, através do que chamam de empoderamento. É o que foi dito sobre não haver necessidade de combater, mas de trabalhar tal questão. E esta também é a principal crítica às grandes ONGs, pois essas não teriam compromisso e coerência, oferecendo alguns cursos e atividades, os quais não tratariam da questão em suas raízes, fazendo, portanto, da pobreza um mercado.

As associações locais, as grandes ONGs e os jovens

Era a segunda reunião da organização do Festival Juventude na Favela que eu participava. Cheguei correndo debaixo de um sol absurdamente forte no Comitê

Comunitário e Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, cerca de quinze minutos de caminhada da onde eu estava morando. Perguntei sobre um banheiro para lavar o rosto e onde era a reunião. Fui informada que a reunião havia sido transferida para o CCEAC - Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania, ao lado do Comitê. Rapidamente fui para o CCEAC, enchi minha garrafinha de água, e subi a escadaria até a sala de reunião, a qual estava agradável devido ao ar condicionado ligado. Parece que não era só eu que estava incomodada com o calor excessivo, todos comentavam disso quando eu cheguei. A temperatura é nitidamente mais alta ali do que em outros bairros. Até aquele momento somente a Iara - Alfazendo, Darlene - CCEAC, Tereza e Frank - UPP Social estavam presentes. Mudamos para outra sala maior, pois outras pessoas iriam chegar. Em poucos minutos chegaram quatro jovens, duas moças e dois rapazes. As duas moças e um dos rapazes são moradores da Cidade de Deus - CDD e agentes de campo da UPP Social.

O Festival Juventude na Favela foi realizado em junho de 2013 na CDD com a participação aberta para todo o público que tivesse interesse, em especial jovens moradores de favelas cariocas. A intenção era que ocorresse um debate descontraído sobre temas que foram considerados relevantes e importantes no que se refere ao posicionamento do jovem, como "políticas públicas", "empreendedorismo jovem", "drogas" entre outros, com a participação de artistas de favelas já conhecidos e com um espaço para artistas iniciantes apresentarem a seu trabalho. Em paralelo ocorreriam oficinas diversas. Tudo isso em um dia, alternando debate e apresentações, com um curto intervalo para almoço. A proposta do Festival surgiu da associação local Alfazendo. Para o Festival dois parceiros que já trabalharam em outros projetos com a instituição firmaram seu apoio: Farmanguinhos e LAMSA⁵⁵.

No dia seguinte à reunião cheguei no Alfazendo pela manhã, dei bom dia a todos, me servi de uma xícara de café e logo em seguida a Iara me chamou para sentar ao seu lado na sala onde ocorre reuniões e cursos, pois precisava falar comigo. Sua pergunta foi bem objetiva "o que você achou da reunião ontem?". Comecei a palpitar sobre coisas relacionadas à organização do Festival quando fui interrompida com mais uma pergunta "você não notou nada sobre os jovens que estavam lá?".

⁵⁵Farmanguinhos é o Laboratório Farmacêutico Oficial do Ministério da Saúde e a LAMSA é a concessionária que administra a Linha Amarela e frequentemente desenvolve projetos junto às comunidades localizadas no entorno desta via.

A proposta de construção do Festival está ligada diretamente com a metodologia que a própria instituição procura desenvolver todos os projetos⁵⁶: de forma participativa e colaborativa. A intenção então era construir cada etapa da elaboração do Festival junto aos jovens que aprenderiam “fazendo junto”, e poderiam depois dar continuidade em futuras edições com as “próprias pernas”. Respondendo à própria pergunta, Iara me chamou a atenção de que dos quatro jovens que estavam presentes na reunião, três eram funcionários da UPP Social – e estavam lá por obrigação – e um era amigo de um dos jovens e tinha interesse em divulgar o seu trabalho artístico. Disse ainda que a UPP Social coopta os “melhores” jovens - mais envolvidos, que já participaram de outros projetos sociais - para fazer trabalho de mapeamento na comunidade, pois estes conseguiriam ter um alcance que um funcionário “de fora” da favela não teria, produzindo um conhecimento sobre a favela que serve ao mapeamento de tais localidades aplicado no controle destas populações e não para melhorias locais de fato. O foco do que Iara quis me chamar atenção foi "porque em um Festival para a Juventude, não temos jovens na organização?". Para Iara atualmente nas favelas existe uma série de forças que confluem na desmobilização dos jovens.

No mesmo dia em que houve a reunião sobre o Festival, no período da manhã, eu procurava a Casa de Cultura da CDD. Como fazia um tempo que eu não ia até lá, não lembrava o endereço ao certo e pedi informação para um rapaz que estava ali por perto. Era um amigo de um dos jovens presentes na reunião. Ele havia se mudado de Recife para o Rio de Janeiro para desenvolver seu projeto musical. Seu amigo que estava na reunião era zabumbeiro deste projeto. Conversamos por um largo tempo, que foi o que causou o meu atraso para a reunião. Muito simpático, já nesta conversa contou-me uma série de histórias, de sua vivência no Rio de Janeiro e em Recife, principalmente ressaltando como a CDD é um lugar bom culturalmente, solo fértil para conseguir financiamento para projetos, um lugar que está “bombando”. Contou-me inclusive que incentivou um membro de sua banda, o zabumbeiro, a entrar para um concurso de projetos, na Agência de Redes para a Juventude - ARJ, no qual os ganhadores receberiam um financiamento de dez mil reais e que esse amigo tinha sido contemplado.

A ARJ é uma das grandes ONGs do Rio de Janeiro, junto com a CUFA e o Observatório de Favelas. Esta ONG, a qual recebe amplo financiamento da Petrobrás, oferece um curso de formação aos sábados que deve resultar em um projeto, o qual será

⁵⁶ Sempre me foi ressaltado que a metodologia usada é a Paulo Freire. Que através desta, os projetos podem ser levados para qualquer território e serem desenvolvidos de acordo com as especificidades locais, mas sempre mantendo a mesma metodologia ao serem aplicados. Iara me disse se tratar de uma tecnologia social.

submetido a uma banca e por fim, os contemplados receberão financiamento para o desenvolvimento do mesmo. No site da Agência⁵⁷ consta que a ideia é posicionar "o jovem de comunidade como criador de ideias que transformam a vida e o território" e o "legado será um novo mapeamento das comunidades pelo olhar de quem vive nelas". Este projeto teve início em 2011 e é desenvolvido somente em algumas favelas pacificadas (as favelas contempladas até agora foram Batan, Borel, Babilônia - Chapéu Mangueira, Cantagalo - Pavão Pavãozinho, Cidade de Deus, Providência, Rocinha e Núcleo Lapa).

A presença da ARJ assim como de outras grandes ONGs em favelas é considerada pelas associações locais um fator desmobilizador dos jovens. Tais projetos, por oferecerem ganhos rápidos, despertam a atenção dos jovens, entretanto, são considerados rasos por não proporcionar uma mudança em longo prazo. Tais ONGs têm amplo apelo midiático e possuem amplo financiamento para o desenvolvimento de seus projetos. Todavia, umas das principais críticas é que essa situação acaba por fazer da favela um negócio rentável a ser explorado. De outro lado, as associações locais passam a ter dificuldade para dar continuidade ao seu trabalho pois, com financiamento muito restrito, poucos jovens se interessam por participar de seus projetos. Trabalhar em parceria com as grandes ONGs poderia ser uma boa opção, mas os relatos sobre essa possibilidade foram de que para uma parceria neste sentido seria necessário se “enquadrar” às exigências dessas ONGs, perdendo autonomia e se tornando mão-de-obra para as mesmas.

Comecei a frequentar semanalmente as apresentações da banda, estabelecendo um vínculo maior com o músico pernambucano e o zabumbeiro. Um dos shows da banda seria também a festa de aniversário de um dos integrantes. No dia anterior à apresentação fui ajudar na montagem de um vídeo que seria exibido simultaneamente ao show. Outra garota também iria ajudar: uma jovem, muito bonita, usava um vestido longo e florido. Ela foi levar o retroprojetor para passarmos as fotos e vídeos, e nesta situação fomos apresentadas. Logo já estávamos conversando sobre o que cada uma fazia e ela começou a me contar sobre seu projeto, o qual foi fruto da primeira turma que teve os projetos aprovados na ARJ. O seu projeto visa interatividade cultural dentro da CDD, pois, o jovem que quer "algo diferente" tem que se deslocar até o centro. Algo diferente do *funk*, dos bares de sempre, que segundo ela tem público e espaço para ser desenvolvido. Mas o projeto não busca somente levar algo diferente, mas colocar os diferentes em diálogo. O *funk*, o samba, a poesia, o teatro entre outros tipos de expressão artística. Inquestionavelmente uma ideia

⁵⁷<http://agenciarij.org/>

ótima. Mas depois de uns vinte minutos de conversa, ela começou a levantar os problemas que junto com os companheiros de projeto enfrentavam: dificuldade financeira; onde está o público que contavam; como fazer os diferentes grupos dialogarem; como ultrapassar a barreira deste grupo que está envolvido com estes projetos, os quais são sempre os mesmos.

"Estou cansado de ver sempre as mesmas caras" foi o que um segundo jovem, o qual desenvolve o projeto junto com a moça que eu conversava, me disse no dia seguinte - dia da apresentação. Logo que nos conhecemos, ele e o terceiro integrante do projeto conversavam e reclamavam desta situação. Sentados na calçada depois do show, em uma conversa embalada a cerveja gelada, diziam que as reuniões, seminários, cursos e palestras os quais acontecem com frequência já não servem mais para eles, pois já conhecem o discurso, os frequentadores e não acrescentam mais nada. "Sempre as mesmas pessoas falando das mesmas coisas".

Os três jovens concluíram a primeira etapa do projeto e conseguiram a renovação do financiamento. Isto é raro entre os que têm seus projetos aprovados, a maior parte encerra-se ainda em estado embrionário. Os dois rapazes tem um estilo, assim como a moça, de circuitos mais alternativos. Um deles tem longos *dreads* nos cabelos e o outro tem um corte *black power*, *All Star*, camisetas mais ajustadas e falam bastante de arte. Diferem bastante da estética mais corrente em favelas: as roupas masculinas bem largas e cabeça raspada; as roupas femininas bem justas e curtas e cabelos longos cacheados ou alisados. Já o zabumbeiro que teve seu projeto recentemente aprovado acha que este intercâmbio pode acontecer e não é tão difícil, é quase que uma questão de linguagem.

Porque você acha que as esquinas estão cheias de jovens passando fumo, e tem um monte de projeto aí, oferecendo cursos, sem conseguir preencher as vagas?" - fui indagada. Ele dizia sobre a tristeza dele quando vê todo o potencial dos jovens da CDD sendo desperdiçado nas esquinas, não sendo dado o seu valor. Ele me disse que o jovem de uma favela e o governo quando instala projetos não falam a mesma 'língua'. Os projetos trazidos para a favela não despertam o interesse do jovem, e o que esse sabe fazer, não é valorizado. Essa dificuldade de comunicação dificultaria a adesão dos jovens aos projetos disponíveis.
[Diário de campo, Fevereiro/ 2013].

Quando ele me falava do jovem, ele estava falando do jovem que está no *crime*, do que faz *funk*, daquele que está pelas ruas, mas não se identifica com nada do que está

acontecendo nos projetos, mesmo os que são desenvolvidos por jovens moradores da mesma favela. Morador de uma área considerada uma das mais carentes da CDD e com maior presença do tráfico de drogas, tem amigos que trabalham ou trabalharam com venda de drogas e ressalta sempre que esses garotos "são cheios de potencial, que não é visto, não é de interesse destes projetos... como que você vai convencer um moleque a sair da esquina que ele está ganhando o dinheiro dele pra ir fazer um curso de computação?". Diferente dos outros três jovens, circula mais entre estes dois grupos aparentemente separados: dos jovens empreendedores de projetos e dos jovens traficantes. Ele está em contato direto com o circuito mais cultural, entre agências de fomento e desenvolvimento de projetos, que falam de cultura e vão até outros lugares da cidade em busca de coisas diferentes. Mas também fala de crime, de violência e vê a arte como um meio de canalizar a energia do jovem "que está no crime" para outras coisas. Diferente dos jovens que saíam da favela para o centro em busca de coisas diferentes, ele pouco sai da CDD. Os dois projetos são relativos à arte, mas enquanto os dois rapazes e a moça estavam falando das pessoas que saem para buscar coisas fora e isto pode ter dentro da favela também, o jovem zabumbeiro estava falando de potencializar o que já tem dentro da favela.

Tais situações denotam a existência de pelo menos três grupos: os menos acessíveis aos projetos sociais (também o principal grupo do público-alvo desses projetos), que são os jovens inscritos no crime; um nível intermediário composto por jovens que algumas vezes é acessado pelos projetos; e um outro grupo que frequentemente circula entre tais projetos. Este último, geralmente já vem de uma condição econômica familiar mais confortável, têm ou almeja uma formação de nível superior e muito comumente sua circulação entre projetos possibilita um ganho de experiência ao ponto de se tornar um profissional da área. Uma crítica frequente das associações locais a esses jovens é que os mesmos acabam colaborando para a estagnação dos problemas da favela, pois fariam dos territórios onde moram fonte de seu sustento através de projetos atrativos e vendáveis sem um cunho político de fato.

Os cursos de capacitação e a culpabilização

Cidade de Deus é o lugar, Cidade de Deus está bombando!

A frase acima foi dita por um interlocutor sobre projetos e cursos que acontecem na CDD. Artista, recém-chegado ao Rio de Janeiro e tendo ido parar na CDD por acaso, estava impressionado com a quantidade de cursos oferecidos, animado para participar de editais e projetos oferecidos: “CDD está em alta, tudo que sai daqui está dando certo! Tem um monte de edital, só não participa quem não quer”. Deu destaque para a CUFA – Central Única das Favelas e para a ARJ. Logo na entrada da sala da secretaria da CUFA há um *banner* grande anunciando cursos de dança, grafite, informática, teatro, artesanato, capoeira entre outros. Há cursos que visam mais “ocupar a cabeça do jovem” fora do horário escolar e outros que são diretamente de capacitação. No mesmo *banner*, um logo grande da Petrobrás, a qual é também a fonte do principal de financiamento da ARJ.

Frequentemente ouvia carros de som chamando jovens para se inscreverem nos mais variados tipos de cursos e oficinas que eram realmente muitos. Ouvia comumente que depois da UPP a quantidade desses cursos havia aumentado significativamente. A dona da casa onde eu morava sempre me dizia ter inscrito seus dois filhos mais jovens, um rapaz e uma moça com cerca de vinte anos, em vários cursos, no geral de capacitação. A fala dela era sempre carregada de um tom de afirmação de que “estavam tentando”, mas os resultados ainda não haviam chegado. Sempre dizia guardar uma série de certificados, que os filhos possuíam um currículo bom, mas quando, no momento da entrevista para empregos diziam morar na CDD, a reação era de “entro em contato com você caso seja selecionado para a vaga”, mas a ligação de retorno nunca acontecia. Sentia que, cada vez que ela tocava no assunto, estava justificando para mim o fato dos filhos não estarem empregados e que não era falta de esforço.

Minha filha, eles fazem todos os cursos que aparecem, se esforçam, mas não tem um encaminhamento para um emprego, aí eles ficam colecionando certificados nas gavetas. Aqui, tudo a gente tem que correr atrás, e mesmo assim não acontece. Para quem mora aqui, as coisas não são fáceis.

[Diário de campo – fevereiro/ 2013]

A ARJ é, talvez, o mais atraente projeto oferecido para jovens na CDD atualmente. Depois de um curso realizado aos sábados durante um mês e com uma bolsa de quatrocentos reais, o jovem que tem seu projeto analisado por uma banca e se aprovado recebe uma quantia de dez mil reais para o desenvolvimento de três meses da sua proposta. Certa vez, duas jovens foram conversar com Iara, devido sua larga experiência com

questões sócio-ambientais, sobre o projeto que iriam submeter à banca na ARJ. A intenção era fazer vassouras com garrafas pet, pois assim trabalhariam a questão da coleta de lixo e reutilizariam o mesmo. A ânsia das jovens em fazer algo que resolvesse o problema do lixo era evidente. Assim como a ideia de que o “problema do lixo” era um “problema da favela”. Iara sempre me alertou para a reprodução da ideia de que problemas que não são da favela passam a ser responsabilidade e culpa da mesma, como a questão da coleta de lixo rara ou inexistente. O problema não está no fato de estas jovens querem reaproveitar e transformar o que é descartado, mas na ideia que elas carregavam de que o acúmulo desenfreado e desordenado de lixo acontece por uma falta de capacidade dos moradores de se organizarem ou não se importem de viver em um lugar sujo e que seria responsabilidade dos mesmos uma mudança na situação.

Estas supostas oportunidades de mudança oferecidas parecem reafirmar a perversa ideia do excluído que não se integra por falta de vontade e capacidade, uma imoralidade que seria fundamento para o tipo de organização considerada indesejável em relação ao que se espera de urbanidade. Sobre a já ultrapassada ideia para as Ciências Sociais, de que se trata de populações excluídas entendidas predominantemente pela ideia da ausência (de civilidade, de urbanidade e modernidade), mas ainda predominante nas ações voltadas para essas populações, Moreno faz algumas considerações relevantes:

Desse lugar, desses grandes centros, vem-nos a mensagem que se supõe salvadora: não se trata de mudar o sistema mas de capacitar a população para que se integre, se inclua nele. Deixam de lado, como se de algo descartável se tratasse, o fato de que seus próprios excluídos estão capacitados e, no entanto, não superam a exclusão? Será que os desempregados alemães são analfabetos ou atrasados culturais? Sempre a mesma coisa: o sistema é bom e capaz de produzir vida se é deixado livre de interferências externas; são as pessoas que não o aceitam ou ficam para trás por múltiplas deficiências que a elas compete superar: preconceitos culturais, defeitos de caráter, dependência da tradição, insuficiente capacitação. Não seriam elas vítimas do sistema que por sua própria estrutura as exclui? Não se está com isso culpando a vítima? Não seria que a culpabilização cumpre duas funções essenciais para uma eficaz governabilidade: sacralizar o sistema e submeter as vítimas, já que quem se sente culpado não se rebela? Não serão os programas de capacitação precisamente instrumentos elaborados não para superar a insuperável exclusão, mas para culpar? Não é que seja essa a intenção subjetiva dos que os elaboram, mas, não é sua intenção intrínseca? (MORENO, 2005, p.91).

Uma questão fundamental a ser levantada neste contexto é: qual a funcionalidade destas populações continuarem a ser geridas pela chave da ausência? Certamente não é pela falta de compreensão por parte dos que governam. Será que não é parte fundamental e constitutiva da própria lógica em que opera o Estado manter a posição subalterna de um

segmento da população? Diferente do autor, não entendo tais populações como excluídas, mas não podemos negar que há uma restrição enorme das mesmas no que se refere ao acesso aos serviços básicos e direitos (os quais são frequentemente violados assim como os diversos exemplos apresentados nesse texto). Entendo que, tais cursos de capacitação, criam sim uma culpabilização das populações às quais se direcionam, pois atuam na lógica de “a oportunidade foi dada, não aproveitou quem não quis”. Entretanto, é desconsiderado o fato de que a situação é muito mais complexa: a questão dos favelados não é falta de capacitação, mas a série de empecilhos que encontram justamente por serem favelados e os inúmeros preconceitos atrelados a esta situação. Entendo ainda que, os cursos oferecidos pouco colaboram para uma melhoria que respeite as especificidades locais. Normalmente visam uma integração pela via de “colonizar” aquelas pessoas inserindo-as em atividades consideradas subalternas – ou seja, integrando por baixo – e não rompem com a lógica que estigmatiza e legitima uma categoria de pessoas que recebem um tratamento diferenciado.

Apelo ao sensível: as grandes ONGs e as igrejas pentecostais

Neste contexto emergem novos atores que vão valer-se de recursos como a intenso apelo sensível, publicização do sofrimento e da experiência de ser um favelado e viver em uma favela, da pregação de uma moralidade dominante e de um caminho correto a ser seguido, juntamente com o recurso da esperança depositada na possibilidade de uma vida diferente e melhor. Poder-se-ia pensar que estou falando de pastores evangélicos – e poderia ser de fato deles. Mas estou falando das grandes ONGs.

Durão e Coelho (2013, p. 902) fazem inspiradores apontamentos neste sentido ao analisar o Grupo Cultural AfroReggae – GCAR. Para as autoras, a atuação das grandes ONGs pode caracterizá-las como “sujeitos morais” ou moralizantes. O GCAR, situado em uma tendência mais ampla, aposta na “favela cultural”, se apoiando na questão da “cultura e na ‘resposta’ positiva a ambientes sociais pobres marcados pela violência” passa a estar presente em momentos-chave do debate público. A legitimidade social do grupo seria consequência, para as autoras, em grande parte devido à “narrativa moral por ele produzida, uma ordem moral amplificada a partir de casos singulares”.

Como exemplo, Durão e Coelho (2013, p. 917) utilizam uma história vivida e relatada por José Júnior, coordenador do GCAR: era a primeira vez que José Júnior e um

amigo iam ao McDonald's, no início da década de 1990, depois de juntarem dinheiro por um mês inteiro. Na volta, empolgados com o passeio, chutaram algumas portas de metal de algumas lojas, fazendo disparar um alarme. Quase que imediatamente, surgiram vários policiais. O amigo de José Júnior conseguiu correr enquanto ele apanhava dos policiais. Pouco depois avistou seu amigo voltando, o qual acabou apanhando também. Quando finalmente a situação de agressão foi encerrada, José Júnior indagou seu amigo sobre o porquê ele havia voltado, sabendo que também apanharia e que ele, caso tivesse conseguido correr, não voltaria. Seu amigo disse ter voltado pela amizade e que essa era a diferença entre ele e José Júnior, o qual descreve o ocorrido como um marco de mudança em sua vida, pois depois disso, ele sempre voltou para ajudar aqueles que precisavam.

O apelo discursivo no qual se apóia esse grupo pode ser interpretado como uma fábula, a qual conta com a figura do sobrevivente (em oposição ao mártir) guiado pela esperança (em oposição à utopia). A moral desta fábula seria a possibilidade de um novo mundo, um mundo possível e melhor, do qual seus narradores são exemplos produzindo uma moralidade amplificada a partir dos seus casos singulares (DURÃO; COELHO, 2013). Na história relatada acima, José Júnior, apresenta uma situação de crise, uma forma correta de conduta e a possibilidade de mudar para melhor. Outro caso usado como exemplo de sucesso da ONG é o de Chinaider Pinheiro, coordenador de um projeto do GCAR que visa capacitar e empregar egressos do sistema penal⁵⁸. Chinaider relata ter comandado o tráfico em cinco favelas e ter ficado preso por dez anos. Hoje, atuando na ONG, se apresenta como um sobrevivente. Casos assim são usados como “bandeiras” de grandes ONGs para divulgar seu sucesso e sua eficácia, geralmente em um formato parecido: apoiando-se na ideia da esperança e do sobrevivente.

A esperança esta sendo descrita como um sentimento relacionado a uma temporalidade voltada para o futuro, percebido como uma dimensão do tempo que pode ser alterada em uma direção *desejada* por meio de ações a serem tomadas no tempo presente. É nesse sentido que a esperança se distingue da utopia, cuja marca seria uma concepção de futuro ideal, porém não realizável. A figura do mártir (aquele que, ao sacrificar sua vida por uma causa, dela se torna símbolo) é assim a função narrativa que encarnaria a utopia, ao passo que o sobrevivente (justamente aquele que, ao invés de se sacrificar, continua lutando) seria a representação da esperança. (DURÃO; COELHO, 2013, p .925)

⁵⁸ <http://vejasp.abril.com.br/materia/afroreggae-sao-paulo>

A figura do sobrevivente é o personagem central das histórias contadas. Diferente daquele que é vítima e se torna símbolo de lutas contra a opressão, este sobrevive ao sofrimento e direciona a sua experiência no sentido de ajudar os seus iguais. Desta forma, há a união de intervenção social e projeto moral, apoiando-se na “cultura” como alternativa para o “mundo do crime” e a narrativa de casos individuais elevados a excepcionalidades. (DURÃO; COELHO, 2013). A mobilização de tais recursos surtiu resultados muito bons para o GCAR no que se refere à cooptação de recursos junto à grandes empresários e à repercussão midiática. Hoje é considerada uma das maiores ONGs do país e, certamente, está entre as que recebem patrocínios mais volumosos. Uma das principais críticas lançadas pelas associações locais é que os projetos sociais realizados pelo GCAR se tornaram o meio para atingir financiamentos volumosos, enquanto deveria ser o contrário, transformando, desta forma, a favela em um rentável negócio.

Igualmente apresentando a figura do “sobrevivente” e a “esperança” como central, posicionando-se como uma alternativa ao “mundo do crime” e das drogas e com intenso apelo a narrativas individuais que se elevam a uma ordem moral amplificada, estão os evangélicos pentecostais. A figura central da conversão, especialmente de ex-bandidos, apoia-se na ideia da possibilidade de uma vida nova e melhor, geralmente protagonizada por um pastor sobrevivente da vida no crime. A estratégia usada na pregação, momento do relato moralizante do sobrevivente, sustenta-se amplamente em antigas situações de sofrimento em relação ao momento atual e em uma situação limítrofe impulsionadora da mudança.

Neste contexto, toda pessoa é passível de perdão, desde que haja arrependimento e fé. É possível iniciar uma nova vida através do batismo em água: a partir daí morre-se para o mundo para viver um Cristo. A visão cosmológica desta vertente é de que no mundo está travada uma batalha espiritual composta pelo exército de Deus e pelo exército do Diabo: aqueles que não servem a Deus estão sob influência do Diabo. No entanto, a palavra deve chegar a todos e aqueles que possuem a palavra como arma têm a missão de difundi-la. Neste sentido, as noções de responsabilidade e continuidade também aparecem aqui.

“Para abrir os olhos aos cegos, para tirar da prisão os presos e do cárcere os que jazem em trevas” (Isaías 42:7)

O trecho acima foi retirado de um site⁵⁹ da Assembleia de Deus e refere-se à missão desta mesma igreja. É bem elucidativo para pensarmos seu posicionamento que prega um modo de vida específico: ou se serve a Deus ou ao Diabo. Traficantes e usuários de drogas são alvos especiais destes grupos. O suposto antagonismo radical das duas formas de vida faz com que a conversão destes sujeitos signifique e explicita a força de Deus e sua imponente vitória, fazendo destes casos exemplos que demonstram a eficácia de tais igrejas, sendo usados, portanto, para atrair membros. Usam, assim como as ONGs, o recurso ao discurso moralizante, a figura do sobrevivente e a ideia de esperança.

Não só como formas de intervenção no social, as grandes ONGs e as igrejas evangélicas podem ser entendidas neste contexto como formas de gestão do social, especificamente das populações faveladas. Entretanto, não deve ser anulada a capacidade de agenciamento do sujeito, como venho demonstrando. Se de um lado há uma avalanche discursiva das formas “corretas” de condutas a serem adotadas, de outro há a possibilidade dos sujeitos valerem-se destas formas em benefício próprio sem necessariamente aderirem de fato a estas instituições.

As igrejas evangélicas pentecostais e as grandes ONGs se apresentam como uma alternativa ao “mundo do crime”. Ao mesmo tempo, ambas gozam de um respeito daqueles que atuam no crime, pois não visam desarticular o mesmo nos limites da lei, somente apresentam uma alternativa de uma “vida melhor”. Devido a este respeito de que gozam, uma pessoa que tenha cometido uma infração segundo as leis próprias do “crime”, estando sujeito a uma punição segundo as mesmas⁶⁰, pode recorrer à igreja ou às ONGs, aderindo temporariamente a estas instituições na tentativa de livrar-se da punição a que estaria submetido⁶¹. Neste sentido estas ONGs e as igrejas evangélicas podem ser consideradas

⁵⁹ <http://www.assembleia.org.br/site/quem-somos/>. Acesso em 8 de ago. 2013.

⁶⁰ Lyra (2013) faz uma análise de quatro categorias as quais considera central para pensar as dinâmicas internas ao “mundo do crime”: sujeito-homem, vacilação, cobrança e recuperação. Sujeito-homem define uma forma de conduta correta e esperada. Vacilação refere-se à uma conduta reprovável. Cobrança seria a punição decorrente de uma vacilação. Recuperação é um momento de mediação de conflitos, quando há a possibilidade de agenciamento do sujeito, fugindo aos imperativos do tráfico. No contexto que estou tratando, a adesão a uma ONG ou a ida para a igreja principalmente, desde que haja tempo hábil para esta passagem, pode ser considerada uma forma de recuperação.

⁶¹. Comumente há um respeito e consideração do tráfico de drogas por igrejas, especialmente evangélicas pentecostais e pelas ONGs atuantes nas favelas, pois seriam entendidas como uma mudança para o bem do sujeito que adere a uma das instituições. Entretanto, é importante destacar que esta situação não é uma regra. Recentemente foi noticiada a expulsão do grupo GCAR do Complexo do Alemão por traficantes locais. Ainda houve a acusação de que tal expulsão ocorreu devido às denúncias feitas pelo grupo contra um pastor da Assembleia de Deus, o qual supostamente teria ligações com o tráfico. Entretanto a intenção nesta seção não é explorar tais possibilidades de alianças e sim semelhanças de estratégias de atuação entre ONGs e algumas igrejas específicas. Sobre a expulsão do GCAR ver: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj->

também uma “zona de paragem” que, antes da adesão total do sujeito às formas de vida específicas, assumem a função de resolução de uma tensão interna à própria forma de vida do sujeito.

Favelização da cidade

Comprador: Adorei esta canga, é linda! Quanto custa?

Vendedor: Quinze reais.

Comprador: Vou levar essa, colocar na parede, realmente muito bonita.

Vendedor: É, turista compra muito dessas com estampa de favela.

[Diário de campo, dezembro/ 2013]

Atualmente, aos sentidos favela tomaram proporções inéditas e muito amplas. Além dos significados que já venho explorando no decorrer do texto, é também entendida como um estilo de vida, uma cultura e uma estética comercializáveis. Não necessariamente vinculado com os moradores e com a realidade local, a favela tem sido "vendida" como algo exótico que decora bares e pousadas, estampas de roupa e cangas, influencia o design de móveis, se torna tema e sede festas, passeio turístico, temática de obras de arte, entre outros, voltados para um público que certamente não são seus moradores. A favela está na moda, mas os beneficiados com isso raras vezes são os favelados. Há ainda uma apropriação política do termo (por grupos atuantes pelos direitos dos favelados – originários dali ou não) e uma positivação da favela e do favelado, exaltando aspectos culturais e empreendedores principalmente (como por exemplo a frase que já virou um jargão no atual contexto “Favela é potência”).

Entretanto, essa série de apropriações do termo “favela” não rompe com a dualidade, terminando por reafirmar a existência deste “outro” em oposição à “cidade”. Por mais que pregue a superação da dualidade “morro-asfalto”, acaba exotizando a população e o território, realizando um tipo de integração sem precisar romper com a lógica da remoção e da violência. Agora, as duas lógicas podem operar através de uma terceira: a lógica do negócio.

A instalação das UPPs é parte importante da consolidação deste contexto. Após sua chegada, em diversas favelas começaram a ser realizados bailes funks voltados para turistas e moradores que antes não frequentavam esses territórios. Com ingressos com preços exorbitantes, inviabiliza, de certa forma, a entrada dos moradores dos próprios locais onde as festas são realizadas. Os organizadores, geralmente grandes empresas produtoras de eventos, as quais nunca viram na favela um atrativo, começam a vê-la como um espaço muito rentável. Tais festas são diferentes dos antigos bailes que aconteciam nas ruas, geralmente patrocinados por traficantes locais, os quais também eram frequentados por várias pessoas que não eram moradoras de favelas. Abertos para todos da favela que quisessem participar e com um público seletivo de não moradores, se opunham aos atuais bailes: abertos a todos os não moradores e com um público seletivo (ou inexistente) de moradores.

O mercado imobiliário nestes territórios, também pouco explorado anteriormente, hoje é fonte de investimento com ótimos lucros. Prédios com pequenos apartamentos já são comuns nas primeiras favelas pacificadas. Além destes investimentos de grandes empreiteiras, os moradores que possuem casa próprias também foram beneficiados: os aluguéis subiram no mínimo 100%. De outro lado, aqueles que viviam em casas alugadas tiveram um impacto grande no orçamento mensal e muitos sofreram uma espécie de remoção indireta, tendo que buscar moradia em favelas não pacificadas e com um custo de aluguel menor.

Outra descoberta para empresários foi que os moradores de favelas também consomem muito. Um exemplo é o grande investimento na construção do Favela Shopping no Complexo do Alemão. Segundo a notícia veiculada:

Consumo é a palavra: a Classe C está mais representativa no consumo de todo o país. São 12 milhões de pessoas morando em comunidades, com maior concentração em São Paulo e Rio de Janeiro. Shoppings como o do Alemão serão focados em um público que consome R\$ 56 bilhões por ano⁶².

Se de um lado tal empreendimento pode gerar emprego para um grande grupo de pessoas, os comerciantes locais sentem receio de terem suas vendas prejudicadas.

A construção de hotéis em favelas também tem sido um empreendimento atrativo. A favela da Mangueira já conta com um hotel, construído por dois irmãos moradores do

⁶² <http://odia.ig.com.br/portal/economia/shopping-no-alem%C3%A3o-vai-oferecer-6-mil-empregos-1.551424>

local que resolveram aproveitar o momento bom para este tipo de investimento⁶³. Segundo eles, a ideia não é vender luxo ou beleza, e sim experiência para os turistas. A ideia de vender experiência, especialmente para estrangeiros, tem chamado atenção de empresários dispostos a fazer grandes investimentos na construção de hotéis em favelas, especialmente em morros que tem vista privilegiada da paisagem carioca e em oferecer pacotes turísticos voltados para conhecer o local.

Inspirada em Sahlins (1997^a, 1997b) diria que a principal consequência neste contexto é uma *favelização da cidade*. O autor ressalta que estaria havendo uma *indigenização da modernidade*. Isso começa a acontecer a partir do momento de que os povos em contato com a modernidade não se extinguem e não uniformizam-se. Esse contato, ao contrário passa a produzir novas sínteses culturais. Para o autor, não há somente uma *ocidentalização do pensamento indígena*, o contrário também é verdadeiro, há uma *indigenização do pensamento ocidental*, na medida em que não estamos em vias de extinção das culturas e rumo a uma homogeneização. O autor chama a atenção para a capacidade desses povos de se recriarem, e também de se apropriarem de conceitos e contextos, de forma a se reafirmarem. A diferença passa a ser evocada para afirmação e requisição de direitos. O processo é de renovação e reestruturação e não de extinção. Há a recriação das formas de vida local através do contato com culturas capitalistas. E diante disso afirma que o que ocorre não é o desaparecimento, e sim uma transformação.

Ao mesmo tempo em que há um excesso de gestão nas favelas, pautados no geral em um discurso negativo, há também um discurso positivado do que é favela que passa a circular pela cidade: a moda favela, passeios com turistas em favelas, a música favela, etc. O favelado não é mais simplesmente um prestador de serviços, mas um produtor de cultura e de experiência da cidade (que não se resume ao carnaval). Neste sentido, a junção das representações negativas e positivas – o medo do favelado, a ampla divulgação de projetos e políticas voltadas para estes territórios, a exaltação e o consumo da cultura da favela – produzem um efeito de “invasão” da favela na cidade e uma sensação da mesma estar sendo integrada à supostamente cidade partida. Mas veja que, favela aqui não está sendo tratada como pessoas físicas, mas a partir da ideia de um “outro” construído, enquanto população e território.

⁶³ <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/09/hotel-em-favela-pacificada-do-rio-atrai-clientes-do-mundo-inteiro.html>

Como venho demonstrando através das situações de campo, há uma assimilação e reinvenção do cotidiano – assim como de “favela” e “favelado” – decorrente das diversas intervenções e significações. Todavia, essa capacidade infinita de se reinventar não acontece sem tensão, pelo contrário, o que foi observado foram situações que tensionam as rotinas e o delineamento de novas fronteiras, seguindo-se de uma assimilação e de uma nova forma de vivenciar o contexto no qual se está inserido. Essas populações não estão fugindo a responsabilidade de tomarem pra si aquilo que é o seu próprio destino, mas, a sua maneira, montando o seu próprio modo de se integrarem e promoverem uma série de reorganizações. Assim como Sahlins (1997^a, 1997^b) argumenta, estas pessoas resistem tanto a desaparecer tanto a se tornar como "nós".

Considerações finais

Temas clássicos no estudo de periferias e favelas, como religião, família, política e violência já não dão mais conta de exprimir o contexto contemporâneo quando tratados isoladamente. Entretanto, seguem fundamentais para refletir sobre o emaranhado de relações que compõe o tecido social atualmente. Fazer pesquisa de campo na Cidade de Deus - RJ, me permitindo a liberdade de deixar as situações se mostrarem para mim, resultou em um trabalho no qual diversas linhas temáticas da bibliografia se conectam, sem serem excludentes uma em relação a outra. A pesquisa permitiu também que diversas vozes se tornassem audíveis para mim, sem a necessidade de criar, com recurso às teorias, uma coerência em seus discursos. Através dessas vozes, apresentei novas formas de interação, novas fronteiras temáticas e novas tensões vividas, a partir de temas que não são novos, mas que ganham novos contornos nas relações em que se apresentam aqui.

Não busquei construir uma análise totalizante e linear do cenário estudado, sobretudo pela tentativa de me manter fiel à etnografia. Essa não me deu resultados encerrados em si mesmos, ao contrário, deu-me uma visão ampla de uma série de relações dinâmicas - entre religiosos, policiais, traficantes e integrantes de ONGs - nas quais as mudanças, tensões e interações estão latentes. Por mais que eu tentasse unir todos os dados em uma linha temática coesa, essas escapavam todo o tempo formando um emaranhado, uma configuração de questões interdependentes. Segui, então, a trilha dessa percepção, procurando delinear essas configurações, esses emaranhados de questões que se apresentavam.

Ao apresentar o contexto atual do Rio de Janeiro, no qual minha pesquisa se insere, desenvolvi o argumento de que a centralidade do conflito, contemporaneamente, é entendida, sobretudo, através da chave da violência⁶⁴. Em um primeiro momento, como resposta ao diagnóstico do Código de Obras de 1937, a ação proposta para a questão das favelas foi a remoção, diante da constatação de que as mesmas seriam algo indesejado na cidade. Esse tipo de ação seguiu intercalando-se com propostas de melhorias infra-estruturais nesses territórios, durante o século XX. Até então, a favela era entendida predominantemente na chave da pobreza, de carência e de ausência.

Na década de 1990, fica explícito que esses territórios e populações não são mais entendidos exclusivamente como "pobres". A "guerra contra o tráfico" declarada pelo

⁶⁴ Esse argumento já foi desenvolvido por Feltran (2008), ao analisar o contexto paulista.

governo se dirige aos favelados de forma geral, entendidos como os "inimigos" a serem combatidos. Nesse contexto, as favelas e seus moradores são entendidos como emanadores da violência que seria a causa da crise na segurança pública e mola impulsionadora das demandas por endurecimento das ações policiais: exige-se a segurança de uns, em detrimento da repressão de "outros". Se antes seria fundamental integrá-los, agora é crucial contê-los.

No contexto de preparação da cidade para os mega-eventos Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, há uma reconfiguração nesse quadro. Emerge o discurso de necessidade de reestruturação urbana, e, como carro chefe das ações a serem realizadas, o projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras começa a ser implantado a partir de 2008. Com isso, há a tentativa de romper com um discurso mais combativo, o de "guerra", acionando o discurso de "pacificação" ancorado nas ideias de "cidadania" e "integração". Entretanto, a "violência" continua central na justificação de tais ações, as quais recaem na experiência dos sujeitos submetidos a tal projeto como uma forma de controle, como nos casos apresentados no texto: a regulamentação de bailes funks - que acaba sendo uma proibição, a vigilância acirrada de reuniões na rua e a própria convivência cotidiana com atores que possuem um histórico de relações truculentas com essas populações.

A UPP certamente é a forma de gestão dos moradores e dos territórios de favelas, mais especificamente do conflito social que emerge deles, com maior repercussão pública. Nesse texto, entretanto, destaco ainda a *religião*, especialmente as vertentes pentecostais, as *ONGs* e o próprio *tráfico de drogas* como modos coexistentes, e não necessariamente concorrentes, de gestão de territórios e populações de favela, hoje. Fala-se bem menos dessas outras instâncias, publicamente; no cotidiano de favelas, entretanto, elas são tão ou mais importantes que a UPP no estabelecimento das rotinas. Obviamente essas instâncias não se reduzem à gestão - todas elas fazem mais do que isso. No entanto, enfatizei no trabalho suas dimensões gestionárias e administrativas, as quais se manifestam na operação cotidiana das favelas cariocas. Tais formas de gerir a vida são diferentes entre si em suas estratégias e em suas finalidades, mas todas visam, de alguma forma, controlar o conflito social que emergiria das favelas.

Mobilizando a gestão ou o desejo de gerir de tais instâncias, o tráfico de drogas aparece na etnografia em seus níveis mais capilares, ou seja, a partir das ações corriqueiras dos sujeitos inscritos no crime. Esses aparecem de forma central nos discursos da UPP, das *ONGs* e das igrejas pentecostais, como núcleo a combater. A atuação dessas instâncias,

entretanto, tomando o traficante como figura central a gerir, se expande e também recai sobre toda a população moradora de favelas. A partir da observação nos níveis capilares das relações, essas populações, ao interagirem com essa multiplicidade de atores sociais, produzem novas conformações de suas realidades e antes de serem passivas, constituem e reconstituem as relações sociais tais como são. Se de um lado a gestão recai intensamente sobre estas populações e territórios, de outro, olhares mais atentos identificam a capacidade de agenciamento e resistência desses sujeitos.

No caso das grandes ONGs, aponte a “moralização” como um recurso para manterem-se da forma atual como se estruturam: centralmente, como uma empresa geradora de renda. Alguns fatos apontaram para isso, como a trajetória de jovens que circulam entre um projeto e outro, até serem empregados em algumas ONGs e passarem, de certa forma, a vender a “favela”. Essas instituições entram em conflito com associações locais, as quais entendem que esses projetos reproduzem a atual situação e dificultam sua atuação.

As igrejas pentecostais, apesar de, assim como as grandes ONGs, serem sujeitos “moralizantes”, parecem-me ter a moralização como o próprio fim. Fromm (2013) dá indícios fundamentais para pensar tal questão ao apontar para o fato de que a característica proselitista dos batistas – igualmente presente entre os pentecostais – ganha amplitudes de um projeto de nação. Tal interpretação ganha contornos mais nítidos quando levamos em consideração a crescente participação destes setores na política, assim como o fato de “crente votar em crente”.

O tráfico de drogas, a seu modo, também produz gestão nestes territórios a partir de seu regulamento interno. Sua presença, antes da UPP, ao mesmo tempo em que expunha a população à conflitos violentos - como tiroteios ou o próprio fato de ostentarem suas armas - também produziam segurança, como no caso da proibição de assaltos e estupros dentro de favelas. Percebo que ainda há demonstrações de força por estes grupos, como quando anunciam luto e as portas de comércios fecham-se e a circulação de pessoas restringe-se. Os assaltos e estupros continuam sendo reprovados e, segundo relatos, ainda há a punição dos sujeitos que não seguem este ordenamento, sendo em casos extremos, a morte. O comércio de drogas tem que desenvolver novas estratégias com a presença constante de policiamento. No entanto, este sujeito é duplo em dois sentidos: no primeiro, seria emanador de violência ao mesmo tempo que de segurança; no segundo, se diferindo das

grandes ONGs, igrejas e da UPP, ele gerencia e também é alvo da gestão da UPP, ONGs e igrejas no mesmo território.

A UPP aparece, mais claramente do que as igrejas, ONGs e tráfico de drogas, como uma forma de gestão. Pautada no discurso produzido historicamente de “favela como problema”, é mais um dispositivo estatal com vistas a gerir população e o território, articulando discursos de segurança pública, acesso a cidadania e urbanização. Entretanto, dei especial atenção a este projeto em relação aos anteriores, pela amplitude de sua repercussão.

As representações dominantes (e generalizantes) sobre estes territórios aparecem em um duplo sentido: de população que representa perigo, geradora de violência e que precisa ser contida; e de população que tem seu acesso a direitos e serviços restrito. Estas representações justificaram e justificam as diversas formas de gestão ao longo do tempo, mas sempre com vistas a controlar comportamentos e o acesso à cidade. Esta dupla ideia de "risco" (MOTTA, 2013) - população *em* risco, ou seja, vulnerável; e população *de* risco, a qual representaria perigo - pareceu-me central na justificativa de uma suposta necessidade destas diversas formas de gestão, tendo como centro, o sujeito inscrito no crime. São esses jovens que garantem a existência dos projetos, as ações da polícia, do tráfico de drogas e de certa forma, das igrejas, os quais acabam sendo a força motriz para todos esses atores. Ocorre neste contexto o que chamo de "favelização da cidade", um processo no qual há o entendimento das favelas como "negócio", permitindo a coexistência da remoção e da integração, e também o entendimento das mesmas pela chave da "violência" e do "consumo".

Entre formas de gestão, de resistência, de interações e tensões, procurei demonstrar através da coexistência das UPPs, tráfico de drogas, ONGs e igrejas pentecostais, conformações de uma realidade dinâmica, na qual as pessoas não são só alvo de controle, mas também estão produzindo novas formas de viver esse cotidiano e de experimentar essas transformações mais gerais, ou seja, se integrando à dinâmicas mais amplas do social à sua própria maneira. As consequências desse processo ainda estão em aberto. Assim como afirmo na última seção da segunda parte deste trabalho, essas pessoas estão resistindo tanto a desaparecer como a se enquadrar no modelo imposto por "nós".

Referências

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, no.8, July/Dec. 2002.
- ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. **Novos Estudos CEBRAP**, n° 68, p. 94-106, mar. 2004. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/2007/ronaldo_pobreza_e_redes_sociais.pdf>. Acesso em: ago. de 2013.
- ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 68, p. 94-106, mar. 2004. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/2007/ronaldo_pobreza_e_redes_sociais.pdf>. Acesso em: ago. 2013.
- AMORIM, Carlos. **CV_PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BARBOSA, Antonio C. Rafael. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói - RJ: EDUFF, 1998.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.
- BIONDI, Karina. A ética evangélica e o espírito do crime. In. Reunião Brasileira de Antropologia: dilema da (des)igualdade na diversidade., n. 26. **Anais**. Porto Seguro: ABA (1 CD-ROM). 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832012000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: ago. de 2013.
- _____. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- BIRMAN, Patrícia. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. **Horizontes Antropológicos**. vol. 18, n. 37, Porto Alegre, p. 133-153, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832012000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: ago. de 2013.
- _____. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 99-114.
- BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, 4o ed.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

_____. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? **NOVOS ESTUDOS**, n. 30 - Julho de 1991.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais**. Cultura com aspas. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2009.

CORDOVIL, Daniela. Casos e acasos: como acontecimentos fortuitos influenciam o trabalho de campo. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (Org.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis, Editora Mulheres/ EDUNISC, 2007.

CORTÊS, Mariana. **O Bandido que virou ‘Pregador’**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

CUNHA, Neiva Vieira da. MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. vol. 4, num. 3, pp. 371-401, jul/ago/set 2011. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/mello_e_cunha_novos_conflitos_na_cidade.pdf>. Acesso em: ago. de 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de S. Novos conflitos nas margens da cidade. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis (Org.). **Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p.9-15.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n.27, p. 19-52, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-5X2008000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: ago. de 2013.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja, 1996. p. 83-96.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 55, n. 2, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59304/62341>>. Acesso em: fev. 2014.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria e Sociedade**, n.15.2, jul-dez de 2007, p. 138-171.

FELTRAN, Gabriel de S. **Fronteiras de Tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo** (2008). Tese (Doutorado Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação: Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2008.

_____. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo** (2003). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2003.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 6, n. 2, p. 232-255, ago./set. 2012.

_____. Movimento é expressão das demandas políticas da juventude das periferias. **Folha de São Paulo** (online), Cotidiano, 23 de dez. de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/145002-movimento-e-expressao-das-demandas-politicas-da-juventude-das-periferias.shtml>>. Acesso em: jan. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FROMM, Deborah Rio. De “cracolândia” à cristolândia: notas etnográficas da política batista de combate ao crack. Trabalho apresentado no **Seminário Interno As Margens da Cidade**. São Carlos, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937. **Capa**, v.9, n.3, 2006. Acesso em: ago. de 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; FELIX NETO, Nelson Lima. A noção de risco e o retorno de remoções de Favelas em tempos de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no **I Congresso Latino Americano de Ecologia Urbana**, 2013.

GRILLO, Carolina. **Coisas da Vida no Crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Márcia. Da “Metáfora da Guerra” ao Projeto de “Pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista de Brasileira Segurança Pública**, São Paulo v.6, n.2, 2012. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/12>>. Acesso em: set. de 2013.

LEITE, Márcia; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis (Org.). **Sobre periferias**: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p.146-158.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

LYRA, Diogo. Conflitos de lealdade e princípios de coesão social entre jovens traficantes do Rio de Janeiro: algumas considerações. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis (Org.). **Sobre periferias**: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p.49-68.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Introdução. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.). **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a, p.13-26.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b, p. 34-46.

_____. Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH - UFBA**, v. 23, n. 59, 2010. Disponível em <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=763>>. Acesso em: set. de 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira.; FRIDMAN, Luis Carlos. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. In: IBASE; ACTIONAID; FORD FOUNDATION (Org.). **Mapas: monitoramento ativo da participação da sociedade**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

MAGALHÃES, Alexandre. Entre o legal e o extralegal: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14 , n. 1 / maio 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental – Introdução: objecto, método e alcance da investigação. **Ethnologia** (nova série), 6-8, p. 17-38, 1997.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos da sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>>. Acesso em: ago de 2013.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-Americanas**. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: ago. de 2013.

MOTTA, Luana Dias. **Combinando assistência e violência nas periferias brasileiras para governar condutas**. Texto apresentado na I Oficina de Estudos Urbanos/ Laboratório de Estudos Urbanos – CPDOC – FGV. Rio de Janeiro, 2013.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PEREIRA, Aline Valadão V. G. **Tramas simbólicas: a dinâmica das turmas dos bate-bolas do Rio de Janeiro**. UERJ, 2008. Dissertação (Mestrado em Artes) Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro – RJ, 2008. Disponível em <<http://www.ppgartes.uerj.br/discntes/dissertacoes/dismestalinegualda2008.pdf>>. Acesso em: mar. de 2013.

PEREIRA, Alexandre B. **De rolê pela cidade:** os *pixadores* em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2005.

POSTIGO, Evelyn L. G. **Viver tranquilamente na favela onde eu nasci:** um estudo sobre intervenções e transformações na Cidade de Deus – RJ. São Carlos: UFSCar, 2012. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 1992.

RANDOLPH, Rainer. Determinações Estratégicas e Potencialidades de Transformação do Programa Favela-Bairro. **Geographia: Revista do Programa de Pós-graduação em geografia da UFF**, ano III, Rio de Janeiro, n. 5, jul./dez. 2001. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/55>>. Acesso em: ago. de 2013.

RODRIGUES, Rosa Luciana; COSTA, Tamires do E. S. Documentário Ônibus 174: o paradoxo da sociedade brasileira. **VII Conferência brasileira mídia cidadã**, Belém/PA, 2011. Disponível em <http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc_artigos/Midia_Cidada_Costa.pdf>. Acesso em: jun. de 2013.

ROSA, Thaís T. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano:** a trajetória do Gonzaga de favela a bairro de periferia. Campinas: UNICAMP, 2008. Dissertação (Mestrado História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2008.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção? (Parte I). **Mana**, 3, p. 41 – 73, 1997a.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção? (Parte II). **Mana**, 3, p. 103 – 150, 1997b.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do “ex-bandido”:** um estudo sobre a sujeição criminal e o pentecostalismo. Orientação de Michel Misse. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TOMMASI, Maria Livia; VELAZCO, Dafne J.A. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. In: **35 Encontro Anual da Anpocs**, 2011, Caxambu (MG). Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2011, em Caxambu/MG, 2011.

VALLADARES, Licia do P. **Passa-se uma casa:** Análise do Programa de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. 2^o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A invenção da favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELAZCO, Dafne J. A. Intervenções sociais ligadas à juventude e a produção da “Cidade Integrada” no Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no **III Seminário do Programa de Pós-Graduação da UFSCar.** São Carlos-SP, 2012.

VIANNA, Adriana. Corpos, dores e tempos: a "espera" pela justiça entre familiares de vítimas de violência policial. Trabalho apresentado no **Colóquio Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências.** Rio de Janeiro, 2011.

_____. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. Trabalho apresentado na **28^a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.** São Paulo, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. .8, n.1, p. 113-148, 2002.

_____. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira 1970 – 1995.** São Paulo: Sumaré, 1999. v. 1.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2^o ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Websites consultados

<http://agenciarj.org/> (Acesso em: mar. 2013).

http://upprj.com/wp/?page_id=25 (Acesso em: mar. 2013).

http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=511 (Acesso em: mar. 2013).

<http://www.cidadededeus.org.br/> (Acesso em: mar. 2013).

<http://www.ibge.gov.br> (Acesso em: ago. 2013).

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/troca-de-tiros-deixa-um-suspeito-morto-na-cidade-de-deus-no-rio.html>. (Acesso em: ago. 2013).

<http://www.isp.rj.gov.br> (Acesso em: ago. 2013).

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/12/em-favelas-com-upp-baile-funk-perde-a-vez-para-festas-de-classe-media.htm> (Acesso em: set. 2013).

<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-afroreggae-sai-do-complexo-do-alemao-por-pressao-do-traffic,9db086425cdf310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> (Acesso em: dez. 2013).

<http://vejasp.abril.com.br/materia/afroreggae-sao-paulo> (Acesso em: dez. 2013).

<http://odia.ig.com.br/portal/economia/shopping-no-alem%C3%A3o-vai-oferecer-6-mil-empregos-1.551424> (Acesso em: dez. 2013).

<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/09/hotel-em-favela-pacificada-do-rio-atrai-clientes-do-mundo-inteiro.html> (Acesso em: dez. 2013).

<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/movimento-%C3%A9-express%C3%A3o-das-demandas-pol%C3%ADticas-da-juventude-das-periferias> (Acesso em: dez. 2013).

<http://upprj.com/wp/?p=911> (Acesso em: dez. 2013).

http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp (Acesso em: mar. 2013).

<http://oglobo.globo.com/rio/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-trafficantes-evangelicos-9868841> (Acesso em: dez. 2013).